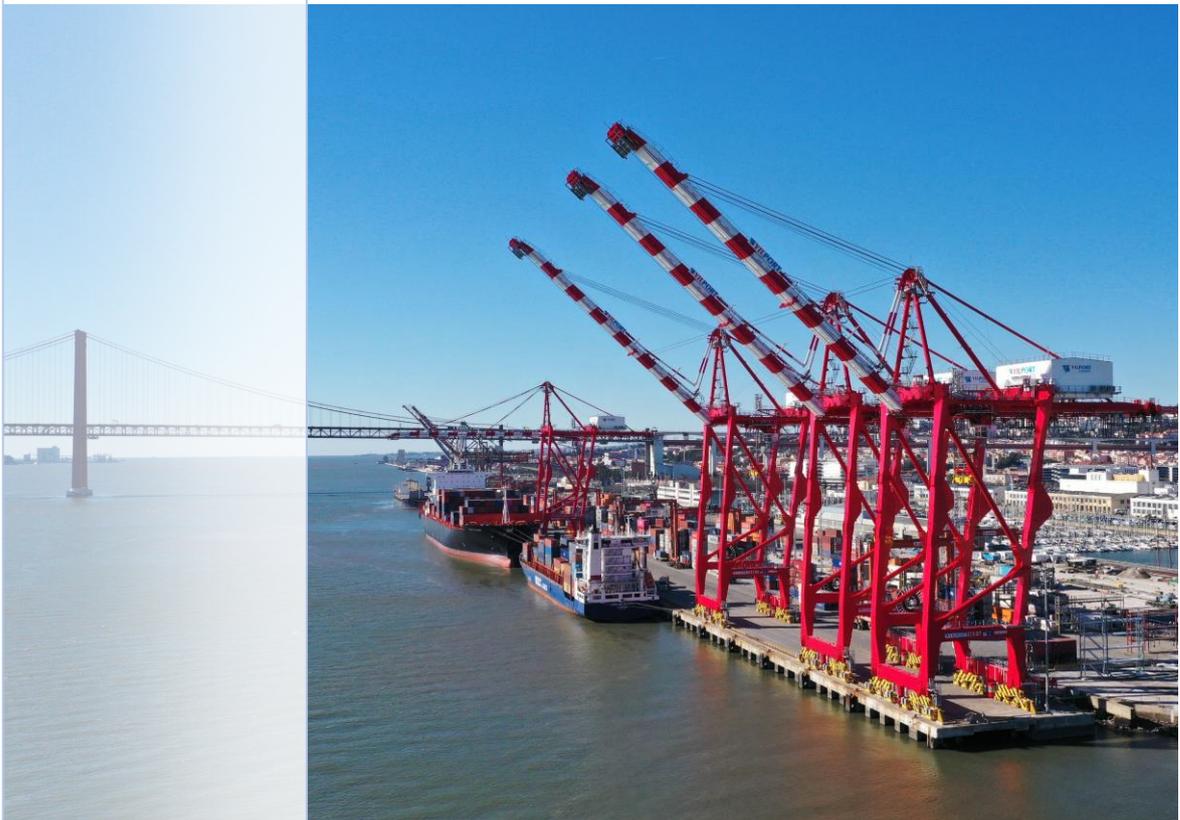


APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

2025
2027

Plano de Atividades, Orçamento Plano de Investimentos



Aprovado em reunião do Conselho de Administração de 04/10/2024

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)



ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	2
II.	ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO	5
III.	PLANO DE ATIVIDADES	12
IV.	PLANO DE INVESTIMENTOS	26
V.	RECURSOS HUMANOS	40
VI.	INFORMAÇÃO FINANCEIRA.....	45
VII.	CONTRATO PROGRAMA/CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO/CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	59
VIII.	QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS	60
IX.	OUTROS.....	99
X.	ANEXOS	100
1.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	100
2.	PLANIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TRIÉNIO	106
3.	PLANEAMENTO FINANCEIRO PARA 2025-2027	107
4.	PLANO DE INVESTIMENTOS	108
5.	QUADROS DE APOIO INSTRUÇÕES DSPE 13/08/2024	109
6.	PARECERES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO	118
7.	DSUE APROVAÇÃO PAO 24-26	119

I. INTRODUÇÃO

ORIENTAÇÃO – caracterização da empresa, a sua missão e visão, o modelo de negócio, incluindo recursos humanos, bem como outra informação, designadamente financeira, e sempre que adequado situando-a por referência ao setor em que atua).

Nos termos legais, a APL, S. A., tem por objeto a administração do porto de Lisboa, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária. Assim, e de acordo com os seus estatutos, assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do Porto de Lisboa, nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

A área de jurisdição do Porto de Lisboa é definida pelo artº 7º do Decreto-Lei 336/98 de 3 de novembro. Na sua vertente terrestre, abrange 11 concelhos: Oeiras, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Benavente, Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro, Seixal e Almada, estendendo-se por 273 km ribeirinhos. Desses, 110 km correspondem ao estuário do Tejo (50 km na margem direita e 60 km na margem esquerda) e 163 km contornam os esteiros e os canais navegáveis afluentes ao estuário.

Na sua vertente flúvio-marítima abarca uma superfície de 31600 ha tendo como limites, a jusante, o alinhamento das Torres de São Julião e Bugio e a montante, Vila Franca de Xira.

A relação com múltiplos stakeholders e realidades municipais diversas, dentro da área metropolitana de Lisboa, conferem ao Porto de Lisboa, uma singularidade e diferenciação únicas, no contexto mundial de cidades portuárias.

O Porto de Lisboa

O Porto de Lisboa situa-se na proximidade do maior centro de consumo do país, a sua localização privilegiada e as excelentes condições naturais tornam-no numa infraestrutura vital para a economia nacional.

A diversificada e completa oferta serviços portuários, permitem receber todos os tipos de navios e de mercadorias, contemplando 14 Terminais de carga, 2 terminais de Cruzeiros, 3 Gares de Passageiros e 4 Docas de Recreio. No que respeita, a conetividade, o Porto de Lisboa oferece ainda uma completa rede de ligações com os principais portos do mundo, através de 24 linhas de navegação regulares, onde estão representados os principais armadores internacionais.

É considerado um importante elo entre o Mediterrâneo e o Norte de Europa e uma plataforma giratória estratégica no comércio internacional entre a Europa a América do Norte e do Sul e

África, mantendo há mais de uma década, a liderança nacional no segmento dos granéis agroalimentares.

Com referência à movimentação de mercadorias, as atividades portuárias desenvolvem-se em ambas as margens do rio. Na margem Norte está concentrada a movimentação de carga contentorizada e a maioria da carga fracionada. Na margem sul estão localizados diversos terminais especializados nos granéis líquidos e sólidos.

No que respeita o segmento de cruzeiros, o Porto de Lisboa foi galardoado em 2023, pela 9.ª vez, como melhor porto de cruzeiros da Europa, sendo já considerado um porto de renome internacional a nível da indústria de cruzeiros.

No segmento da náutica de recreio, destaca-se o Galardão Bandeira Azul obtido pelo 9º ano consecutivo, pela qualidade da Doca de Santo Amaro.

O nosso Propósito

Ser um Porto global, próximo, inovador, sustentável e gerador de valor.

O nosso Compromisso

Estamos empenhados em gerar um sentimento de pertença e orgulho - “minha cidade, meu porto” – junto da sociedade, dos nossos stakeholders, nossos clientes e nossos colaboradores e desenvolver o Porto de Lisboa, com enfoque na cooperação, inovação e sustentabilidade, local e internacionalmente.

Como tal, estamos comprometidos em desenvolver um porto próspero, integrado no comércio internacional e nas cadeias logísticas globais que sirva a indústria, com o compromisso de ser um porto para todos, confiável e ágil e que trabalha todos os dias para criar o porto de amanhã.

A nossa Missão

Desenvolver e Gerir Porto de Lisboa em toda a sua área de jurisdição no quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, com elevado grau de eficácia e eficiência na prestação dos serviços aos seus utentes com respeito pelas comunidades e pelas pessoas, de acordo com as melhores práticas e na procura por soluções inovadoras, gerando valor para sociedade e procurando dar resposta aos desafios e tendências mundiais do setor marítimo e portuário.



A nossa Visão

Ser um hub global da economia azul, que concilia a relação porto-cidade com os desafios da sustentabilidade focado nos seus stakeholders, nas suas comunidades e na excelência dos serviços logísticos e marítimos através da cooperação, da inovação, da economia circular e da neutralidade carbónica.

II. ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO

ORIENTAÇÃO – especificação da estratégia da empresa, o seu contributo para o desenvolvimento económico e social e para a competitividade e sustentabilidade das finanças públicas e da economia nacional.

Objetivos estratégicos e setoriais (com os correspondentes indicadores operacionais que melhor permitam caracterizá-los e avaliar do seu impacto económico e social), para cada ano do triénio. Estes objetivos devem ser especificados, para cada ano do triénio e categoria (estratégicos/financeiros e setoriais), no formato (indicador, meta) onde indicador é a especificação do objetivo, v.g. como uma fórmula ou condição; meta é a quantificação relativa ao ano, isto é, o valor do indicador que implica o cumprimento da meta.

A nossa Proposta de Valor

Tendo em vista reforçar o posicionamento internacional e elevar a notoriedade do Porto de Lisboa e a definição das opções estratégicas para o Porto de Lisboa, resultou uma reflexão estratégica relativa à proposta de valor e vantagens competitivas do Porto de Lisboa e sua complementaridade com o Porto de Setúbal, no contexto nacional e internacional, traduzida em 7 principais fatores::

- i. Único Porto Nacional com oferta completa de Serviços Marítimo-Portuários – oferece uma diversificada gama de infraestruturas e de serviços de apoio ao navio num porto de abrigo natural, únicas no contexto nacional.
- ii. Localizado no maior centro de consumo e produção nacional - a grande região de polarização de Lisboa, correspondente a 30% do território nacional, fixa mais de 4 milhões de residentes e 40% do emprego e das empresas nacionais, sendo ainda responsável por 50% da riqueza gerada no país
- iii. Conetividade (externa e interna) do Porto - ligações marítimas com mais de 70% dos países, como um importante hub para o mercado europeu e do Atlântico, com especial destaque para as ligações com África e América, bem como a conetividade interna que permite a navegação marítima e fluvial no interior do porto, até Vila Franca de Xira. Esta posição atlântica aliada à fiabilidade da operação com um porto aberto à navegação 24 horas por dia, 365 dias no ano, incrementa a atratividade do Porto e dos seus terminais.
- iv. Vasta Área Dominial – detém uma vasta área dominial, bastante heterogénea que possibilita a instalação de todo o tipo de serviços.
- v. Boas Acessibilidades Marítimas- dispõe de excelentes acessibilidades marítimas, seja na barra de acesso, com fundos de -16,5mZH, seja nos terminais.

- vi. Proximidade à Indústria Transformadora Agroalimentar - Grande parte da indústria extratora está situada a norte do Rio Tejo, sendo Lisboa o porto preferencial para desembarque de cereais, minimizando os custos de transporte da operação.
- vii. Atratividade do Território - a Área Metropolitana de Lisboa é atualmente um dos territórios mais atrativos do mundo, com grande procura ao nível de turismo e inovação, de pessoas e empresas.

Considerando as prioridades da tutela setorial para o setor marítimo-portuário para o horizonte 2024/2035 no sentido de alavancar a competitividade, a sustentabilidade e o desempenho portuário, respondendo eficazmente às cadeias de abastecimento e às novas necessidades do comércio externo e da reindustrialização, com ênfase particular nas exportações e ainda, a necessidade de modernização e transformação tecnológica, de implementação de práticas sustentáveis, da transição energética e da integração logística e intermodal, apresentam-se os grandes eixos estratégicos de desenvolvimento para o próximo triénio no Porto de Lisboa:

1. Eixos Estratégicos de Desenvolvimento

As opções estratégicas do próximo triénio assentam em 4 grandes Eixos Estratégicos de desenvolvimento:

i. Sustentabilidade e Descarbonização

Promover o desenvolvimento sustentável das atividades portuária, logística, náutica e dominial, contribuindo para a transição energética, a economia circular e a adaptação às alterações climáticas.

ii. Inovação e Digitalização

Potenciar o desenvolvimento de soluções tecnológicas e operacionais na perspetiva da transição verde e digital e da localização de atividades ligadas à economia azul e o desenvolvimento de soluções tecnológicas e operacionais de ID&I para melhoria funcional das atividades marítimo-portuárias

iii. Economia e Desenvolvimento da intermodalidade

Alargar o hinterland, adaptando a oferta portuária às necessidades do mercado, e crescer nas atividades core, procurando novas oportunidades de negócio, cooperando com os stakeholders para a prestação de serviços de excelência, focados no cliente, nas áreas logística, portuária e marítima.

iv. Território, Comunidades e Pessoas

Colaborar com os Municípios envolventes sendo parceiros ativos no desenvolvimento do território da AML – Área Metropolitana de Lisboa através do estabelecimento de parcerias para qualificar as frentes ribeirinhas de forma compatível com a atividade portuária, garantindo as condições para a prática das atividades náuticas recreativas, desportivas, culturais e sociais outras atividades dominiais.

Estes 4 eixos estratégicos são as áreas-chave nas quais a APL concentrará os seus esforços para alcançar seus objetivos estratégicos e que orientarão a sua base de atuação no próximo triénio.

1.1. Orientações e Objetivos Estratégicos da APL

Tendo como base os 4 eixos estratégicos, definiram-se cinco objetivos estratégicos gerais para o Porto de Lisboa:

- i. Alargar o hinterland e reforçar a eficiência e intermodalidade nas cadeias logísticas;
- ii. Criar um cluster da economia azul;
- iii. Desenvolver um Porto Verde, Inteligente e Resiliente;
- iv. Reforçar a ligação Porto-Cidade;
- v. Reforçar o papel do Porto de Lisboa no setor do turismo marítimo internacional.

2. Estratégia Setorial

A Estratégia Portugal 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro, contempla nos objetivos estratégicos “Portugal mais verde” e “Portugal mais conectado”, orientações para o setor portuário que visam a criação de uma rede de infraestruturas, a transição digital, a aposta na industrialização do País e na reconversão industrial, a transição energética e eletrificação da economia, assentes num novo paradigma para a mobilidade e o desenvolvimento do comércio e do turismo.

Esta Estratégia destaca para os portos as seguintes áreas de intervenção:

- realização de intervenções de melhoria das condições de navegabilidade e das acessibilidades marítimas e portuárias;
- consolidação e reabilitação de molhes e terminais, bem como patrocínio de melhorias tecnológicas na gestão de tráfego;
- preparação e capacitação dos portos para a disponibilização de oferta de energia renovável, de Onshore Power Supply e para a operação de energias de transição;

- intervenções de reforço da capacidade portuária com foco em vias navegáveis, terminais e zonas logísticas que promovam a transferência modal;
- expansão e requalificação das acessibilidades às infraestruturas logísticas associadas aos portos, bem como à infraestrutura ferroviária; e vi) atualização e expansão das capacidades digitais instaladas nas infraestruturas portuárias.

Adicionalmente, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): componente 10 dedicada à área do mar, inclui o lançamento de um novo ecossistema de inovação e capacitação da economia do mar, descarbonizadora e visa desenvolver uma resposta estrutural, duradoura e impactante preparando o caminho para a construção de uma economia do mar mais competitiva, mais coesa e mais inclusiva, mas também mais descarbonizada e sustentável, com maior capacidade de aproveitamento das oportunidades decorrentes das transições climática e digital.

Complementarmente, a Componente 19 do PRR prevê providenciar um melhor serviço público, utilizando a tecnologia e reforçando a proximidade para um acesso mais simples, seguro, efetivo e eficiente de cidadãos e empresas, reduzindo custos de contexto, bem como promover a eficiência, a modernização, a inovação e a capacitação da Administração Pública, reforçando o contributo do Estado e da administração pública para o crescimento e desenvolvimento económico e social.

No que respeita, a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, esta releva a importância da atuação dos portos no desenvolvimento e crescimento da Economia Azul na dimensão económica, da inovação, sustentabilidade, ambiente, transição digital e energética, destacando um conjunto de iniciativas ligadas, direta e indiretamente, ao papel do setor portuário:

- Elaboração do plano estratégico para a infraestrutura marítimo-portuária de combustíveis alternativos renováveis e sustentáveis;
- Fomentar o financiamento de projetos de empreendedorismo e inovação na economia azul que promovam a descarbonização, a sustentabilidade, a circularidade, a eficiência e com impacto positivo sobre a biodiversidade;
- Descarbonizar e promover a transição, eficiência e autonomia energética nos setores da economia do mar, o desenvolvimento de tecnologias e a produção de energias renováveis oceânicas;
- Criar um programa de reindustrialização na economia azul, com prioridade para a bioeconomia, tecnologias limpas, engenharia natural, robótica e sensores e toda a digitalização do setor económico do oceano.

A Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente (EACP) - Horizonte 2026 (EACP-2026), estabelecida ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2021, de 24 de novembro, definiu os seguintes objetivos estratégicos para o setor portuário:

- Adequar infraestruturas e equipamentos ao aumento da dimensão dos navios e da procura e ligações ao hinterland;
- Melhoria das condições de operacionalidade das unidades portuárias;
- Criar e dotar os portos de plataformas de aceleração tecnológica e áreas de apoio a novas atividades no mar, num Hub Azul de infraestruturas em rede, com acesso direto ao mar, para atrair o investimento e apoiar a internacionalização, promovendo as transições verde e digital.

2.1. Orientações e objetivos da Tutela Técnica

No quadro de uma estreita articulação entre a Tutela Técnica e as Administrações Portuárias, reconhecidos os atuais desafios do Sector e atento o horizonte temporal 2035, está atualmente em curso, o desenvolvimento de Plano de Estratégico e de Ação para os portos dos Continente, tendo em vista atualização da visiva sobre o Setor marítimo-portuário e seus eixos estratégicos constantes da EACP 2026.

O reforço do papel dos portos nacionais enquanto infraestruturas competitivas, que servem o interesse público e a economia nacional é reconhecido pela atual tutela técnica como ação determinante. Com efeito, dado o papel fundamental que os portos desempenham no desenvolvimento económico nacional e na integração logística global, é imperativo acelerar a melhoria das capacidades e da competitividade das infraestruturas, equipamentos e acessibilidades marítimas e terrestres dos portos.

Os portos nacionais do continente enfrentam um momento decisivo para o seu futuro. Entende-se ser hoje claro que, além de plataformas logísticas e de transporte, as infraestruturas portuárias são, também, o veículo de ligação entre o transporte marítimo e os hinterland, hubs industriais e energéticos e, ainda, com os centros de inovação e tecnologia.

Os portos portugueses encontram-se numa posição geoestratégica privilegiada, situados na interface entre o Atlântico, o Mediterrâneo e o Norte da Europa, servindo como importantes portas de entrada para o mercado ibérico e pontos de ligação com as redes transeuropeias de transporte. Este posicionamento oferece um potencial significativo para atrair novos investimentos, designadamente em setores emergentes, e para assumir um papel relevante como hub logístico entre continentes, em especial no Atlântico.

No entanto, para concretizar este potencial, os portos enfrentam vários desafios, como a necessidade urgente de modernização e transformação tecnológica, a implementação de práticas sustentáveis, a transição energética e a integração logística e intermodal.

Pretende-se assim desenhar uma estratégia para o setor marítimo-portuário que atenda a 5 prioridades:

1. Mais Crescimento - Acelerar o investimento no aumento da capacidade, produtividade e competitividade do porto, em especial com capitais privados, e acelerar o crescimento do movimento de navios, passageiros e cargas, com destaque para a exportação;
2. Mais Descarbonização e Sustentabilidade - Acelerar o investimento na transição energética e descarbonização dos serviços aos navios, à carga e aos passageiros, promovendo as melhores práticas sustentáveis nos portos e no transporte marítimo e a atração de novos setores da economia circular e das energias verdes;
3. Mais Intermodalidade - Promover uma visão logística e intermodal integrada, complementando os portos com mais ferrovia e rodovia mais verde, melhorando as capacidades de interface ferroviário e desenvolvendo soluções logísticas inovadoras;
4. Mais Digitalização - Promover a transição digital, avançando mais na transformação digital, automação e integração dos terminais e dos portos e alargando a Janela Única Logística (JUL) a todos os serviços dos portos e dos terminais, de forma articulada com o transporte marítimo, rodoviário e ferroviário.
5. Mais Integração - Promover uma maior integração estratégica e coordenação entre portos e com as comunidades portuárias, mais concorrência entre terminais portuários e melhor integração simbiótica com as cidades, com o hinterland e com as comunidades locais, através de instrumentos conjuntos de gestão do Porto-Cidade.

Assim, face a estas prioridades e atento o novo horizonte temporal 2035, definiram-se os seguintes eixos estratégicos:

Prioridades da Tutela Setorial	Eixos Estratégicos	Objetivos Estratégicos
1. Mais Crescimento	Sustentabilidade e Descarbonização	Alargar o hinterland e Reforçar a eficiência e intermodalidade nas cadeias logísticas;
2. Mais Descarbonização e Sustentabilidade		Desenvolver um Porto Verde, Inteligente e Resiliente;
3. Mais Intermodalidade	Inovação e Digitalização	Criar um cluster da economia azul;
4. Mais Digitalização	Economia e Desenvolvimento da Intermodalidade	Reforçar o papel do Porto de Lisboa no setor do turismo marítimo internacional
5. Mais Integração	Território, Comunidades e Pessoas	Reforçar a ligação Porto-Cidade

--	--	--	--	--	--	--

No âmbito do planeamento da atividade, nomeadamente, na implementação da estratégia de médio prazo, foram corporizadas estas orientações estratégicas conhecidas para o setor marítimo e portuário concorrendo para as mesmas um conjunto de iniciativas específicas.

Para aferir o cumprimento destas orientações, selecionaram-se os indicadores próprios de cada iniciativa constantes do quadro seguinte:

Objetivo	Indicador	Meta				Observações
		2024	2025	2026	2027	
Aumentar a eficiência energética	Redução do consumo de energia direta – combustíveis fósseis	8%	10%	12%	14%	Variação face a 2019
Produção de energias renováveis para autoconsumo	Independência energética (Energia produzida/Total Energia Consumida)	'--	3%	5%	7%	Prevê-se o início de produção de energia para 2024
Descarbonização do Terminal Cruzeiros	Investimento no projeto Onshore Power Supply (milhares de euros)	345	6 682	6 857	2 350	Plano Investimentos Ver ponto IV. 1.3.3
Reforço da movimentação de contentores	Movimentação de contentores (milhares de TEU)	439	458	482	507	Ver ponto III.1.2
Melhoria das infraestruturas marítimas	GT médio dos navios	21 162	20 711	20 846	20 675	Ver ponto III.1.1
Promover a integração de iniciativas e plataformas de aceleração tecnológica	Investimento em Inovação (milhares de euros)	873	11 607	4 883	430	Plano Investimentos IV.3
Promoção de uma política de saúde mental e valorização do desenvolvimento pessoal	Formação, workshops, team building em Saúde Mental e desenvolvimento pessoal (número de ações)	4	2	2	2	Estima-se alcançar o objetivo de pelo menos uma ação por trimestre

3. Estratégia do Acionista

Nos termos do disposto no Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, em concreto no artigo 24.º, as orientações estratégicas definidas pela Tutela Financeira traduzem-se num conjunto de medidas ou diretrizes relevantes para o equilíbrio económico e financeiro do sector empresarial do Estado.

Neste contexto, atentas as orientações emanadas pela Tutela Financeira (Direção Geral do Tesouro e Finanças) em 13/08/2024 - “Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, incluindo o Plano de Investimentos, das empresas públicas” (IEPAO), identificam-se como relevantes cinco principais orientações:

- Crescimento sustentado da atividade;
- Nível de eficiência melhorado;
- Rentabilidade do ativo total;
- Plano financeiro sustentável;
- Otimizar a utilização de recursos humanos.

3.1. Orientações e objetivos estratégicos do acionista

A monitorização do cumprimento das orientações identificadas terá por base os indicadores constantes do quadro abaixo:

NOTAS	OBJETIVO	INDICADOR	Valores em euros			
			2024	2025	2026	2027
			Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
1	Garantir e potenciar o crescimento da atividade	Vol negócios + Rend. Propr. Invest.	51 910 658	53 629 300	55 563 465	57 403 575
2	Aumentar a rentabilidade da empresa melhorando seu desempenho operacional	EBITDA ajustado	17 600 905	11 101 608	18 523 334	16 391 207
3	Aumentar o desempenho da empresa, gastos e ganhos, para que possa exercer e potenciar a sua atividade	EBIT ajustado	12 444 165	13 213 347	13 502 566	12 202 852
4	Melhorar a performance económico-financeira	Resultado Líquido ajustado	7 588 761	10 048 619	8 559 362	8 435 884
5	Garantir os níveis de rentabilidade / eficiência operacional	Rácio GO/VN ajustado	61,76%	61,63%	60,52%	58,80%
6	Garantir a geração de lucro com base nos recursos próprios da empresa	ROE (ajust) = Result. Líq. (ajust) / Capital Próprio	3,16%	4,14%	3,47%	3,39%

NOTAS:

- (1) Inclui contas 72 + Rendimentos de propriedades de investimento.
- (2) Ao EBITDA estão deduzidas as exceções relativas aos gastos mencionadas no ponto VIII.3. (FSE, GPessoal e Outros Gastos e Perdas)
Este indicador apresenta um decréscimo de 2024 para 2025, uma vez que o aumento das vendas e serviços prestados não é suficiente para compensar o acréscimo dos gastos operacionais, mesmo se deduzidas as exceções, principalmente por via do aumento de gastos com pessoal (admissões necessárias).
- (3) Ao EBIT estão deduzidas as exceções relativas aos gastos operacionais, bem como as imparidades e provisões. Este indicador evolui favoravelmente em 2025 e 2026 mas sofre uma quebra em 2027 pelo aumento do volume de amortizações, na sequência do investimento a realizar até lá.
- (4) Ao Resultado Líquido estão deduzidas as exceções relativas aos gastos operacionais e encargos com a inspeções da AT ao IVA.
Este indicador evolui favoravelmente para 2025 mas em 2026 e 2027 sofre uma quebra, quer pelos motivos indicados para os outros níveis de resultados (notas 2 e 3), quer pelo aumento dos encargos financeiros com os empréstimos a contrair para fazer face ao investimento.
- (5) Considerados os Gastos Operacionais Ajustados (deduzidos das situações excecionais) sobre o Volume de negócios ajustado (inc. Rendimentos Propried. Invest)
- (6) Considerado o Resultado Líquido ajustado conforme mencionado na nota 4 sobre o Capital Próprio. Apesar da evolução favorável para 2025, verificam-se quebras em 2026 e 2027.
Estas variação decorrem da conjugação de :
- um aumento do denominador (Capital Próprio), pela incorporação de resultados dos anos precedentes e pelo efeito do registo dos bens das concessões a reverter e ajustamento de subsídios ao investimento;
- uma diminuição do numerador (Resultado Líquido), conforme comentado na nota 4.

III. PLANO DE ATIVIDADES

ORIENTAÇÃO - Atividades que dão corpo à estratégia e que permitem atingir os objetivos aí estabelecidos.

Breve descrição dos principais produtos/serviços que se pretendem disponibilizar/prestar, ligando-os aos objetivos a alcançar, e dos meios/recursos e bens intermédios a serem utilizados.

1. Previsões de movimentação portuária – Objetivos Operacionais

O comércio marítimo global deverá evoluir a uma média de 2,1% por ano, tendência que se deverá manter até 2027, segundo os dados da UNCTAD. Apesar das tendências positivas é de salientar que se mantém uma conjuntura económica marcada pela forte instabilidade geopolítica a par de uma forte tendência de restrições ambientais, nomeadamente sobre a

produção industrial, em diversos países europeus. Estes factos podem causar fortes perturbações na cadeia logística, bem como nos custos de transporte, afetando as previsões e perspetivas que se possam definir no que respeita à atividade portuária de navios e mercadorias. Por outro lado, e, no que respeita ao funcionamento dos terminais de movimentação de mercadorias no porto de Lisboa, 8 dos 14 terminais têm os seus contratos de concessão a terminar em 2025. Urge assim definir-se o horizonte temporal de eventuais prorrogações e/ou lançamento de novos concursos, já que esta incerteza poderá ter igualmente forte impacto na performance operacional e comercial dos mesmos.

Não obstante o acima referido, num cenário conservador perspetiva-se um aumento na movimentação de mercadorias e navios no Porto de Lisboa, conforme se apresenta nos quadros seguintes, tendo por base os pressupostos:

- a) Aumento da quota de mercado do segmento da carga contentorizada, resultante do projeto de investimento que visa a modernização e eficiência operacional do Terminal de Contentores de Alcântara;
- b) Recuperação dos níveis de movimentação dos Granéis Sólidos em 2026 e 2027;
- c) Aumento do movimento de Granéis Líquidos na sequência da contínua aposta comercial por parte da APL e seus parceiros na movimentação de bunkering;
- d) Aumento da eficiência e redução de custos através da inovação e da sustentabilidade e da aposta em novas e mais avançadas tecnologias

1.1. Movimento de navios em atividade comercial

Face ao crescimento expetável no total de mercadorias movimentadas, particularmente na carga contentorizada, prevê-se igualmente um ligeiro aumento do número e dimensão medida em toneladas de arqueação bruta (GT) - de navios que escalam o Porto de Lisboa, conforme quadro seguinte:

Tipo de Navio (GT)	Real	Estim	PREVISÃO			Variações		
	2 023	2 024	2 025	2 026	2 027	2025/ 2024	2026/ 2025	2027/ 2026
Carga contentorizada	11 721 915	13 086 377	13 605 901	13 930 464	14 069 259	4,0%	2,4%	1,0%
Carga Fraccionada	932 228	1 012 744	1 051 316	1 078 793	1 087 049	3,8%	2,6%	0,8%
Cruzeiros	28 018 219	23 817 047	23 155 462	23 486 254	23 817 047	-2,8%	1,4%	1,4%
Granéis Líquidos	4 471 179	5 414 137	5 622 373	5 766 536	5 814 591	3,8%	2,6%	0,8%
Granéis Sólidos	6 680 312	5 681 593	5 898 035	6 060 366	6 114 476	3,8%	2,8%	0,9%
Outros Navios	836 997	297 219	308 227	313 731	319 235	3,7%	1,8%	1,8%
Somatório GT	52 660 850	49 309 117	49 641 314	50 636 144	51 221 657	0,7%	2,0%	1,2%

Tipo de Navio (N.º de escalas)	Real	Estim	PREVISÃO			Variações		
	2 023	2 024	2 025	2 026	2 027	2025/ 2024	2026/ 2025	2027/ 2026
Carga contentorizada	857	932	969	969	1 002	4,0%	0,0%	3,4%
Carga Fraccionada	284	368	382,016	392	395	3,8%	2,6%	0,8%
Cruzeiros	347	360	350	355	360	-2,8%	1,4%	1,4%
Granéis Líquidos	343	338	351	360	363	3,8%	2,6%	0,8%
Granéis Sólidos	261	210	218	224	226	3,8%	2,8%	0,9%
Outros Navios	144	108	112	114	116	3,7%	1,8%	1,8%
N.º de escalas	2 236	2 316	2 382	2 414	2 462	2,9%	1,3%	2,0%
GT médio	23 551	21 162	20 711	20 846	20 675	-2,1%	0,7%	-0,8%

1.2. Movimento de mercadorias

A evolução do movimento de mercadorias no porto de Lisboa, à semelhança do que acontece na generalidade do setor portuário, é bastante condicionada pela evolução da economia, tanto a nível nacional como internacional, assim como pela performance das cadeias logísticas, que se vão adaptando às alterações nos preços das *commodities* e dos fretes, a par de outras alterações de mercado, como é o caso do preço da energia ou do preço dos fretes devido à instabilidade no Canal do Suez ou em outras regiões do globo.

As previsões para o ano de 2024 foram reajustadas com base nas estimativas remetidas pelas concessionárias, bem como pelo realizado no primeiro semestre, prevendo-se um segundo semestre com algumas subidas, particularmente no segmento de carga contentorizada. Assim, prevê-se um crescimento de 20,9% neste segmento, o que resulta numa subida de 7,7% no total de toneladas movimentadas – 11,7 milhões de toneladas. Esta -se fundamentalmente ao crescimento previsto para o TCA (Liscont). o investimento visível na recuperação do terminal impulsionou o aumento do número de linhas regulares de contentores, que têm vindo a escalar neste terminal, bem como, o aumento de carga transportada pelo mesmo, induzido pelas ligações diretas ao continente americano.

Por outro lado, as previsões para os granéis líquidos apontam para um crescimento de 8%, assente no aumento do fornecimento de bancas, enquanto para os granéis sólidos se espera uma ligeira descida de 4%, devida quer às quebras nas exportações de clínquer e cimento (devido à absorção da produção da Cimpor pelo mercado interno) quer à menor operacionalidade do Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria, fruto da necessidade de reparação e manutenção do respetivo equipamento de movimentação.

Quanto a 2025, a previsão de movimentação de mercadorias no Porto de Lisboa aponta para um crescimento de 1,6%, ou seja 11,9 milhões de toneladas. Continua a perspetivar-se um crescimento de 4,3% na carga contentorizada, alavancado pelo TCA (Liscont). Os granéis líquidos deverão estabilizar, com uma subida de 2,7%, ligada ao aumento de tráfego comercial, que poderá potenciar um aumento de bancas. Quanto aos granéis sólidos, estima-se uma redução de 1,8% (comparativamente a 2024), devido ao impacto das obras do Plano Geral de Drenagem de Lisboa no Terminal Multiusos do Poço do Bispo. Apesar de se prever que outros terminais absorvam parte da carga movimentada neste terminal, dada a redução efetiva de 2/3 desta instalação, julga-se prudente estimar que a totalidade da operação não será efetuada.

Estas perspetivas de movimentação de mercadorias no Porto de Lisboa foram efetuadas com base nas estimativas fornecidas pelas concessionárias, estando estas mesmas sujeitas à inexatidão habitual devido à data prematura em que as mesmas foram solicitadas. Acresce ainda que o terminal que será mais afetado pelo PGDL não apresentou a sua estimativa. Importa referir que foram efetuados alguns ajustes internos na previsão da carga contentorizada, por se afigurar excessiva a previsão inicial.

Para 2026 e 2027, considerou-se um crescimento de 3,9% e 3,2% respetiva no total da carga marítima movimentada, alavancado fundamentalmente na carga contentorizada e granéis sólidos, e tendo por pressuposto a recuperação da procura, interna e externa, a par dos novos serviços de linhas regulares de contentores, que se estima virem a escalar o porto.

Como acima referido, 2025 será um ano crucial a maioria dos terminais de movimentação de mercadorias do Porto de Lisboa, dado o término das respetivas concessões. Estas previsões tiveram como pressuposto a manutenção das condições atuais, quer ao nível dos contratos, quer das respetivas infraestruturas. De igual forma, as obras do PGDL impactarão fortemente um dos terminais multiusos, responsável por mais de 1 milhão de toneladas de granéis. Embora já tenham sido estudadas alternativas, não se consegue ainda aferir a totalidade dos impactos de uma obra desta magnitude, tanto no referido terminal como nas acessibilidades de todos os terminais da zona oriental.



CARGA MOVIMENTADA (Toneladas)	Real	Estim	PREVISÃO			Variações		
	2 023	2 024	2 025	2 026	2 027	2025/ 2024	2026/ 2025	2027/ 2026
CARGA MARÍTIMA	10 872 269	11 707 763	11 899 825	12 366 000	12 757 000	1,6%	3,9%	3,2%
Granéis	6 256 737	6 179 866	6 139 825	6 300 000	6 387 000	-0,6%	2,6%	1,4%
Sólidos	4 793 739	4 600 000	4 517 466	4 700 000	4 747 000	-1,8%	4,0%	1,0%
Líquidos	1 462 998	1 579 866	1 622 359	1 600 000	1 640 000	2,7%	-1,4%	2,5%
Carga geral	4 615 532	5 527 897	5 760 000	6 066 000	6 370 000	4,2%	5,3%	5,0%
Fraccionada	174 131	156 637	160 000	166 000	170 000	2,1%	3,8%	2,4%
Contentorizada	4 441 401	5 371 260	5 600 000	5 900 000	6 200 000	4,3%	5,4%	5,1%
CARGA FLUVIAL	181 629	125 000	125 000	125 000	125 000	0,0%	0,0%	0,0%
CARGA TOTAL	11 053 898	11 832 763	12 024 825	12 491 000	12 882 000	1,6%	3,9%	3,1%

(Unid: toneladas)

TERMINAIS	Real	Estim	PREVISÃO			Variações		
	2 023	2 024	2 025	2 026	2 027	2025/ 2024	2026/ 2025	2027/ 2026
TCSA-SOTAGUS	1 477 963	1 749 258	1 777 954	1 847 605	1 906 025	1,6%	3,9%	3,2%
TCA-LISCONT	1 919 415	2 422 876	2 462 622	2 559 096	2 640 012	1,6%	3,9%	3,2%
TMB-TMB	446 217	559 490	568 668	590 946	609 631	1,6%	3,9%	3,2%
TMPB-ETE	1 132 722	1 417 166	1 440 414	1 496 842	1 544 171	1,6%	3,9%	3,2%
TGAB-SILOPOR	715 668	640 000	650 499	675 982	697 356	1,6%	3,9%	3,2%
TGAT-SILOPOR	1 725 035	1 099 559	1 117 597	1 161 379	1 198 100	1,6%	3,9%	3,2%
TGLB-CHANE	715 814	750 000	762 304	792 167	817 214	1,6%	3,9%	3,2%
TGAP-SOVENA	1 040 840	1 100 000	1 118 045	1 161 844	1 198 581	1,6%	3,9%	3,2%
TGAA-IBEROL								
TA-CIMPOR	86 508	15 000	15 246	15 843	16 344	1,6%	3,9%	3,2%
TLPB-OZ Energia	49 588	69 000	70 132	72 879	75 184	1,6%	3,9%	3,2%
TLB-REPSOL	207 256	300 000	304 921	316 867	326 886	1,6%	3,9%	3,2%
TPB-PETROGAL								
EANPL-ETC	296 404	392 807	399 251	414 892	428 010	1,6%	3,9%	3,2%
TML-TSA	1 070 705	1 192 607	1 212 171	1 259 658	1 299 487	1,6%	3,9%	3,2%
CARGA TOTAL	10 884 135	11 707 763	11 899 825	12 366 000	12 757 000	1,6%	3,9%	3,2%

2. Cruzeiros e passageiros

Para 2025, os principais operadores de cruzeiro partilham uma perspetiva otimista para esta atividade a nível mundial, projetando um crescimento significativo na capacidade e na procura, sustentado pela emergência de novos navios no mercado e pelos níveis recordes de reservas antecipadas.

A indústria de cruzeiros está a demonstrar a sua vitalidade duradoura e capacidade de inovação, o que, aliado aos investimentos estratégicos na expansão da frota, à melhoria das experiências para os passageiros e ao compromisso com a sustentabilidade ambiental, posiciona o setor dos cruzeiros para um futuro brilhante e dinâmico.

O setor está fortemente comprometido em manter o foco na sustentabilidade, regulação, descarbonização, inovação tecnológica e inteligência artificial, além da cooperação contínua e do aprimoramento mútuo com os destinos, elementos fundamentais para o crescimento sustentável e responsável da atividade.

Para o Porto de Lisboa, prevê-se que a atividade de cruzeiros se mantenha estável nos próximos anos, com indicadores semelhantes aos registados nos últimos anos.

À semelhança da indústria mundial, a APL continuará a desenvolver uma série de ações com vista à descarbonização da atividade de cruzeiros rumo à sustentabilidade, bem como a promover iniciativas destinadas a fortalecer um relacionamento positivo e colaborativo entre as companhias de cruzeiro e a comunidade de Lisboa.

O quadro seguinte apresenta os níveis de atividade atingidos nos anos mais recentes, assim como as metas previstas para o próximo triénio:

ESCALAS E PASSAGEIROS (N.º)	Real	Estim	PREVISÃO			Variações		
	2 023	2 024	2 025	2 026	2 027	2025/ 2024	2026/ 2025	2027/ 2026
ESCALAS	347	360	350	355	360	-2,8%	1,4%	1,4%
PASSAGEIROS	758 328	750 000	675 000	750 000	750 000	-10,0%	11,1%	0,0%
Embarcados	102 680	95 000	85 000	100 000	100 000	-10,5%	17,6%	0,0%
Desembracados	101 324	90 000	85 000	100 000	100 000	-5,6%	17,6%	0,0%
Em trânsito	554 324	565 000	505 000	550 000	550 000	-10,6%	8,9%	0,0%

3. Náutica de Recreio e Atividade Marítimo-Turística

Apesar da tendência de crescimento da economia nacional, e tendo em conta a evolução positiva que o setor do Turismo tem vindo a apresentar, as projeções para os anos de 2025, 2026 e 2027, nas docas de recreio da Marina de Lisboa apontam para que se registre pouca oscilação no número de embarcações passantes e de curta estadia, bem como dos clientes residentes. A longa lista de espera reflete a baixa rotatividade das embarcações e, por outro lado, o aumento do número de embarcações em regime temporário, o que limita o número de lugares para passantes.

Não obstante, em 2025, prevê-se o aumento do número de lugares na Doca de Alcântara, em cerca de 50 lugares para as classes IV e V.

TAXAS DE OCUPAÇÃO (%)	Real	Estim	PREVISÃO			Variações em p.p.		
	2 023	2 024	2 025	2 026	2 027	2025/ 2024	2026/ 2025	2027/ 2026
Doca de Alcântara	88%	88%	88%	88%	88%	0,0	0,0	0,0
Doca de Belém	86%	72%	72%	72%	72%	0,0	0,0	0,0
Doca do Bom Sucesso	82%	86%	86%	86%	86%	0,0	0,0	0,0
Doca de Santo Amaro	72%	82%	82%	82%	82%	0,0	0,0	0,0
MÉDIA ANUAL	82%	82%	82%	82%	82%	0,0	0,0	0,0

No que se refere à atividade Marítimo-Turística, até ao fim do primeiro trimestre de 2024 encontravam-se já registados 111 operadores e 195 embarcações. Esta é uma atividade que tem vindo a evoluir nos últimos anos de forma muito positiva e com uma contínua manutenção do elevado número de operadores licenciados.

Polo Náutico de Belém (PNB)

O Polo Náutico de Belém dispõe de 118 lugares para estacionamento de embarcações de recreio e é uma infraestrutura crucial para a atividade da náutica de recreio no Estuário do Tejo.

Em 2023, esta infraestrutura registou uma taxa de ocupação de 74%, com os meses de fevereiro a junho a apresentar os valores mais elevados, o que se justifica pelo facto de as embarcações passarem do estacionamento a nado para seco, efetuando as reparações nos meses que antecedem o período de maior utilização da embarcação – o Verão.

O PNB dispõe de 11 escritórios/oficinas onde se encontram instalados os reparadores que desenvolvem a sua atividade neste espaço.

Em 2023, a APL deu início a uma intervenção no PNB e sua envolvente, visando requalificar toda a zona ribeirinha promovendo a conciliação dos diversos usos que aí ocorrem, tanto as atividades operacionais e portuárias como o usufruto do espaço público pela população. Esta obra criará mais um espaço ribeirinho requalificado, onde será possível conciliar a atividade portuária ligada à náutica de recreio, tão essencial para a cidade, com as atividades lúdicas da população.

4. Atividades Conexas a Desenvolver no triénio

4.1. Vertente Interna

Alinhamento Estratégico Organizacional

No final de 2024 prevê-se levar a cabo um alinhamento estratégico organizacional da estrutura da APL, S.A., tendo presente a sua articulação e complementaridade com o Porto de Setúbal, de forma a potenciar a sua eficiência organizacional. Em 2025 proceder-se-á à consolidação dessa estratégia, com identificação de novas competências e de novas funções, e ainda com a racionalização de processos, tendo em vista uma organização mais eficiente, mais moderna e alinhada com os desafios de mercado.

Desenvolvimento da Academia dos Portos de Lisboa e Setúbal

A criação da Academia dos Portos de Lisboa e Setúbal tem como principais objetivos a formação e capacitação interna dos trabalhadores da APL e APSS e das comunidades portuárias de Lisboa e Setúbal bem como a cooperação internacional portuária, empresarial e científica, tendo como principais objetivos:

- Criar de programas de formação interna e externa para desenvolver competências técnicas específicas e criar sinergias entre as comunidades portuárias de Lisboa e Setúbal
- Desenvolver e capacitar trabalhadores em novas competências técnicas face aos desafios de transição energética e digital
- Desenvolver a formação tecnológica, integrando módulos de formação relacionados a tecnologias emergentes no setor portuário, como automação, inteligência artificial e análise de dados.
- Estabelecer programas de certificação para garantir padrões de qualidade e segurança internacionalmente reconhecidos.
- Desenvolver uma agenda de Investigação aplicada que aborde desafios específicos enfrentados pelo setor portuário, como automação, inteligência artificial, sustentabilidade e a segurança.
- Colaborar com a Indústria e Academia científica através de parcerias para desenvolver soluções práticas e inovadoras.
- Implementar iniciativas que promovam o bem-estar físico e mental dos trabalhadores, visando a satisfação no trabalho e a produtividade.

Para a sua concretização, está previsto o investimento para a melhoria e aquisição de equipamentos, os respetivos auditórios de formação da APL e da APSS.

Ao estabelecer estes objetivos, a Academia pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento sustentável do setor portuário, capacitando profissionais, promovendo a inovação e contribuindo para a Investigação e o avanço do conhecimento na área.

Certificações de Qualidade

- A implementação de um Sistema de Gestão Integrado na APL e respetiva certificação, nos termos dos referenciais das normas ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001, constitui-se como um projeto transversal a toda a empresa. A implementação do SGI permitirá uma abordagem da organização enquanto um sistema de processos devidamente documentados e monitorizados, reforçando o controlo interno, o cumprimento dos objetivos definidos e a melhoria contínua do desempenho organizacional.
- Certificação ISO27001 – Segurança da Informação

Os sistemas de informação da APL estão certificados, pela ISO27001, desde 2021. São realizadas auditorias internas e externas anuais de acompanhamento e de 2 em dois anos de recertificação, devendo ocorrer a próxima em 2025.

Gestão de contratos e compromissos e Modelo de Contabilidade Analítica

Em 2024 tiveram já lugar alguns contactos com consultores externos no sentido de efetuar levantamento de necessidades no âmbito destes dois projetos transversais, fundamentais à obtenção de informação para apoio à gestão.

Com estes dois projetos, que se articulam, pretende-se obter dados para uma melhor avaliação da rentabilidade de tarifas e negócios, bem como facilitar a resposta às exigências acrescidas de compliance no âmbito das contratações de bens e serviços, o acompanhamento de contratos, do orçamento, e o cumprimento dos respetivos prazos de pagamentos.

Novo Sistema de Gestão Documental

Pretende-se substituir o atual sistema SAP-DMS por outra solução mais eficiente e de âmbito mais alargado que dê resposta integral a todos os requisitos de gestão de documentos na empresa, sendo para tal necessário proceder a uma reengenharia de processos e a um diagnóstico dos sistemas de informação existentes.

4.2. Vertente de Promoção Internacional do Negócio

▪ Carga e Logística

O Porto de Lisboa continuará a reforçar, em parceria com os diversos stakeholders portuários e logísticos, a sua aposta na internacionalização, através da divulgação da atual oferta portuária e dos projetos de investimento em curso e planeados para o próximo triénio. Esta promoção comercial tem como objetivo não só reforçar a notoriedade do porto de Lisboa, mas essencialmente dinamizar e captar novos negócios e mercados e, desta forma, melhor a qualidade da oferta de ligações marítimas para as empresas exportadoras e importadoras nacionais. De igual forma a divulgação de serviços conexos com a atividade portuária, como seja a possibilidade de serem efetuados abastecimentos de combustíveis, reparações e outros, são igualmente áreas objeto de divulgação e que exponenciam o aumento de tráfego e de serviços no porto de Lisboa.

Está assim prevista a manutenção de ações de representação comercial nos principais eventos do setor do Shipping e da logística, integrados em espaços sob a égide da APP e com a participação de parceiros portuários e logísticos, como sejam a Intermodal de São Paulo – para o mercado da América do Sul –, a Breakbulk Europe e a Transport Logistic – para o mercado da Europa e cadeias logísticas, e a Fruit Attraction – para o mercado dos reefers, particularmente da fruta, visando apresentar Lisboa como uma porta de entrada preferência para os mercados de África e América.

▪ Cruzeiros

A estratégia de promoção do segmento dos Cruzeiros em 2025 prevê um plano de ação que contempla as seguintes iniciativas:

- Desenvolvimento da marca *Cruise Portugal* no âmbito da APP – Associação dos Portos de Portugal, em parceria com outros portos nacionais, que tem como principal objetivo reforçar o posicionamento de Portugal enquanto destino de cruzeiros, em geral, e dos seis portos portugueses, em particular, dando a conhecer a oferta portuária e turística atual de cada um deles.
- Participação na *Seatrade Cruise Global*, Miami, numa iniciativa conjunta com a APP - Associação dos Portos de Portugal (abril).
- Participação na *Seatrade Cruise Europe*, Europa, numa iniciativa conjunta com a APP – Associação dos Portos de Portugal (setembro).
- Participação nas duas Assembleias-Gerais anuais da *MedCruise*, (primavera e outono), em locais a definir.
- Participação na *Cruise Europe Conference*, Copenhaga (data a definir).

- Manter ações de promoção por ocasião dos navios previstos em primeira escala e/ou em viagem inaugural.
- Organização da reunião anual do grupo de trabalho dos cruzeiros (autoridades, agentes de navegação e agentes de Tours).
- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do grupo de trabalho *Atlantic Ports Working Group*.
- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do grupo de trabalho *Energy & Sustainability* da Associação *MedCruise*.
- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do grupo de trabalho *Destination Development* da Associação *MedCruise*.
- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do grupo de trabalho *Cruises and Port Cities* das Associações *MedCruise* e *AIVP*.
- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do *Cruise & Ferry Port Network* no seio da ESPO.
- Continuidade do sistema *EPI - Environmental Port Index*, um sistema de avaliação e monitorização dos índices de emissões dos navios de cruzeiro durante o período de permanência em porto.
- *Benchmark* da implementação da solução de fornecimento de soluções de *Onshore Power Supply* a navios de cruzeiro.
- Estratégia de valorização e qualificação da indústria de cruzeiros em Lisboa.
- Colaboração com a ATL na elaboração do Plano Estratégico de Turismo de Cruzeiros para Lisboa.
- Atualização do estudo “Avaliação do Impacto Económico da Indústria de Cruzeiros em Lisboa”.
- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comité Consultivo para a Sustentabilidade da Atividade de Cruzeiros em Lisboa.
- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Integração Comunitária entre as companhias de cruzeiro e a comunidade de Lisboa.

▪ **Náutica de Recreio e Marítimo-Turística**

Dando seguimento à estratégia de evolução do negócio e de manutenção da qualidade de serviço prestado, será crucial continuar a desenvolver todas as medidas que contribuam efetivamente para uma melhoria das condições globais disponibilizadas aos clientes das Docas de Recreio. Esta estratégia deverá ter como pilares fundamentais a melhoria das infraestruturas da Marina de Lisboa em conjunto com o reforço das relações comerciais e institucionais com clientes e parceiros.

- Melhoria contínua da qualidade do serviço prestado aos clientes da náutica de recreio e da marítimo-turística
 - Implementação de plano de promoção comercial das Docas de Recreio, focado na utilização das redes sociais como força motriz do formato de promoção, sedimentando a “marca” Marina de Lisboa, o evento Encontros na Marina de Lisboa, APL, SA e as ações de educação ambiental assentes nos objetivos fundamentais para a manutenção do galardão da Bandeira Azul (ação contínua).
 - Melhoria das instalações de apoio às docas de recreio: escritórios e balneários (2025-2027).
 - Intervenção no Polo Náutico de Belém, com requalificação da operacionalidade e melhoria da componente ambiental (2024).
 - Reabilitação do equipamento flutuante das docas de recreio (2025-2027).
 - Manutenção e contínua obtenção do galardão da Bandeira Azul na Doca de Santo Amaro com respetivas ações práticas e de sensibilização sustentável e ambiental (ação contínua).
 - Candidatura da Doca do Bom Sucesso ao galardão Bandeira Azul (2025-2027).
 - Candidatura da Doca de Alcântara ao galardão Bandeira Azul (2026-2027).
 - Reabilitação da Doca de Alcântara e consequente adequação da oferta à procura vigente, designadamente catamarans e embarcações de maior porte (2025-2027).

- Intervenção direta na gestão das relações com os clubes náuticos no estuário do Tejo

Promoção dos clubes náuticos enquanto promotores do desporto náutico no estuário do Tejo, procurando valorizar e desenvolver a prática desportiva e o incentivo das atividades náuticas, numa lógica de integração e colaboração (ação contínua).

- Estreitamento de relações e fortalecimento de parcerias comerciais

Incremento de sinergias com empresas de Marítimo-Turística, com promoção de reuniões (Encontros com os operadores MT) e a promoção das suas atividades e divulgação sob a responsabilidade da APL, numa perspetiva de estreitamento de relações e fortalecimento de parcerias comerciais (ação contínua).

- Intervenção direta na gestão das relações com os agentes da náutica no estuário do Tejo

Promoção dos Municípios ribeirinhos enquanto destinos turísticos no contexto da região de Lisboa, procurando valorizar e desenvolver a oferta turística, numa lógica de integração e colaboração, incentivando a realização de passeios com embarcações tradicionais no âmbito do protocolo de colaboração já em vigor com alguns dos municípios (ação contínua).

4.3. Vertente de Inovação - Inovar para acelerar a sustentabilidade e novos negócios

A nova estratégia da APL assume a Inovação com um dos eixos estratégicos de atuação para os próximos anos. É nesse contexto que aposta nalguns projetos em conjunto com outras entidades.

- Programa TAGUS INNOV , promovido pela APL em parceria com a Fórum Oceano e que tem como objetivo, o lançamento de um concurso de inovação aberta, que visa explorar e alavancar um laboratório vivo para a experimentação e dimensionamento de novas tecnologias, produtos e serviços que ajudarão o Porto de Lisboa a assumir mais rapidamente seu papel natural como integrador e acelerador de uma economia descarbonizada, digital e circular, posicionando assim o Porto de Lisboa como pioneiro na transição energética e digital, à escala internacional (vide ponto IV.1.3.2)
- Perspetiva-se, ainda, a possibilidade de a APL, S.A. integrar o Steering Group da candidatura de Portugal para acolher a sede da futura ONE WATER KIC (Comunidade de Inovação e Conhecimento – Tema Água), o qual fará a gestão de financiamento de projetos de investigação e inovação.

Está prevista, para o início de 2025, a abertura da *call* para a constituição desta nova KIC relativa ao tema da Água, e a participação da APL poderá trazer as seguintes vantagens:

- integrar-se no seio da comunidade europeia/internacional de R&T&I, e deste modo poder participar e usufruir de *calls* e financiamentos que de outro modo seriam de mais difícil acesso;
- ter o correspondente retorno associado aos lucros e vendas das empresas de inovação participadas pela KIC;
- Aceder a capacitação de recursos humanos através do acolhimento de alunos de mestrado e de oportunidades de formação para os seus colaboradores
- Ser Test bed para 3 ou 4 pilotos com startups early stage

Complementarmente, e não menos importante, terá a possibilidade de defender a localização da sede da KIC no Ocean Campus.

- SafARI - Safe, ClimAte Resilient Infrastructure – tem como principal objetivo desenvolver um Plano de Emergência Preventivo baseado em tecnologias inovadoras e na digitalização para reduzir em 80% o impacto das condições climáticas extremas nas infraestruturas portuárias e propor medidas para antecipação e prevenção de incidentes (vide ponto IV.1.3.2)

4.4. Vertente de Relação Porto-Cidades

No seu orçamento de exploração e no plano de investimentos para o triénio 2025-2027, a APL tem planeados diversos estudos e intervenções que têm como finalidade reduzir o impacto ambiental das atividades portuárias, criar uma melhor relação com os municípios circundantes e proporcionar às populações melhores condições de usufruto dos espaços públicos.

Para além dos investimentos descritos em maior detalhe no capítulo seguinte, são ainda de mencionar as seguintes intervenções de Reabilitação e Melhoria das Frentes Ribeirinhas:

- Barreiro - Reposição de areias na zona de Alburrica/Mexilhoeiro;
- Reabilitação do Cais da Viscondessa – Travessão de Santos;
- Reparação de retenções marginais na margem norte do rio Tejo;
- Terraplino de Santos.

Já na vertente de gastos de exploração, destacam-se algumas prestações que se traduzem em montantes consideráveis na estrutura de custos da empresa e que visam responder a atribuições da APL enquanto entidade gestora de uma vasta zona de jurisdição, mas que não geram propriamente retorno direto para os negócios, representando antes serviços à comunidade:

- Manutenção e fornecimento de energia à rede de iluminação pública;
- Conservação e rega de espaços verdes;
- Limpeza urbana;
- Conservação e sinalização de acessibilidades;
- Conservação da rede de águas e saneamento;
- Desmantelamento de embarcações abandonadas;
- Monitorizações ambientais diversas (água, ar, ruído);
- Gestão de resíduos marítimos diversos e combate à poluição.

Embora não sejam visíveis por não se encontrarem quantificadas de forma individualizada, são de mencionar as bonificações atribuídas a clubes náuticos e associações localizadas em espaços da área de jurisdição da APL. Este benefício, concedido a entidades que beneficiam a comunidade local traduz-se num contributo indireto da empresa com impacto no volume de negócios.



IV. PLANO DE INVESTIMENTOS

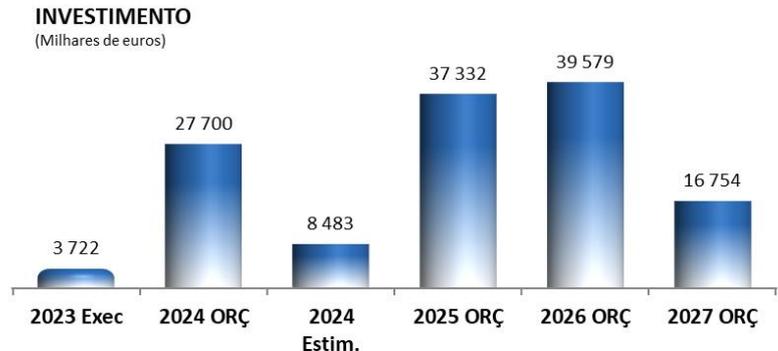
ORIENTAÇÃO - Plano de investimentos, com a indicação das respetivas fontes de financiamento, acompanhado das demonstrações financeiras resultantes, para cada um dos três anos, com as necessárias notas explicativas.

O investimento programado para o triénio de 2025-2027 ascende a cerca de 93,7 milhões de euros, de acordo com o Plano apresentado no quadro seguinte. São aqui considerados todos os montantes a cargo da APL, independentemente de ser expectável a obtenção de subsídios para alguns dos projetos, conforme indicado a seguir, no ponto 4.

Enquadramento / caracterização	Grau priorit.	Exec. Estimada até 2024		ORÇ. 25-27 e Sgts.				Total APL
		Até 2023	2 024	2 025	2 026	2 027	Seguintes	
INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS		3 254 855	4 049 524	28 013 399	31 380 903	14 075 878	1 000 000	81 774 559
ALARG. DO HINTERLAND E REFORÇO DA EFICIÊNCIA E INTERMODALIDADE								
Navegabilidade fluvial no estuário do Tejo até Castanheira do Ribatejo	I	256 269	369 100	99 500	10 817 500	10 725 880		22 268 249
CRIAÇÃO DO CLUSTER DA ECONOMIA AZUL								
Ocean Campus	I	108 188	168 485	8 684 520	1 450 000	250 000		10 661 193
DESENVOLVIMENTO DE UM PORTO VERDE, INTELIGENTE E RESILIENTE								
Eficiência Energética e de Uso de Recursos do Porto de Lisboa		2 800	889 200	355 000	267 000	45 000		1 559 000
ECO-AP - eficiência energética e energias renováveis	I	2 800	868 200	305 000	255 000	35 000		1 466 000
Iluminação pública - instalação de LEDs	I			50 000	12 000	10 000		72 000
Renovação frota APL - aquisição de carregadores para viaturas elétricas	I		21 000					21 000
Porto Inteligente		385 741	365 000	2 607 500	3 197 500	170 000		6 725 741
Digitalização e Monitorização Inteligente		2 068	265 000	2 417 500	3 097 500	70 000		5 852 068
Projeto piloto - SaFARI (Horizon Europe)	I			20 000	20 000	20 000		60 000
SIG - Sistema de Informação Geográfica	I		15 000	47 500	27 500			90 000
SMART PORT LX - Digital Twin	I		250 000	350 000	50 000	50 000		700 000
Programa Tagus INNOV	I	2 068		2 000 000	3 000 000			5 002 068
Last Mile Logistics - Inteligência e automatização na logística	I			40 000				40 000
Plataforma Nacional Única para o Sector Marítimo (Vigilância Marít. Integrada)	I	383 673	100 000	150 000	100 000	100 000		833 673
Transição Energética do Porto de Lisboa		1 928 266	345 250	6 682 382	6 857 118	2 349 998		18 163 014
Onshore Power Supply	I	1 928 266	345 250	6 682 382	6 857 118	2 349 998		18 163 014
NOVO ROSTO DE ALCÂNTARA - ESPAÇO PARA AS PESSOAS								
Modernização e aumento da eficiência do terminal de contentores de Alcântara	I	7 436	688 880	621 591				1 317 908
Reabilitação das Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde d'Óbidos	I	180 963	502 783	2 508 500	2 508 500			5 700 746
Reordenamento do espaço público na envolvente da Doca de Alcântara	I			3 940 000	4 500 000			8 440 000
Requalificação da envolvente das Gares Marítimas	I			190 000	540 000	5 000		735 000
REFORÇO DA LIGAÇÃO PORTO-CIDADE								
Portaria Digital da Zona Oriental	II	18 615			533 285	330 000	900 000	1 781 900
Reabilitação e melhoria das frentes ribeirinhas	II		210 000	565 000	600 000	190 000	100 000	1 665 000
Requalificação operacional e urbana do Pólo Náutico de Belém	I	366 577	315 826	1 599 405				2 281 808
SISTEMA DE SEGURANÇA E DE PROTEÇÃO DO PORTO								
Centro Segurança Portuária	I		155 000	160 000	110 000	10 000		435 000
Cibersegurança	I		40 000					40 000
INVESTIMENTOS OPERACIONAIS		78 736	3 492 193	9 318 843	8 198 000	2 678 157	5 000	23 770 929
MELHORIA DA OPERACIONALIDADE, NAVEGABILIDADE e SEGURANÇA								
Aquisição de equip. / embarcação para trabalhos hidrográficos	III			300 000				300 000
Aquisição lanca de pilotagem	III			600 000	600 000			1 200 000
Aquisição nova boia ondógrafo	II			120 000				120 000
Equipamento de combate à poluição	II		90 000	92 500	92 500			275 000
Equipamentos Topográficos	II		7 000	30 000	4 000	4 000		45 000
Intervenções em equipamentos marítimos	I		816 000	715 000	410 000	40 000		1 981 000
Melhoria da segurança da navegabilidade	I		340 000	215 000	175 000	25 000		755 000
Melhorias das condições de segurança dos Pilotos da Barra e tripulações	I		30 000	20 000				50 000
MELHORIA DE INFRAESTRUTURAS e EQUIPAMENTOS								
Grua automóvel	II				350 000			350 000
Requalificação das Docas de Recreio do Porto de Lisboa	I		1 109 000	3 267 500	775 000	500 000		5 651 500
Requalificação do armazém	III		8 500	5 000				13 500
MELHORIA E ADAPTAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS/POSTOS DE TRABALHO								
Reabilitação do edifício das operações marítimas de Algés	I		23 175	502 000				525 175
Reabilitação e substit. AVAC no edifício Infante D. Henrique (Alcântara)	I	9 408		883 343	4 700 000	1 566 657		7 159 408
Melhoria da ergonomia nos postos de trabalho do edifício VTS (Algés)	I		7 500	7 500	7 500	7 500		30 000
OUTROS INVESTIMENTOS OPERACIONAIS								
Arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra	III		5 018	1 000	1 000			7 018
Promoção Internacional do Porto de Lisboa	I		40 000					40 000
Reabilitação de edifícios e infraestruturas terrestres diversas	II		55 000	315 000	320 000	260 000	5 000	955 000
Reabilitação e reoperacionalização de cais do Porto de Lisboa	I		75 000	1 575 000	350 000	150 000		2 150 000
Reabilitação equipamentos portuários	I	69 328	100 000	50 000	20 000	20 000		259 328
Sistemas de Informação	I		786 000	620 000	393 000	105 000		1 904 000
INVESTIMENTO TOTAL APL		3 333 591	7 541 717	37 332 242	39 578 903	16 754 035	1 005 000	105 545 487

NOTA: nas colunas referentes à “execução até 2023” e “estimativa 2024” não é reportada a totalidade do investimento realizado no ano, mas apenas os projetos que têm continuidade em 2025-2027 e anos seguintes.

A evolução da totalidade do investimento no período em análise é a apresentada no gráfico.



De referir também que alguns dos projetos constantes do Plano da APL para 2025-2027 integram também gastos de exploração (promoção comercial e estudos e assessoria, entre outros), essenciais à viabilização dos investimentos, mas que, de acordo com as normas contabilísticas, são contabilizados como gastos.

Detalham-se seguidamente os projetos mais relevantes.

1. Investimentos Estratégicos

São de referir, neste âmbito, os seguintes investimentos principais, agrupados de acordo com os objetivos a atingir, não obstante alguns projetos poderem concorrer para a prossecução de mais do que um objetivo.

1.1. OBJETIVO: Alargar o Hinterland e Reforçar a Eficiência e Intermodalidade nas Cadeias Logísticas

1.1.1. Navegabilidade fluvial no estuário do Tejo até Castanheira do Ribatejo

Tem como objetivo essencial criar condições para incrementar o transporte fluvial no porto de Lisboa e na sua ligação aos terminais portuários localizados na zona montante do estuário do Tejo e à zona de atividades logísticas de Castanheira do Ribatejo.

O projeto de execução e EIA encontram-se em fase de conclusão. Prevê-se a submissão a Avaliação de Impacte Ambiental no princípio de 2025 e a obtenção de DIA no 2º semestre de 2025. Estimativa de execução da obra entre julho de 2026 e julho de 2027.

Este investimento encontra-se integrado na lista para financiamento ao abrigo do Sustentável 2030/ Programa de Ação Climática e Sustentabilidade (PACS).

1.2. OBJETIVO: Criar Um Cluster Da Economia Azul

1.2.1. Ocean Campus

Visa criar, na área do porto de Lisboa, um verdadeiro cluster de crescimento azul de referência em Portugal, reunindo, no mesmo espaço, de maneira inovadora, diferentes vertentes da economia azul, desde start-ups a empresas e laboratórios de ID&D, incluindo uma Blue Business School, um hotel e residências temporárias para investigadores, um balcão único para apoio ao financiamento da inovação de atividades da economia azul, e infraestruturas para a atividade marítimo-turística e náutica de recreio, com a criação de duas marinas, em Pedrouços e no Jamor, para além de espaços públicos e de comércio e serviços à população.

Estão já concessionadas as duas antigas naves da Docapesca, à Fundação Champalimaud e à CML, esta última, para criação do Hub Azul de Lisboa.

Está em curso o desenvolvimento dos estudos e projetos para a execução das infraestruturas da 1.ª fase – envolvente à Doca de Pedrouços e Algés -, que deverão estar concluídos no último trimestre de 2024. Prevê-se que até ao final do ano seja lançado(s) o concurso(s) para a(s) respetiva(s) empreitada(s), a lançar no primeiro trimestre de 2025. A execução dos trabalhos deverá decorrer, maioritariamente em 2025 e 2026, e ser concluída em 2027.

1.3. OBJETIVO: Desenvolver Um Porto Verde, Inteligente e Resiliente

1.3.1. Eficiência Energética e de Uso de Recursos do Porto de Lisboa

Pretende-se dar cumprimento ao disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020 (RCM n.º 104/2020), que aprova o Programa de Eficiência no Uso de Recursos na Administração Pública, através da implementação de medidas para a produção de

energia para consumo próprio, da redução dos consumos de energia, água e materiais, e respetivas emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE).

O projeto a desenvolver faseadamente até 2030, consiste na instalação de equipamento para produção de energia fotovoltaica e eólica destinada ao autoconsumo nos edifícios, na iluminação pública e nas atividades desenvolvidas pela APL, na substituição de equipamentos, nomeadamente lâmpadas - nos edifícios e na via pública, por lâmpadas LED – e torneiras, por torneiras com temporizadores ou sensores, na instalação de soluções passivas de conforto térmico nos edifícios, na renovação da frota automóvel e instalação de carregadores para viaturas elétricas.

1.3.2. Porto inteligente

Neste âmbito, salientam-se as seguintes vertentes:

a. Digitalização e Monitorização Inteligente

– SMART PORT LX

Pretende-se, com este projeto, desenvolver e implementar um Sistema Inteligente de Monitorização Sustentável para o Porto de Lisboa - monitorização em tempo real das emissões, consumo energético e qualidade da água e do ar – através da instalação de sensores e do desenvolvimento de uma plataforma inteligente de gestão ambiental que irá recolher, analisar e apresentar dados em tempo real, contribuindo, desta forma, para melhorar a relação cidade-porto em Lisboa, apoiar a tomada de decisões informadas sobre como melhorar a sustentabilidade e a eficiência energética e para promover a digitalização.

Pretende-se um desenvolvimento de forma articulada com o SIG da APL.

Este projeto encontra-se integrado na lista para financiamento ao abrigo do Sustentável 2030/ Programa de Ação Climática e Sustentabilidade (PACS).

Até janeiro de 2025 prevê-se desenvolver a arquitetura do sistema e nos anos seguintes, 2025 e 2026, proceder à sua implementação.

– Tagus Innov

É um programa anual de inovação aberta e que tem a sua primeira edição em 2024. Visa criar uma cultura de inovação dentro do Porto de Lisboa, promovido pela APL

em parceria com a Fórum Oceano e que tem como objetivo, o lançamento de um concurso de inovação aberta, que visa explorar e alavancar um laboratório vivo para a experimentação e dimensionamento de novas tecnologias, produtos e serviços que ajudarão o Porto de Lisboa a assumir mais rapidamente seu papel natural como integrador e acelerador de uma economia descarbonizada, digital e circular, posicionando assim o Porto de Lisboa como pioneiro na transição energética e digital, à escala internacional.

O Programa encontra-se alinhado com os objetivos estratégicos da empresa, contemplando 3 áreas/verticais de atuação:

- Porto Verde e Inteligente (Smart & Green)
- Mobilidade
- Porto-Cidade

Nesse contexto foi também previsto no orçamento de exploração um valor de 140 mil euros, distribuído ao longo do triénio 25-27, destinado a apoiar projetos inovadores em áreas de inovação estratégica selecionados por um processo competitivo, competindo à APL, com a Fórum Oceano, a sua gestão. Este contempla o lançamento da primeira call do concurso de inovação para candidaturas a financiamento de projetos inovadores nas áreas acima descritas.

A primeira edição iniciou-se com uma *call* lançada em 2024, esperando-se que o desenvolvimento dos testes piloto ocorra entre o final de 2024 e 2025.

A Dinamização do Comité de Inovação fomenta a articulação de esforços entre equipas transversais da APL e promove a partilha de conhecimento e constitui um indutor essencial à operacionalização da rede de inovação multipolar de competências.

– ***SafARI - Safe, ClimAte Resilient Infrastructure***

O Projeto SAFARI - Horizon Europe - Climate resilient and safe maritime ports foi selecionado em dezembro 2023 pela Comissão Europeia, tendo-se iniciado em maio 2024 e prevendo-se finalizar no final de 2027.

O objetivo principal do projeto SAFARI é desenvolver um Plano de Emergência Preventivo, propor medidas para antecipação e prevenção de incidentes, baseado em tecnologias inovadoras e na digitalização para reduzir em 80% o impacto das condições climáticas extremas nas infraestruturas portuárias (marítimas e fluviais, rodoviárias e ferroviárias).

O Porto de Lisboa (PT) é um dos três projetos-piloto, juntamente com o Porto de Dunquerque (FR) e o Porto de Sevilha (ES), que vão ser desenvolvidos.

O consórcio SAFARI é composto por 25 parceiros e liderado pela Universidade de Lille/Instituto Politécnico.

A APL integra o SAFARI juntamente com a LISCONT/Ylport e a MARLO Consult.

b. Last Mile Logistics

– *Inteligência e automatização na logística*

São objetivos do projeto, desenvolver cadeias de transporte sustentáveis, fiáveis e eficientes através da digitalização e automatização de infraestruturas e atividades de logística no last mile, monitorizar e rastrear em tempo real os veículos pesados de mercadorias e otimizar o percurso dos veículos pesados de mercadorias e outros serviços portuários (inspeções alfandegárias).

Com este projeto pretende-se desenvolver e implementar soluções baseadas em sensorização, IoT, autonomia, entre outras, que permitam um "last mile" associada ao porto mais eficiente e seguro do transporte de mercadorias e a sua ligação multimodal com os meios ferroviário, marítimo e rodoviário, aumentando a previsibilidade da chegada das cargas por via marítima e sua passagem para o transporte terrestre. Pretende-se melhorar o planeamento, controlo e coordenação das operações de retirada de mercadorias dos navios, armazenamento em edifícios próprios e recolha pelos operadores de transporte de mercadorias terrestres reduzindo e otimizando fortemente o tráfego de pesados de mercadorias em circulação na cidade de Lisboa; conhecer o número de camiões previstos em cada hora (pré-agendamentos) de modo a otimizar o percurso dos camiões e outros serviços portuários (p.e. inspeções alfandegárias).

Para o efeito, será desenvolvida uma plataforma digital de monitorização e previsão dos percursos dos veículos pesados de mercadorias (identificar o número de camiões e comboios previstos por hora (pré-agendamento), com ligação aos terminais, e uma nova aplicação totalmente digital e com IA para alimentar a JUL.

c. Plataforma Nacional Única para o Sector Marítimo (Vigilância Marítima Integrada)

– *Evolução JUL e Business Intelligence*

A APL candidatou ao MAR2030, em conjunto com as Administrações Portuárias do Continente e Regiões Autónomas, e a DGRM, o projeto Plataforma Nacional Única para o Sector Marítimo (PTSNW). Este projeto visa concretizar os novos requisitos legais definidos no Regulamento (UE) 2019/1239 que estabelece o EMSWe e que inclui a integração de interfaces locais (PTLSW), numa interface nacional concretizando o conceito de integral de “Maritime Single Window”.

1.3.3. Transição energética do Porto de Lisboa

Neste âmbito a APL tem como objetivo promover a utilização de energia elétrica a partir de fontes renováveis na área portuária e promover a eficiência energética das atividades e usos aí instalados.

– *OnShore Power Supply*

Visa minimizar o impacto das atividades portuárias, pela melhoria da qualidade do ar na cidade de Lisboa através da redução de emissões dos navios em cais (t CO₂ eq.) e da adoção de energias ambientalmente sustentáveis nos terminais da zona oriental de Lisboa.

A APL, S.A. no âmbito dos objetivos estratégicos definidos na Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026 e em linha com os compromissos de Portugal em matéria de alterações climáticas, tem vindo a desenvolver soluções para o fornecimento de energia elétrica shore to ship, que permitam reduzir as emissões de poluentes dos navios atracados em porto nos terminais de carga da zona oriental (Terminal de Contentores de Santa Apolónia, Terminal Multipurpose de Lisboa, Terminal Multiusos do Beato, Terminal de Granéis Alimentares do Beato e Terminal Multiusos do Poço Bispo) e o Terminal de Cruzeiros de Lisboa, todos eles concessionados.

Este projeto de investimento foi submetido a financiamento através do Sustentável 2030/Programa de Ação Climática e Sustentabilidade (PACS) tendo sido aprovada a candidatura em maio de 2024, estando neste momento em fase de implementação, que se prevê terminar no fim de 2027.

Nos valores previstos no Plano de Investimentos da APL está contemplada a 1ª fase, ou seja, a execução da ligação em alta tensão à rede desde o Alto de S. João, a construção

da subestação principal e a construção da rede em média tensão na área portuária, incluindo dois postos de seccionamento para futura ligação aos terminais utilizadores da rede.

A componente relativa aos terminais – subestações shoreside e Cable Management System -, constitui a Fase 2, e será executada sob concessão.

1.4. OBJETIVO: Reforçar A Ligação Porto-Cidade

1.4.1. Novo Rosto de Alcântara - Espaço para as pessoas

a. Modernização e Aumento da Eficiência do terminal de Contentores de Alcântara - melhoria de acessos

Consiste na Requalificação da Via de acesso à Rocha Conde d'Óbidos, tendo como objetivo assegurar o acesso rodoviário à Gare Marítima da Rocha Conde d'Óbidos.

Face às obras de Modernização e Aumento de Eficiência Operacional do Terminal de Contentores de Alcântara, torna-se necessário melhorar esta via de acesso, em articulação com as obras em execução naquele terminal.

A intervenção inclui o reordenamento dos acessos e repavimentação, assim como realocação das redes de infraestruturas (incluindo a rede de fibra ótica).

O projeto de modernização do TCA consta da Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026, e está inscrito no PNI 2030.

A intervenção de melhoria de acessos, iniciou-se em 2023 e será concluída em 2025.

b. Reabilitação das Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde d'Óbidos e restauro dos Painéis Almada Negreiros

As gares marítimas são um património de extraordinário valor na construção da identidade portuguesa e em especial da comunidade de Lisboa, cujo valor se encontra claramente sub-representado na esfera do património nacional. Para que essa situação seja revertida a APL em conjunto com o World Monuments

Fund e outros parceiros, tem em curso uma ação de conservação e restauro dos painéis de Almada Negreiros, associada a uma estratégia de gestão cultural que permita a sua abertura permanente ao público contribuindo inegavelmente para o reforço da ligação porto-cidade.

Simultaneamente a APL tem em curso um projeto de reabilitação de ambas as Gares Marítimas.

Integrada na reabilitação da Gare da Rocha foi também considerada a adaptação dos pisos 1 e 2 para criação da Academia de formação da APL e a dotação da mesma com o mobiliário e equipamentos adequados a essa finalidade.

c. Requalificação da envolvente das Gares Marítimas

Na sequência das intervenções nos edifícios, proceder-se-á também à reabilitação das infraestruturas, envolventes, acessos e iluminação pública.

d. Reordenamento do Espaço Público na Envolvente da Doca de Alcântara

Pretende-se requalificar o espaço público contribuindo para a regeneração desta área da cidade, contribuindo para a coesão urbana, encadeada com outras intervenções e fulcral para o desenvolvimento de novas atividades económicas.

Sendo que este espaço é central no Porto de Lisboa, é uma área multifuncional, marginado por serviços portuários, equipamentos culturais e escritórios.

O respetivo âmbito é mais desenvolvido no ponto VII.6, onde se solicita autorização específica para a respetiva concretização, dado o montante envolvido ser superior a 10% do capital social.

1.4.2. Portaria Digital da Zona Oriental

Este projeto tem como objetivo a otimização das condições de acesso, circulação e estacionamento rodoviário na plataforma portuária oriental no âmbito da requalificação da cidade. Inclui:

- a digitalização da Portaria Oriental para controlo, monitorização e otimização dos acessos ao Porto de Lisboa, na zona oriental, com recurso a hardware para controlo e vigilância de toda a área;

- o reordenamento de tráfegos e da zona envolvente da portaria (em articulação com a evolução das obras do plano de Drenagem de Lisboa).

O projeto de execução da portaria e acessos está concluído. O lançamento da empreitada está dependente da articulação com o Plano Geral de Drenagem de Lisboa em curso e com o reordenamento da zona portuária oriental (novas concessões), prevendo-se o início dos trabalhos para 2026.

1.4.3. Reabilitação e Melhoria das Frentes Ribeirinhas

Inclui a reabilitação das seguintes infraestruturas:

- Reposição de areias na zona de Alburrica/Mexilhoeiro;
- Reabilitação do Cais da Viscondessa - Travessão de Santos;
- Reparação de retenções marginais na margem norte do rio Tejo;
- Terraplano de Santos.

1.4.4. Requalificação Operacional e Urbana do Pólo Náutico de Belém

Este projeto inclui a requalificação do espaço dedicado à reparação naval no Polo Náutico de Belém, através da reformulação do layout, vedação e zona envolvente, integrada na área urbana, bem como a aquisição de novo travel-lift. Prevê-se que seja concluído em 2025.

1.5. OBJETIVO: Reforçar o Sistema de Segurança e de Proteção do Porto

1.5.1. Centro De Segurança Portuária e Cibersegurança

O objetivo deste projeto prende-se com o aumento de resiliência, mitigação das vulnerabilidades e aumento da capacidade de resposta da rede interna e dos sistemas, com foco na prevenção e deteção de ocorrências que indiquem comprometimento de identidades e de equipamentos, através da monitorização e controlo da infraestrutura da APL.

Inclui um projeto de Gestão integrada com os sistemas de informação dos municípios e uma Plataforma gestão dos sistemas de segurança e proteção da APL, bem como a instalação de equipamentos de videovigilância e controlo de acessos na Portaria da Zona oriental, na via de acesso à Gare Marítima da Rocha, no Pólo Náutico de belém e na zona da Docapesca.

Pretende-se reforçar toda a plataforma de Cibersegurança da APL e conseguir uma articulação com as entidades integrantes do SIEM para atuação mais rápida em caso de incidentes.

2. Investimentos Operacionais

A maioria destes investimentos têm como finalidade a melhoria de infraestruturas e a substituição de equipamentos usados ou obsoletos por equipamentos novos, em alguns casos, com características técnicas diferentes. Salientamos os seguintes:

- 2.1. **Melhoria da Operacionalidade, Navegabilidade e Segurança**, através da aquisição de uma embarcação para utilização em trabalhos hidrográficos e de uma Lancha de Pilotagem, de boia ondógrafo, de equipamentos de combate à poluição e de balizagem, intervenções diversas em equipamentos marítimos e no sistema VTS.
- 2.2. **Melhoria de infraestruturas e equipamentos**, através da aquisição de uma grua móvel para apoio à atividade operacional da APL realizada nos diversos cais e da requalificação das Docas de Recreio do Porto de Lisboa
- 2.3. **Melhoria e adaptação dos espaços físicos/postos de trabalho**, nomeadamente através de obras de remodelação do Edifício Infante D. Henrique e da substituição do AVAC e da Reabilitação do edifício das Operações marítimas, em Algés.
- 2.4. **Outros Investimentos Operacionais**, como por exemplo, a Reabilitação de edifícios e infraestruturas terrestres diversas, a Reabilitação e Operacionalização de cais do Porto de Lisboa, como o Cais da Rocha, o aprofundamento do Cais do Terminal de Contentores de Alcântara, a Promoção Internacional do Porto de Lisboa, a Criação da Academia de Formação de Lisboa e Setúbal, entre outros.

3. Investimentos em Inovação

De entre os investimentos atrás mencionados, indicam-se os projetos considerados para efeitos do indicador “Investimento em Inovação”, apresentado no ponto II.2.1:

Enquadramento / caracterização	Grau priorit.	Exec. Estimada até 2024		ORÇ. 25-27 e Sgts.				Total APL
		Até 2023	2 024	2 025	2 026	2 027	Seguintes	
INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS		493 929	688 485	11 452 020	4 757 500	430 000		17 821 934
criação do cluster da economia azul								
Ocean Campus	I	108 188	168 485	8 684 520	1 450 000	250 000		10 661 193
DESENVOLVIMENTO DE UM PORTO VERDE, INTELIGENTE E RESILIENTE								
Porto Inteligente		385 741	365 000	2 607 500	3 197 500	170 000		6 725 741
Digitalização e Monitorização Inteligente		2 068	265 000	2 417 500	3 097 500	70 000		5 852 068
Projeto piloto - SaFARI (Horizon Europe)	I			20 000	20 000	20 000		60 000
SIG - Sistema de Informação Geográfica	I		15 000	47 500	27 500			90 000
SMART PORT LX - Digital Twin	I		250 000	350 000	50 000	50 000		700 000
Programa Tagus INNOV	I	2 068		2 000 000	3 000 000			5 002 068
Last Mile Logistics - Inteligência e automatização na logística	I			40 000				40 000
Plataforma Nacional Única para o Sector Marítimo (Vigilância Marít. Integrada)	I	383 673	100 000	150 000	100 000	100 000		833 673
SISTEMA DE SEGURANÇA E DE PROTEÇÃO DO PORTO								
Centro Segurança Portuária - gestão integrada c/ Sist. Inform. dos Municípios	I		155 000	160 000	110 000	10 000		435 000
INVESTIMENTOS OPERACIONAIS			185 000	155 000	125 000			465 000
OUTROS INVESTIMENTOS OPERACIONAIS								
Sistemas de Informação	I		185 000	155 000	125 000			465 000
Desenvolvimentos SAP - novas funcionalidades	I		80 000	50 000	20 000			150 000
Faturação eletrónica - novos desenvolvimentos	I		5 000	5 000	5 000			15 000
Novos projetos - segurança portuária	I		100 000	100 000	100 000			300 000
INVESTIMENTOS OPERACIONAIS		493 929	873 485	11 607 020	4 882 500	430 000		18 286 934

4. Execução Financeira e fontes de financiamento

No quadro seguinte identificam-se as fontes de financiamento estimadas para a generalidade do investimento a realizar, apresentando-se no ponto X.6 o detalhe por investimento, nos termos dos quadros anexos às orientações emitidas pela DGTF.

Fontes de financiamento previstas	Exec 2023 e anos ant.	Estim 2024	(Unid: euros)				Anos sgts	TOTAL
			2 025	2 026	2 027			
Fundos Próprios	1 694 565	6 737 727	26 900 677	6 587 296	10 115 783	1 005 000	53 041 048	
Fundos Comunitários	1 639 026	803 989	7 541 873	17 341 607	6 638 252	0	33 964 746	
Endividamento			2 889 693	15 650 000			18 539 693	
TOTAL	3 333 591	7 541 717	37 332 242	39 578 903	16 754 035	1 005 000	105 545 487	

Salienta-se que a APL nos últimos anos conseguiu um decréscimo contínuo do endividamento bancário. Em 2022 o montante do endividamento em termos nominais (passivo remunerado registado em balanço) era de 27,6 milhões de euros. No final de 2024 estima-se que o mesmo passe a 12,3 milhões de euros. No entanto, atendendo ao grande volume de investimento a realizar no triénio, mesmo considerando os subsídios esperados, será necessário recorrer a novos financiamentos em 2025 e 2026, anos de maior esforço.



No que se refere concretamente aos projetos com cofinanciamento comunitário a distribuição por fontes de financiamento é a seguinte:

(Unid: euros)

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	Exec 2023 e anos ant.	Estim 2024	2 025	2 026	2 027	Anos sgts	TOTAL
Navegabilidade fluvial no estuário do Tejo até Castanheira do Ribatejo							
Avaliação de Impacte ambiental do Projecto		0	67 500	67 500			135 000
CBA - análise custo benefício do projeto		20 000	20 000	50 000			90 000
Empreitada e Fiscalização				10 700 000	10 700 000		21 400 000
Estudo de Impacto ambiental do Projeto - DIA	25 381	128 000	12 000				165 381
Estudos de mercado	142 730	0					142 730
Projeto de execução e assist. técnica à obra	88 158	221 100			25 880		335 138
VALOR TOTAL INSCRITO NO PLANO APL	256 269	369 100	99 500	10 817 500	10 725 880	0	22 268 249
FINANCIAMENTO ESPERADO (PACS) =85%, com limite de 15 173 m€		313 735	84 575	9 194 875	5 579 315		15 172 500
FUNDOS PRÓPRIOS / FINANCIAMENTO BANCÁRIO	256 269	55 365	14 925	1 622 625	5 146 565		7 095 749

(Unid: euros)

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	Exec 2023 e anos ant.	Estim 2024	2 025	2 026	2 027	Anos sgts	TOTAL
Onshore Power Supply							
Assessoria económico-financeira ao projeto OPS (Onshore Power Supply)		11 850					11 850
CBA - análise custo benefício do projeto		70 000					70 000
Construção da subestação de St.ª Apolónia - projeto e obra (inclui equipamentos)		250 000	4 517 882	2 261 618			7 029 500
Estudo de viabilidade técnico-económica - OPS (Onshore Power Supply)		13 400					13 400
Execução da ligação em rede de alta tensão do Alto de S.João à subestação de St.ª Apolónia	1 928 266				2 349 998		4 278 264
Rede de média tensão - ligação da subestação aos vários terminais portuários da zona oriental (carga e cruzeiros)			2 164 500	4 595 500			6 760 000
VALOR TOTAL INSCRITO NO PLANO APL	1 928 266	345 250	6 682 382	6 857 118	2 349 998	0	18 163 014
FINANCIAMENTO ESPERADO (PACS) =85%, com limite de 14,5M€	1 639 026	293 463	5 680 025	5 828 550	1 058 937		14 500 000
FUNDOS PRÓPRIOS / FINANCIAMENTO BANCÁRIO	289 240	51 788	1 002 357	1 028 568	1 291 061		3 663 014

(Unid: euros)

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	Exec 2023 e anos ant.	Estim 2024	2 025	2 026	2 027	Anos sgts	TOTAL
SMART PORT LX - Digital Twin - monitorização e gestão inteligente de toda a área de jurisdição e operações portuárias							
SMART PORT LX - Digital Twin - monitorização e gestão inteligente de toda a área de jurisdição e operações portuárias (estudos)		200 000	300 000				500 000
SMART PORT LX - Digital Twin - monitorização e gestão inteligente de toda a área de jurisdição e operações portuárias (investimento bens e serviços)	2 068		2 000 000	3 000 000			5 002 068
VALOR TOTAL INSCRITO NO PLANO APL	2 068	200 000	2 300 000	3 000 000	0	0	5 502 068
FINANCIAMENTO ESPERADO (PACS), com limite de 4 250 m€		154 545	1 777 273	2 318 182			4 250 000
FUNDOS PRÓPRIOS / FINANCIAMENTO BANCÁRIO		45 455	522 727	681 818			1 250 000

(Unid: euros)

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	Exec 2023 e anos ant.	Estim 2024	2 025	2 026	2 027	Anos sgts	TOTAL
Safari HORIZON EUROPE - equipamentos / sensores							
Safari HORIZON EUROPE - equipamentos / sensores		15 000	47 500	32 500			95 000
VALOR TOTAL INSCRITO NO PLANO APL	0	15 000	47 500	32 500	0	0	95 000
FINANCIAMENTO ESPERADO		42 246					42 246
FUNDOS PRÓPRIOS / FINANCIAMENTO BANCÁRIO		0	47 500	32 500			80 000

De referir que a perspetiva acima corresponde à ótica económica. Para efeitos de fluxo financeiro (mapa fluxos de caixa), o RECEBIMENTO da participação PACS foi considerado no ano seguinte ao da concretização, assumindo que só deverá ocorrer após o reporte da execução à entidade financiadora, conforme se segue:

(Unid: euros)

RECEBIMENTO FINANCIAMENTO PACS - PROJETOS (para efeitos de fluxos caixa):	Estim até 2024	2 025	2 026	2 027	Anos sgts	TOTAL
Navegabilidade fluvial no estuário do Tejo até Castanheira do Ribatejo		313 735	84 575	9 194 875	5 579 315	15 172 500
Onshore Power Supply		1 932 488	5 680 025	5 828 550	1 058 937	14 500 000
SMART PORT LX		154 545	1 777 273	2 318 182	0	4 250 000
SafARI	42 246			0		42 246
TOTAL	42 246	2 400 769	7 541 873	17 341 607	6 638 252	33 964 746

NOTA: Relativamente ao projeto SAFARI indica-se o montante já recebido em 2024 (adiantamento).

V. RECURSOS HUMANOS

ORIENTAÇÃO - Plano plurianual de entradas e saídas de trabalhadores, devidamente fundamentado.

Devem ser claramente separados os recrutamentos efetuados para substituição de saídas de trabalhadores (desagregando as saídas ocorridas em 2022 e as estimadas ocorrer em 2023, 2024 e 2025), bem como os recrutamentos que implicam um aumento líquido do número de trabalhadores.

1. Plano plurianual de entradas e saídas de trabalhadores/as

Conforme determinado nas orientações para os IPG para o triénio 2025-2027 apresenta-se o plano plurianual de entradas e saídas para os/as trabalhadores/as da APL, S.A. por Grupo Profissional/Carreira.

A 31 de dezembro de 2024 o efetivo da empresa totaliza 279 pessoas, a que crescem os membros dos órgãos sociais (11).

Estima-se, em 2025, a admissão de 21 trabalhadores/as, bem como a contratação antecipada de 7 elementos para funções operacionais especializadas, que ora se solicita a respetiva autorização.

No que respeita a saídas, prevê-se a saída de 11 trabalhadores/as por motivo de aposentação.

É, igualmente, apresentada, a idade média dos/as trabalhadores/as por Grupo profissional/carreira e identificado o n.º de trabalhadores/as com 60 ou mais anos de idade – 75 pessoas. Destas 75 pessoas, 14 encontram-se em condições de se aposentarem/reformarem numa das seguintes modalidades:

- Idade normal de acesso à Pensão de Velhice definida para 2025 = 66 anos e 7 meses;
- Idade Pessoal = tempo de serviço combinado com idade do/a trabalhador/a;
- Carreiras Longas.

Quanto aos/às trabalhadores/as ausentes por mobilidade/cedência/licença, temos 3 trabalhadores/as em situação de requisição, e 1 designado para exercício de funções de chefe de gabinete ministerial. A estes acresce 1 elemento que se encontra a exercer funções em gabinete ministerial, mas cujo custo é suportado na íntegra por esta sociedade e está a ser contabilizado no total do efetivo. De notar que, em 2025, prevê-se o regresso de 1 elemento que se encontra em exercício de funções públicas como vereadora autárquica, por termo do atual mandato.



Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023		Situação a 31/12/2024			Movimentos de Pessoal - 2025						Movimentos de Pessoal - 2026						Situação a 31/12/2026	Situação a 31/12/2027	
	Idade média	N.º trabalh. com 60 ou + anos	N.º trabalh. em idade de reforma	Saídas esperadas (reformas/out.)	Trabalh. ausentes por mobilid. /cedência/ licença	Autoriz. recrutamento concedidas em 2023	Substit. saídas previstas ocorrer em 2024 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	Saídas esperadas (reformas/outros)	Trabalh. ausentes por mobilidade/cedência/ licença	Autorizações de recrutamento concedidas em 2023	Substit. saídas previstas ocorrer em 2025 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas					
																(1)	(2)			(3)
Órgãos Sociais (OS)	11	11	n.a.	n.a.	n.a.														11	11
Cargos de Direção (S/ OS) **	39	37	56,4	12	1	1			1										37	37
Pessoal Técnico de Pilotagem	28	30	54,4	14	1	1			1										32	32
GP 1 (Carreira de Técnico/a Superior)	74	88	51,7	21	2	2	4		2	1	17								106	105
GP 1 (Carreira de Of. Mar. Mercante)	6	3	40,3	1	0														3	3
GP 2 (Carreira de Técnico/a)	26	27	54,2	7	2	2			2		1								28	28
GP 3 (Carreira de Adjunto/a de Exploração)	1	1	45,1	0	0														1	1
GP 4 (Carreira de Mestre de Tráfego Local)	15	15	54,6	2	0	1			1										15	14
GP 4 (Carreira de Motorista Marítimo)	11	11	52,5	2	0														11	11
GP 4 (Carreira de Topógrafo/a)	1	1	49,2	0	0														1	1
GP 4 (Carreira de Fiscal de Obras e Apetrechamento Portuário)	0	1	27,0	0	0														1	1
GP 4 (Carreira de Operador/a de Radar e Telecomunicações)	5	6	53,0	2	1	1			1		1								7	7
GP 4 (Carreira de Técnico/a de Apoio Informático)	1	2	32,0	0	0						1								3	3
GP 5A (Carreira de Operador de Equipamento Portuário)	3	3	61,2	2	2	1			1										3	3
GP 5A (Carreira de Agente de Exploração)	19	18	48,4	3	0						1								19	19
GP 5A (Carreira de Eletricista)	4	2	44,5	0	0														2	2
GP 5A (Carreira de Técnico/a Administrativo/a)	7	10	44,1	2	0						1								11	11
GP 5A (Carreira de Técnico/a Auxiliar)	6	5	63,8	4	3														5	5
GP 5B (Carreira de Marinheiro)	15	15	45,0	2	1	1			1		2								17	16
GP 5B (Carreira de Operador/a de Off-Set e Reprografia)	1	1	66,0	1	1	1			1										1	1
GP 6 (Carreira de Auxiliar de Serviços)	0	2	52,9	0	0														2	2
GP 6 (Carreira de Telefonista/Rececionista)	1	1	57,1	0	0														1	1
Total	274	290	52,22	75	14	11	4	0	11	1	28	319	5	4	0	0	0	0	314	314

NOTA : Ano 2027 - sem movimentos a assinalar

Numa empresa que se quer eficiente importa promover a adequação do seu quadro de pessoal e aumentar as respetivas competências. Recorde-se, que no contexto atual existe a necessidade de capacitar os colaboradores da organização para a resposta aos grandes objetivos que recaem sobre organizações eficientes e socialmente responsáveis, como a descarbonização e a digitalização, estando a APL, S.A. inserida num setor que cada vez mais faz uso das novas tecnologias.

Neste sentido, a capacitação do seu quadro de pessoal e a renovação do mesmo através da admissão de novos/as trabalhadores/as, ou da substituição de pessoal que cessou funções, irá permitir melhorar a capacidade de resposta perante as solicitações do mercado portuário. A evolução positiva da eficiência operacional da empresa nos anos futuros fica necessariamente dependente da capacidade de resposta, no momento atual, aos desafios que lhe são colocados.

Acresce, ainda, a preocupação contínua em dar formação às suas pessoas, habilitando-as a exercer as suas funções com maior grau de eficiência e eficácia, melhorando a sua produtividade, bem como assegurando o cumprimento de requisitos legais e normativos internos, quanto à segurança de pessoas, do património e das operações, mitigando riscos na área da segurança e saúde no trabalho (safety) e na área de segurança do património e operações (security), na área de jurisdição da APL, S.A..

Assim, temos preconizado a realização de ações de formação específicas, a todo o tempo, para cada área técnica e/ou de negócios para consolidação e atualização de conhecimentos e competências, nomeadamente sensibilização no âmbito do código ISPS (OPIP e OPP), atualização de conceitos derivados de alterações legislativas, formações na área técnico-portuária, utilização de Equipamentos de Proteção Individual, bem como formações transversais a toda a empresa ao nível de riscos profissionais, aprofundando conhecimentos para uma melhor capacitação técnica dos serviços e manobra de equipamentos portuários.

Muito em particular, importa promover a melhoria do ambiente de trabalho salvaguardando a qualidade de vida dos/as trabalhadores/as, mas também o desempenho e a estabilidade da Sociedade, sendo para tal determinante promover uma cultura de abertura e apoio à saúde mental no local de trabalho, assim como no domínio do desenvolvimento pessoal.

A APL, S.A., no sentido de responder ao serviço de interesse público que presta, pautou-se por uma política de contenção de efetivos tentando ajustar os meios às suas necessidades. Contudo, e como se sabe, por efeito das restrições impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento do Estado no que respeita a admissões, e por via da diminuição do seu efetivo nos últimos anos, a Administração do Porto de Lisboa tem um efetivo cada vez mais envelhecido, registando uma idade média atual de 52,22.

2. Autorizações Requeridas

Neste contexto de uma gestão eficiente de recursos que visa permitir o normal e correto desenvolvimento das suas atribuições, esta Sociedade pretende reforçar o seu quadro de efetivos com mais 28 trabalhadores/as nas unidades orgânicas.

No ponto VIII.1 são apresentadas em detalhe as necessidades em causa bem como a respetiva fundamentação individual e os pedidos de autorização necessários.

3. Gastos

Na vertente de gastos envolvidos, apresenta-se o seguinte quadro:

Pessoal	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º Total de Trabalhadores	274	291	290	319	314	314	29	10%
N.º de membros dos órgãos sociais	11	11	11	11	11	11	0	0%
N.º de membros cargos de direção	39	44	44	44	44	44	0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	224	236	235	264	259	259	29	12%
Gastos totais com pessoal (€)	19 189 205	20 483 943	20 815 358	22 206 651	22 733 643	23 003 787	1 391 293	7%
Gastos com órgãos sociais	328 063 €	310 841 €	311 556 €	311 556 €	311 556 €	311 556 €	0	0%
Gastos com cargos de direção	3 616 708 €	4 086 317 €	4 139 445 €	4 157 321 €	4 223 934 €	4 270 404 €	17 877	0%
Remuneração do pessoal	11 737 029 €	12 292 828 €	12 485 901 €	13 358 893 €	13 726 918 €	13 905 210 €	872 992	7%
Benefícios pós-emprego	136 322 €	28 301 €	28 301 €	54 790 €	55 863 €	56 937 €	26 489	94%
Ajudas de custo	14 588 €	25 980 €	25 980 €	31 690 €	35 565 €	33 565 €	5 710	22%
Rescisões / Indemnizações	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	0
Restantes encargos	3 356 496 €	3 739 676 €	3 824 176 €	4 292 401 €	4 379 808 €	4 426 115 €	468 225	12%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2024	122 703 €	377 654 €	437 215 €	496 979 €	520 910 €	546 905 €	59 764	14%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes	0 €	205 178 €	201 318 €	1 099 986 €	1 824 036 €	1 898 696 €	898 668	446%
(iii) Cumprimento de disposições legais	813 411 €	0 €	1 045 249 €	1 026 864 €	991 106 €	991 106 €	-18 386	-2%
(iv) Orientações expressas do acionista Estado	0 €	550 198 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	0
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias	198 746 €	614 513 €	332 696 €	579 580 €	835 085 €	1 052 249 €	246 884	74%
(vi) Outras valorizações remuneratórias	249 512 €	283 135 €	270 880 €	294 055 €	294 055 €	294 055 €	23 175	9%
(vii) Rescisões por mútuo acordo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	0
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais	-328 063	-310 841	-311 556	-311 556	-311 556	-311 556	0	0%
(-) Cumprimento de disposições legais	-813 411	0	-1 045 249	-1 026 864	-991 106	-991 106	18 386	2%
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	-198 746	-614 513	-332 696	-579 580	-835 085	-1 052 249	-246 884	-74%
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Trabalhador destacado, pago pela empresa			-104 500	-107 500				
(+) Absentismo	337 553 €	0 €	324 231 €				-324 231	-100%
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	18 186 538	19 558 589	19 345 588	20 181 152	20 595 897	20 648 876	835 564	4%
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	64,5%	62,9%	64,5%	66,2%	66,6%	67,3%	0	3%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	19,9%	20,9%	21,4%	20,6%	20,5%	20,7%	0	-4%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	1,8%	1,6%	1,6%	1,5%	1,5%	1,5%	0	-4%

NOTAS:

- . O n.º de membros de órgãos sociais inclui CA, CF, AG e ROC em todos os anos apresentados.
- . Sobre a remuneração dos gestores, para o triénio 2025-2027, não incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho
- . Para 2025 foram considerados os valores constantes da Tabela de Remunerações dos Gestores Públicos em vigor.
- . Nos termos do Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, a remuneração do CA, bem como todos os encargos referentes à mesma, são suportados em partes iguais pela APL, S.A. e pela APSS, S.A., sendo que o montante indicado corresponde ao custo assumido pela APL, S.A.

- . Do mesmo modo, e de acordo com a DUE de 18 de dezembro de 2023, a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal é suportada em partes iguais pela APL, S.A e pela APSS, S.A..
- . Em 2024 está considerado o n.º total de lugares de direção e chefia existentes na atual estrutura orgânica.
- . O detalhe dos gastos com pessoal considera os respetivos encargos sociais.
- . Informação adicional
 - (ii) Considerado o custo das contratações previstas em 2025 e efeitos nos anos subsequentes, ao qual se soma o efeito das contratações previstas nos anos seguintes. Inclui encargos sociais.
 - (iii) Consideradas as atualizações das tabelas salariais, em cumprimento da Portaria 176/2024/1, de 29 de julho (No PAO 2024 tinha sido prevista uma atualização de 3% das tabelas salariais)
 - (v) Valores acumulados. Considerados os acessos nas carreiras, diuturnidades e diferencial de carreira.
 - (vi) Valores acumulados. Consideradas reconversões profissionais e atribuição/alteração de remunerações acessórias.

A estimativa dos Gastos com Pessoal para 2025 prevê a concretização da contratação dos/as trabalhadores/as autorizada no PAO 2024.

O total de gastos apresentado pressupõe, ainda, a contratação de 28 novos/as trabalhadores/as, 1 dos quais para reposição de trabalhador que cessou funções em 2021 e cuja substituição não foi possível efetivar em momento anterior.

Os gastos com admissões de pessoal estimados para o ano de 2024 e apresentados no atual documento incorporam o custo correspondente ao último quadrimestre do ano com a contratação dos elementos autorizados nos PAO 2023 e PAO 2024, bem como as substituições efetuadas ao longo do ano por saída de trabalhadores/as por motivo de aposentação/falecimento.

Outros fatores poderão vir a condicionar os custos ora orçamentados.

4. Pré-reforma do pessoal técnico de pilotagem

Na sequência do processo iniciado com o anterior executivo, fomos informados do avanço nas negociações com os sindicatos que devem determinar um regime de pré-reforma.

A 1 de janeiro de 2025 teremos 16 pilotos que preenchem o requisito da idade.

De modo a não comprometer a operacionalidade do porto não deverá ser permitido o acesso à pré-reforma a mais de 4 pilotos por ano.

Com base nos pressupostos que nos foram dados a conhecer, o que vier a ser aprovado irá influenciar/alterar a estimativa dos gastos com pessoal, ora apresentados. Com efeito, a estimativa de encargos com este regime, aferidos à data, deverá ser na ordem dos 540.000,00€ em 2025.

VI. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

ORIENTAÇÃO - Planeamento financeiro a três anos, com a indicação clara das fontes de financiamento da atividade da empresa, operacional e de investimentos, e do serviço da dívida quando exista.

As ações ou atividades que sejam objeto de financiamento ainda não concretizado no momento de elaboração da proposta de PAO (v.g., objeto de candidatura a fundos comunitários ainda não aprovada) devem ser claramente identificadas, uma vez que a sua execução está condicionada à concretização desse financiamento.

O planeamento financeiro a 3 anos consta das demonstrações financeiras constantes do ponto X.1 e traduz o nível de atividade da empresa previsto para o período, conforme descrito no ponto III relativamente às diversas áreas de negócio. São ainda identificadas as fontes de financiamento no ponto X.3.

Foram consideradas as orientações divulgadas pelo acionista a 13/08/2024, assumindo-se, contudo, a impossibilidade do cumprimento integral dos princípios nele elencados, pelo que apresentamos no ponto VIII alguns pedidos de exceção aos mesmos.

1. Resultados

De acordo com as previsões para o triénio, os resultados da empresa deverão ter a seguinte evolução:

	(Unid: euros)					
RESULTADOS	2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Esti m.	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
EBITDA	25 804 649	22 097 152	20 311 257	17 971 854	22 382 245	22 148 423
EBIT	11 948 946	9 148 042	7 604 814	5 220 101	8 520 655	5 322 635
Resultado Líquido	9 616 891	6 197 614	4 878 410	3 178 373	4 700 452	2 678 667

Conforme se poderá observar no mapa de demonstração de resultados constante do ponto X.1, para o decréscimo do EBITDA em 2025 face a 2024 contribui no essencial o maior volume de gastos operacionais, não acompanhado por uma evolução suficientemente expressiva do volume de negócios que permita superar o resultado esperado no ano transato.

O crescimento dos gastos operacionais é objeto de justificação mais adiante, no ponto 3.1, sendo de destacar que diversas intervenções e projetos previstos para 2024 acabaram por não se concretizar, existindo presentemente necessidades a satisfazer que se revelam fulcrais ao bom desempenho da empresa e à sustentabilidade do negócio.

Quanto ao EBIT e ao Resultado Líquido, refletem adicionalmente, quer a amortização dos investimentos (com aumento gradual 2025-2027), quer os juros de empréstimos, que em 2025 deverão ser inferiores a 2024, mas que aumentarão em 2026 e 2027 pela necessidade de

recorrer a novos financiamentos bancários devido ao elevado volume de investimentos a realizar (vide ponto 5).

ORIENTAÇÕES:

"Melhorar o resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor"

"Melhorar o resultado líquido em execução da proposta de PAO"

Valores em euros

INDICADOR	2024	2025	2026	2027
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
EBIT	7 604 814	5 220 101	8 520 655	5 322 635
Provisões	-1 460 000	-335 000	-335 000	-335 000
Imparidades	-669 000	-788 000	-788 000	-788 000
Justo valor	0	0	0	0
EBIT ajustado	9 733 814	6 343 101	9 643 655	6 445 635
VARIAÇÃO EBIT ajust face a n-1	--	-34,83%	52,03%	-33,16%
Resultado Líquido	4 878 410	3 178 373	4 700 452	2 678 667
VARIAÇÃO Result Líquido face a n-1	--	-34,85%	47,89%	-43,01%
Exceções a considerar nos gastos operacionais (cf ponto VIII.3.):	-1 469 771	-6 223 137	-3 211 801	-5 110 108
em FSE	0	-4 197 638	-1 074 055	-2 755 197
em G.PESSOAL	-1 469 771	-2 025 499	-2 137 746	-2 354 911
Efeito das inspeções da AT ao IVA (aumento outros gastos e perdas)	-1 240 581	-647 109	-647 109	-647 109
EBIT ajustado, com exec.	12 444 165	13 213 347	13 502 566	12 202 852
VARIAÇÃO face a n-1	--	6,2%	2,2%	-9,6%
Result. Líquido, com exec.	7 588 761	10 048 619	8 559 362	8 435 884
VARIAÇÃO face a n-1	--	32,4%	-14,8%	-1,4%

O EBIT, mesmo que deduzido de provisões, imparidades e correções de justo valor, pelos motivos atrás apontados, não deverá apresentar melhoria para 2025, já que as parcelas indicadas para o ajustamento não sofrerão flutuações.

No ponto VIII.3 são referidos alguns fatores adicionais que entendemos ser de exceção, e para os quais se solicita autorização. Considerando esses ajustamentos a evolução do EBIT será favorável para 2025 e 2026. Quanto ao resultado líquido e Resultado Líquido deverá evoluir positivamente para 2025 mas reduzir em 2026 e 2027.

2. Rendimentos e ganhos

No quadro seguinte ilustra-se a evolução da globalidade dos rendimentos e ganhos, que apresenta um perfil positivo, o qual deverá manter-se ao longo do triénio.

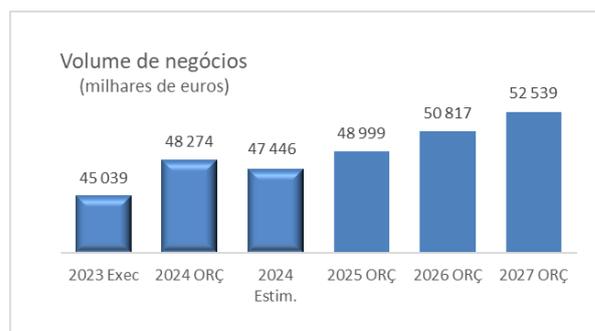
(Unid: euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Esti m.	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
Vendas e Serviços Prestados	45 038 711	48 274 045	47 445 539	48 999 037	50 817 445	52 538 905
Trabalhos para Própria Entidade						
Subsídios à Exploração						
Reversões	94 050					
Ganhos/Aumento Justo Valor						
Outros Rendimentos e Ganhos	12 375 092	12 166 214	11 970 600	12 316 623	12 534 453	12 660 689
Juros e Rendim. Similares Obtidos	2 216		2 216			
TOTAL	57 510 070	60 440 259	59 418 354	61 315 660	63 351 898	65 199 594
variação face n-1			3,3%	3,2%	3,3%	2,9%

2.1. Volume de Negócios

ORIENTAÇÃO - "crescimento gradual do volume de negócios (vendas e prestações de serviços) e a maximização das receitas mercantis"

Espera-se um crescimento sustentado do volume de negócios da empresa, superando em 2025 o total estimado para 2024 (cerca de + 1,6 milhões de euros) e com aumento consistente nos anos seguintes (+1,8 M€ em 2026; +1,7M€ em 2027).



ORIENTAÇÃO - "(...) fundamentação de um crescimento real do volume de negócios (vendas e serviços prestados) superior ao do PIB"

Valores em euros

INDICADOR	2024	2025	2026	2027
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Volume de Negócios	47 445 539	48 999 037	50 817 445	52 538 905
cresc VN em p.p.	--	3,27	3,71	3,39
PIB %	1,5%	1,9%	2,0%	1,5%
cresc PIB em p.p.		0,40	0,10	-0,50

A variação ilustrada no quadro é superior à evolução do PIB devido a vários fatores:

- A informação relativa a previsões de movimentação portuária, recolhida junto dos concessionários dos terminais, resulta das expectativas dos operadores privados e demais agentes económicos com atividade na área de jurisdição da APL. A variação da atividade é detalhada no ponto III;
- A atualização das rendas dos contratos de concessão e de usos dominiais é efetuada nos termos definidos contratualmente, estabelecendo como referência, designadamente o coeficiente de atualização de rendas ou o IPC, consoante os casos;

- A variação das receitas de taxas portuárias é influenciada pela atualização do tarifário, aprovada pelo regulador, podendo por vezes apresentar uma percentagem diferente, consoante o tipo de tarifa, como deverá suceder para 2025, em que se espera uma atualização de 2,5% para a generalidade das tarifas integradas no Regulamento, de 10% para a tarifa de pilotagem e de uso de equipamento marítimo e percentagens diferenciadas no âmbito das várias componentes da tarifa de resíduos.

(Unid: euros)

VOLUME DE NEGÓCIOS	2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Esti m.	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
Regulamento de Tarifas	34 536 489	36 887 769	36 082 299	37 378 224	38 900 060	40 307 676
<i>TUP Navio</i>	6 339 436	6 798 432	6 595 706	6 838 300	7 127 161	7 374 348
<i>Tarifa Pilotagem</i>	5 229 700	5 459 267	5 381 609	5 853 655	6 141 982	6 453 029
<i>Tarifa Passageiros</i>	170 419	177 215	177 215	163 557	173 164	189 225
<i>Tarifa Armazenagem</i>	10 219	10 300	10 300	10 558	10 779	10 995
<i>Tarifa Uso Equipamentos</i>	222 557	240 813	225 798	242 160	250 671	257 920
<i>Tarifa Resíduos</i>	663 657	811 417	640 000	833 700	870 009	896 513
<i>Taxa de carbono</i>	1 024 751	1 217 000	986 250	885 000	900 000	975 000
<i>Tarifas náutica e marítimo-turística</i>	2 632 890	2 814 916	2 814 916	2 893 897	3 092 260	3 154 105
<i>Fornecimentos diversos</i>	11 749	12 640	10 820	9 330	9 517	9 707
<i>Concessões e licenciamentos - Taxas Fixa:</i>	11 418 133	12 108 596	12 024 108	12 292 116	12 646 352	12 957 489
<i>Concessões e licenciamentos - Taxas Vari</i>	6 326 952	6 756 107	6 734 511	6 837 925	7 152 938	7 493 735
<i>Taxa Repartição ISPS</i>	360 322	387 688	387 688	442 355	451 202	460 226
<i>Outras licenças</i>	125 705	93 377	93 377	75 672	74 025	75 385
Rendimentos não sujeitos a regulação	10 502 223	11 386 276	11 363 240	11 620 813	11 917 385	12 231 229
<i>Uso de Edificações, Terraplenos e Leito de</i>	10 471 934	11 354 139	11 331 215	11 587 920	11 883 629	12 196 585
<i>Autorizações diversas de usos dominiais</i>	30 289	32 137	32 025	32 893	33 756	34 644
VOLUME DE NEGÓCIOS TOTAL	45 038 711	48 274 045	47 445 539	48 999 037	50 817 445	52 538 905
variação face n-1			5,3%	3,3%	3,7%	3,4%

Assim, numa apreciação geral do volume de negócios verifica-se que os aumentos mais significativos em termos absolutos de 2024 para 2025 deverão ocorrer em:

- TUP Navio – 243 mil€ (+3,7%);
- Tarifa Pilotagem – 472 mil€ (+8,8%);
- Tarifa Resíduos – 194 mil€ (+30,3%);

Destaque também para as taxas fixas e variáveis das concessões, bem como as taxas de uso de edificações e terraplenos com acréscimos absolutos em 2025 face a 2024 (+371 mil€ e +257mil€, respetivamente).

2.2. Outros Rendimentos e Ganhos

A evolução da rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” também apresenta um perfil ascendente, com uma variação de 346 mil€ de 2024 para 2025, sendo os aumentos mais expressivos nas contas de:

- Rendimentos de propriedades de investimentos (+165 mil€), que inclui as rendas dos edifícios do Cais do Sodré, ocupados pelas Agências Europeias;
- Remoção de resíduos sólidos (+96 mil€). Prevê-se que em meados de 2025 se inicie nova prestação, alterando-se os moldes de concessão para prestação de serviço, passando a APL a assumir os gastos na integra (próprios e dos clientes) e a faturar a parcela respeitante à recolha de resíduos de clientes.

3. Gastos e perdas

(Unid: euros)

GASTOS E PERDAS	2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Estím.	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
Fornecimentos e Serviços Externos	7 074 685	13 394 060	12 714 930	17 070 895	14 104 405	15 857 716
Gastos com o Pessoal	19 189 205	20 483 943	20 815 358	22 206 651	22 733 643	23 003 787
Depreciações e Amortizações	13 855 703	12 849 109	12 606 443	12 651 753	13 761 589	16 725 788
Perdas por imparidade	592 270	669 000	669 000	788 000	788 000	788 000
Perdas/Redução Justo Valor	0	0	0	0	0	0
Provisões	2 252 697	335 000	1 460 000	335 000	335 000	335 000
Outros Gastos e Perdas	2 596 563	3 561 104	3 547 809	3 043 259	3 108 605	3 166 668
Juros e Gastos Similares Suportados	951 856	596 943	570 296	467 501	1 714 615	1 230 400
TOTAL	46 512 979	51 889 159	52 383 836	56 563 061	56 545 858	61 107 360
	variação face n-1		12,6%	8,0%	0,0%	8,1%

Para 2025 prevê-se um acréscimo de 4,2 milhões de euros na globalidade dos gastos face ao estimado para 2024, verificando-se os aumentos mais expressivos nos FSE (+4 356 mil euros) e em gastos com pessoal (+ 1 391 mil euros).

Quanto às depreciações e amortizações, deverão ficar relativamente niveladas com o ano 2024, aumentando a partir de 2026, com o início da depreciação de alguns investimentos relevantes previstos no plano. De referir, contudo que para alguns projetos de elevado montante se considerou que o início da depreciação ocorrerá a partir do final do triénio, com a respetiva conclusão (ex: Navegabilidade fluvial no estuário do Tejo até Castanheira do Ribatejo, Ocean Campus, Reabilitação das Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde d'Óbidos, Reordenamento do Espaço Público na envolvente da Doca de Alcântara, Reabilitação do Edifício Infante D. Henrique).

O valor das provisões reduz consideravelmente face a 2024 já que para 2024 se estima o reforço da provisão para o processo judicial relativo ao concurso de concessão do TML – Terminal Multipurpose de Lisboa.

A variação dos juros e gastos similares suportados (redução de 103 mil euros em 2025, com posteriores aumentos em 2026 e 2027) decorre das amortizações de capital que vêm sendo

efetuadas, bem como dos empréstimos bancários que serão posteriormente necessários para fazer face ao elevado volume de investimentos a realizar nos anos de 2026 e 2027 (vide informação mais detalhada no ponto 5 deste capítulo, relativo ao endividamento).

3.1. Gastos Operacionais

Prevê-se um aumento dos gastos operacionais mais acentuado em 2025 face a 2024 (+5 747 mil euros, dos quais 4 356 mil€ em FSE e 1 391mil€ em Gastos com pessoal), pelos motivos descritos no ponto seguinte.

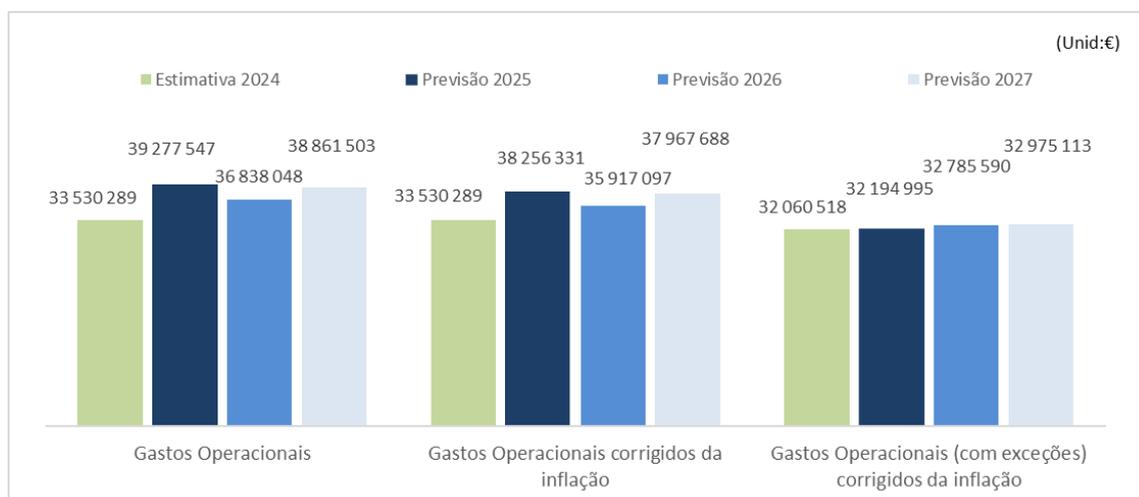
(Unid: milhares euros)

Gastos Operacionais	2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Estim.	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
Fornecimentos e Serviços Externos	7 075	13 394	12 715	17 071	14 104	15 858
Gastos com o Pessoal	19 189	20 484	20 815	22 207	22 734	23 004
Total gastos operacionais	26 264	33 878	33 530	39 278	36 838	38 862
variação face n-1			27,7%	17,1%	-6,2%	5,5%

ORIENTAÇÕES :

" Os Gastos Operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado ou estimado para o ano anterior, corrigido com a taxa de inflação prevista"

"fundamentação de taxa de crescimento dos gastos operacionais superior à do volume de negócios."



3.1.1. Fornecimentos e Serviços Externos

No quadro seguinte apresenta-se a evolução de gastos com fornecimentos e serviços externos para o período em análise:



(Unid: euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Estim.	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
Trabalhos Especializados	376 579	2 263 913	1 642 928	3 086 076	2 282 061	1 864 011
Publicidade e Propaganda	273 609	365 321	319 888	426 019	488 448	469 604
Vigilância e Segurança	712 475	824 596	890 940	918 300	968 300	962 300
Honorários	30 191	43 500	43 500	30 500	20 500	20 500
Dragagens	1 393 327	3 100 632	3 160 632	5 360 306	2 970 306	4 820 306
Assistência técnica	1 388 485	1 922 033	1 935 009	1 918 996	1 947 880	1 959 333
Reparações e manutenções diversas	515 465	1 014 760	1 045 127	1 048 587	1 076 421	1 084 395
Livros e documentação técnica	14 562	31 650	31 650	35 650	35 650	36 150
Material de escritório	18 220	100 967	102 672	103 558	66 514	60 485
Eletricidade	594 877	801 500	801 500	651 600	651 600	701 600
Combustíveis	181 423	212 235	210 235	210 210	216 424	222 917
Água	152 396	146 384	146 384	197 440	198 368	199 316
Outros (fluidos)	45 665	47 900	47 900	53 950	54 450	54 450
Deslocações e Estadas	42 385	102 909	102 909	114 927	125 791	116 724
Transportes de pessoal	59 452	80 440	80 440	90 000	100 000	100 000
Rendas e alugueres	96 861	200 867	197 781	199 594	200 399	201 266
Comunicações	60 471	67 245	68 255	69 996	70 114	70 286
Seguros	192 197	237 269	219 868	256 031	260 977	266 219
Contencioso e notariado	55 031	15 000	40 000	15 000	20 000	20 000
Despesas de representação	57 414	73 895	82 883	84 650	84 804	85 013
Limpeza, Higiene e Conforto	739 384	1 646 500	1 446 831	2 103 536	2 169 611	2 445 958
Restantes FSE	74 216	94 543	97 598	95 971	95 787	96 884
TOTAL	7 074 685	13 394 060	12 714 930	17 070 895	14 104 405	15 857 716
variação face n-1			79,7%	34,3%	-17,4%	12,4%

Com uma variação global de +4 356 mil euros, destacam-se algumas rubricas que apresentam maior acréscimo absoluto face a 2024 e que têm habitualmente (no caso das dragagens, limpeza e trabalhos especializados), um peso determinante na estrutura de gastos da empresa.

- Dragagens (+2 200mil euros);
- Trabalhos Especializados (+1 443mil euros);
- Limpeza, Higiene e Conforto (+657 mil euros);
- Publicidade e Propaganda (+106 mil euros).

De referir que parte delas correspondem a encargos que decorrem das atribuições da APL enquanto entidade responsável pela manutenção de uma vasta área de jurisdição e que não podem deixar de ser assumidos, suportando conseqüentemente os acréscimos de fatores que nos são alheios.

Nessa medida, apresenta-se no ponto VIII.3 uma fundamentação para algumas situações que se encontram na origem destes acréscimos e que entendemos ser de excecionar no âmbito da aferição dos rácios.

Excluindo o efeito destas exceções, a variação 2024-2025 seria a seguinte:

- Dragagens (sem variação – rubrica excecionada na totalidade);
- Trabalhos Especializados (+212 mil euros);
- Limpeza, Higiene e Conforto (+37 mil euros);
- Publicidade e Propaganda (+8 mil euros).

3.1.2. Gastos com o Pessoal

ORIENTAÇÕES:

“Os GcP devem ser desagregados e fundamentados, permitindo uma análise autónoma, designadamente, dos gastos relativos aos órgãos sociais, dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, excluindo rescisões por mútuo acordo. “

"O recrutamento que implique aumento da despesa de pessoal ou aumento do número efetivo de trabalhadores deve ser devidamente fundamentado, sempre que possível em análise custo/benefício

Os pedidos de recrutamento de pessoal que não tenham sido objeto de aprovação em PAO anterior, e cuja necessidade se mantenha, devem ser novamente objeto de proposta e expressa autorização."

No quadro seguinte apresenta-se a evolução de gastos com o pessoal para o período em análise:

(Unid: euros)

Gastos com o pessoal	2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Estim.	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
Remuneração dos Órgãos Sociais	271 912	267 128	267 706	267 581	267 581	267 581
Remuneração do Pessoal	14 685 232	15 630 585	15 866 452	16 759 913	17 185 666	17 399 510
Encargos sobre Remunerações	3 429 031	3 617 158	3 674 270	3 871 960	3 966 973	4 018 269
Benefícios Pós-emprego	136 322	28 301	28 301	54 790	55 863	56 937
Indemnizações	0	0	0	0	0	0
Seguros e Ação Social	439 065	586 283	689 659	778 311	784 001	787 694
Outros Gastos com o Pessoal	227 642	354 488	288 970	474 096	473 559	473 797
TOTAL	19 189 205	20 483 943	20 815 358	22 206 651	22 733 643	23 003 787
variação face n-1			8,5%	6,7%	2,4%	1,2%

A evolução do efetivo, bem como os pressupostos subjacentes aos gastos associados encontram-se detalhados no ponto V.3 do presente documento.

No ponto VIII.1 são ainda identificados e fundamentados os pedidos de autorização de recrutamento.

Considerando as exceções solicitadas neste âmbito, a evolução dos gastos é a seguinte:

Valores em euros

INDICADOR	2024	2025	2026	2027
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Gastos Pessoal (total conta 63)	20 815 358	22 206 651	22 733 643	23 003 787
Gastos Órgãos Sociais	-311 556	-311 556	-311 556	-311 556
Cump. disposições legais	-1 045 249	-1 026 864	-991 106	-991 106
Valoriz. Remuneratórias	-332 696	-579 580	-835 085	-1 052 249
Absentismo	324 231	0	0	0
Gastos Pessoal ajustados (cf. orientações DSPE de 13/08)	19 450 088	20 288 652	20 595 897	20 648 876
taxa cresc % face a n-1		4,31%	1,51%	0,26%
Exceções adicionais	-104 500	-107 500	0	0
Trabalhador destacado	-104 500	-107 500	0	0
Gastos Pessoal ajustados, com exceções adicionais	19 345 588	20 181 152	20 595 897	20 648 876
taxa cresc % face a n-1	--	4,32%	2,06%	0,26%

4. Eficiência Operacional

ORIENTAÇÃO: Garantir "eficiência operacional da empresa, medida pelo rácio dos gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN), o qual deve ser igual ou inferior ao verificado no ano anterior, excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de disposições legais"

Na aferição do cumprimento deste rácio excluímos alguns gastos que entendemos serem, quer decorrentes de obrigação legais, quer de carácter imprescindível à atividade e à implementação da estratégia da empresa (vide detalhe no ponto VIII.3).

De modo traduzir a real dimensão do negócio da empresa, e conforme já referido no PAO24-26, considerámos ainda ser de incluir, para este efeito, as propriedades de investimento (contabilizadas na classe 78), e que representam mais de 4 milhões de euros/ano.

De referir que na DSUE de 26/07/2024, que aprovou o PAO 24-26 (ponto X.7), foi autorizado o cálculo do rácio de eficiência operacional com o presente critério.

Valores em euros

INDICADOR	2024	2025	2026	2027
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Gastos Operacionais	33 530 289	39 277 547	36 838 048	38 861 503
Volume de Negócios	47 445 539	48 999 037	50 817 445	52 538 905
Rácio GO/VN	70,67%	80,16%	72,49%	73,97%
evolução face a n-1 (em p.p.)		9,49	-7,67	1,48
Gastos Operacionais	33 530 289	39 277 547	36 838 048	38 861 503
Exceções a considerar nos gastos operacionais (cf ponto VIII.3):	-1 469 771	-6 223 137	-3 211 801	-5 110 108
Gastos Operacionais ajustados	32 060 518	33 054 409	33 626 247	33 751 395
Volume de Negócios	47 445 539	48 999 037	50 817 445	52 538 905
Rácio GO/VN com ajust aos GO	67,57%	67,46%	66,17%	64,24%
evolução face a n-1 (em p.p.)		-0,11	-1,29	-1,93
conta 7873 - Rend propried investimento	4 465 120	4 630 263	4 746 019	4 864 670
Vol negócios + Rend. Propried. Invest.	51 910 658	53 629 300	55 563 465	57 403 575
Gastos Operacionais ajustados	32 060 518	33 054 409	33 626 247	33 751 395
Rácio GO/VN ajustado, inc. propr. Invest	61,76%	61,63%	60,52%	58,80%
evolução face a n-1 (em p.p.)		-0,13	-1,12	-1,72

5. Endividamento e encargos financeiros associados

ORIENTAÇÕES:

- “O endividamento da empresa deve, como orientação geral, diminuir em termos nominais”
- "Reduzir o endividamento, em termos reais, líquido de investimento"
- “a proposta de PAO não deve prever um aumento do endividamento individual da empresa superior a 2%” - Considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e outros instrumentos de capital próprio, excluindo o financiamento por subsídio reembolsável/empréstimo bonificado afeto a projeto comunitário, de novos investimentos com expressão material e de investimentos previstos no PRR”

O Plano de Investimento para o Triénio 2025-2027 prevê, para os anos de 2025 a 2027 um volume de investimentos total de 93,7 milhões de euros: 2025: 37,3M€; 2026: 39,6 M€; 2027:16,8 M€;

Como se pode verificar pela apreciação dos projetos incluída no ponto IV, estes investimentos são essenciais para a modernização e aumento da eficiência e segurança do Porto de Lisboa, bem como para a melhoria da relação porto-cidade, destacando-se, dois projetos imprescindíveis para a sustentabilidade do Porto e dos municípios adjacentes, designadamente de Lisboa: a Navegabilidade fluvial no Estuário do Tejo e o Onshore Power Supply - fornecimento de energia elétrica shore to ship nos terminais da zona oriental.

Destaque também para o projeto Novo Rosto de Alcântara - Espaço para as pessoas, que virá beneficiar e articular as várias vertentes de utilização desta zona da cidade, incluindo o seu usufruto pela comunidade em geral.

Conforme já referido no ponto IV.4, em 2025 os investimentos devem realizar-se apenas com recurso a capitais próprios e fundos comunitários, atendendo às disponibilidades que transitaram do ano de 2024, mantendo-se, igualmente, as amortizações de capital decorrentes do serviço da dívida de contratos de financiamento de médio/longo prazo (vide mapa de fluxos de caixa, ponto X.2).

O nível de endividamento da empresa deverá aumentar nos anos de 2025 e 2026, quer em termos reais, quer nominais, devido ao grande volume de investimento previsto para esses anos. Para 2027 estima-se um decréscimo, que deverá ser consistente nos anos seguintes, com o recebimento do remanescente dos fundos comunitários dos projetos cofinanciados.

Valores em euros

INDICADOR	2024	2025	2026	2027
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Endividamento em termos nominais (Passivo remunerado em balanço)	12 321 426	15 678 620	35 535 763	26 000 049
evolução % face a n-1		27,25%	126,65%	-26,83%
taxa de inflação % (nos termos das orientações DSPE de 13/08/2024)		2,6%	2,5%	2,3%
Endividamento em termos reais (= Endiv.nominal, corrigido da inflação)	12 321 426	15 270 976	34 647 369	25 402 048
evolução % face a n-1		23,94%	126,88%	-26,68%
Varição do Endividamento (nos termos do Desp. 136/2024-SET)		-0,8%	20,3%	-10,0%
Financ. Remuner t	12 321 426	15 678 620	35 535 763	26 000 049
Financ. Remuner t-1	17 864 232	12 321 426	15 678 620	35 535 763
Capital social	60 000 000	60 000 000	60 000 000	60 000 000
Novos investimentos com expressão material		3 940 000	4 500 000	

Considerando, no entanto, o efeito dos novos investimentos com expressão material, apenas se verifica aumento em 2026. Considerámos neste âmbito o Reordenamento do Espaço Público na envolvente da Doca de Alcântara uma vez que, apesar de constar do PAO24, acabou por não ter ainda execução.

Salientamos que as amortizações do serviço da dívida contratualizada se manterão em 2025 e 2026, prevendo-se que em 2027 se inicie já a amortização de parte dos empréstimos contraídos nos dois anos anteriores.

(Unid: euros)

Serviço da dívida	2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Estim.	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
Amortizações de capital	9 729 262	6 042 806	5 542 806	3 142 806	2 142 857	9 535 714
Juros de financ. Obtidos	936 509	596 943	570 296	467 501	1 714 615	1 230 400
TOTAL	10 665 771	6 639 749	6 113 101	3 610 307	3 857 473	10 766 114

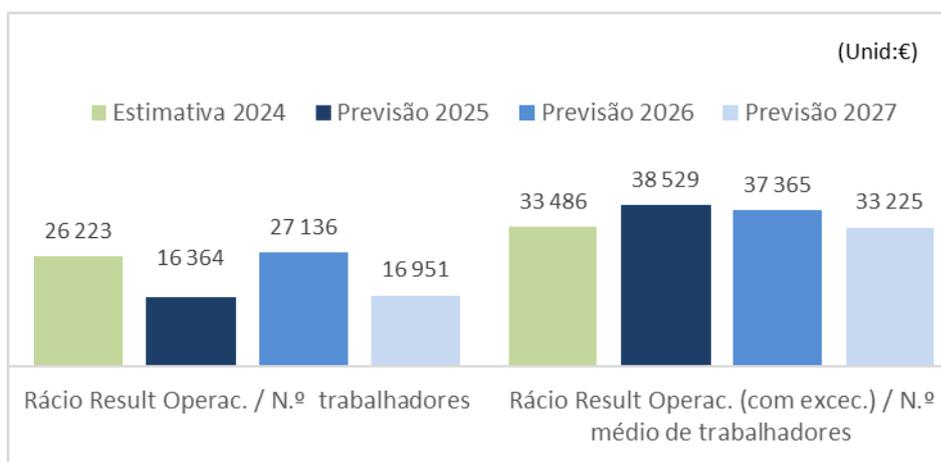
6. Outros rácios e indicadores

6.1. Resultado Operacional / N.º Trabalhadores

ORIENTAÇÃO:

- Melhoria do "rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores, que constitui condição sine qua non para a autorização do aumento do número de trabalhadores ao serviço da empresa".

Considerando o efeito das exceções aos gastos operacionais bem como o n.º médio de trabalhadores (que entendemos ser mais adequado para avaliar a evolução do efetivo ao longo do ano), o indicador melhora em 2025 face a 2024.



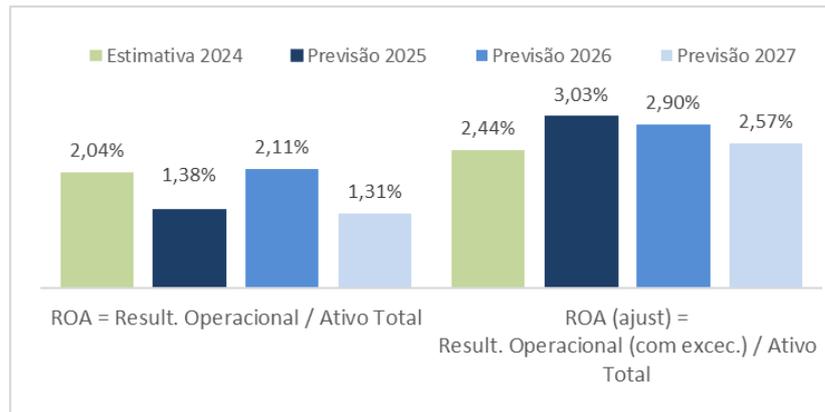
6.2. ROA - Return on Assets

ORIENTAÇÃO:

"Deve ser apresentado o Return on Assets (ROA, calculado como resultado operacional dividido pelo ativo total), que deve melhorar em cada ano"

A evolução deste indicador reflete o incremento bastante significativo do ativo dado o volume de investimento previsto.

Considerando a versão ajustada, o presente indicador melhora em 2025 face a 2024.

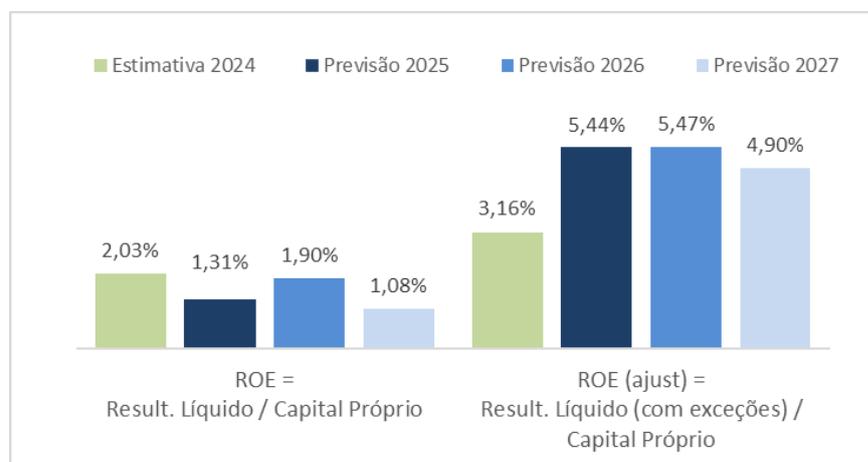


6.3. ROE - Return on Equity

ORIENTAÇÃO:

- "Return on Equity (ROE), calculado como resultado líquido do exercício dividido pelo capital próprio, (...) deve melhorar em cada ano"

Considerando o resultado líquido com as exceções solicitadas, este indicador apresenta uma melhoria para os anos 2025 e 2026.



6.4. Pagamentos em atraso

ORIENTAÇÃO:

- "Reduzir o volume dos "pagamentos em atraso" (arrears)"

À data de 31/12/2023 o valor das dívidas vencidas com antiguidade superior a 90 dias incluía os seguintes montantes que entendíamos não serem devidos, correspondentes às seguintes situações:



- a) No âmbito das aquisições de bens e serviços: 76 130€, referentes valores de residuais de faturas de fornecimento de água a navios sobre as quais não foi ainda possível chegar a um entendimento entre a APL e o fornecedor acerca dos montantes cobrados;
- b) No âmbito das aquisições de capital: 26 372€, referentes a um processo de empreitada em contencioso.

Assim, apresentam-se as variações na perspetiva dos saldos das contas de fornecedores superiores a 90 dias e a visão ajustada, deduzida das situações acima referidas.

VALORES NÃO AJUSTADOS:

(Valores em euros)

Dívidas vencidas	Entre 0 e 90 dias	Dívidas vencidas de acordo			TOT. DÍVIDAS VENC. > 90 dias	TOT. DÍVIDAS VENCIDAS
		Após 90 até 180 dias	Após 180 até 365 dias	Após 365 dias		
A 31/12/2023	338 788	6 495	4 914	101 310	112 718	451 506
A 31/12/2024	27 553	600	742	6 282	7 624	35 177
VARIAÇÃO FACE AO PERÍODO HOMÓLOGO					-105 094	

VALORES AJUSTADOS:

(Valores em euros)

Dívidas vencidas	Entre 0 e 90 dias	Dívidas vencidas de acordo			TOT. DÍVIDAS VENC. > 90 dias	TOT. DÍVIDAS VENCIDAS
		Após 90 até 180 dias	Após 180 até 365 dias	Após 365 dias		
A 31/12/2023	336 816	3 945	87	6 184	10 216	347 032
A 31/12/2024	27 553				0	27 553
VARIAÇÃO FACE AO PERÍODO HOMÓLOGO					-10 216	

Espera-se que no final de 2024 as situações pendentes se encontrem resolvidas. Para 2025 e anos seguintes não são expectáveis dívidas com antiguidade superior a 90 dias.



VII. CONTRATO PROGRAMA/CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO/CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

ORIENTAÇÃO - aplicável apenas às empresas a que for confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral devidamente contratualizados.

Não aplicável, uma vez que não foi celebrado um contrato entre o acionista e a empresa para prestação de serviço público nem foi apresentada qualquer proposta de contratualização nesse âmbito.

VIII. QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS

ORIENTAÇÃO - síntese das autorizações necessárias, incluindo eventuais pedidos de dispensa do cumprimento dos princípios enunciados nas instruções para elaboração dos IPG.

Apresentam-se nos pontos seguintes os pedidos de autorização que entendemos pertinentes, bem como pedido de dispensa de cumprimento de alguns dos princípios definidos nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027:

1. Recrutamento de Pessoal
2. Cumprimento das Orientações (DSPE de 13/08/2024)
3. Gastos a excecionar na aferição do cumprimento dos indicadores de referência
4. Cálculo da Eficiência Operacional
5. Renovação da frota automóvel
6. Realização e Investimentos
7. Autonomia de gestão

Entendemos que o conjunto de exceções, indicado na alínea c) e detalhado mais adiante, envolve situações essenciais ao bom funcionamento da empresa bem como ao cumprimento das suas atribuições, que se estendem para além do âmbito restrito dos negócios. Algumas das prestações em causa são afetadas por fatores exógenos que fogem ao controlo e ao esforço de racionalização da empresa, não podendo, no entanto, deixar de ser levadas a cabo ou reduzidas.

Acresce que alguns dos projetos já planeados para 2024, constantes do PAO24-26, acabaram por não se concretiza ou por ter apenas uma execução parcial, transitando a respetiva execução para 2025. São disso exemplo o Plano Estratégico, assessorias de lançamento de novas concessões, renovação da frota automóvel e lançamento dos procedimentos concursais de recolha de resíduos urbanos e de navios.

De referir ainda que pela DSUE de 26/07/2024 (ponto X.7), que aprovou o PAO24-26, foi aprovado um conjunto de exceções às orientações emitidas.

1. RECRUTAMENTO DE PESSOAL

Conforme mencionado no capítulo V, no contexto de uma gestão eficiente de recursos que visa permitir o normal e correto desenvolvimento das suas atribuições, esta Sociedade pretende reforçar o seu quadro de efetivos, pelo que são identificadas seguidamente 28 contratações necessárias ao reforço e capacitação organizacional, para as quais se solicita autorização.

De acordo com as orientações constantes das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, a *“melhoria do rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores (...) constitui condição sine qua non para a autorização do aumento do número de trabalhadores ao serviço da empresa”*.

No gráfico apresentado no ponto VI.6.1 apresenta-se cálculo do rácio de produtividade (Res.Operacional / N.º trabalhadores). Considerando a versão ajustada (quer no que toca ao resultado operacional, quer considerando o n.º médio de trabalhadores) verifica-se melhoria deste indicador no ano 2025, passando de 33 486€ para 38 529€ pelo que se solicita que seja considerado este cálculo.

Estima-se a necessidade de levar a cabo os 28 recrutamentos, para os quais se solicita autorização:

- 21 novas contratações;
- 7 contratações antecipadas para colmatar a saída prevista, por aposentação/reforma, de trabalhadores que desempenham funções operacionais e integram uma escala de serviço com número mínimo de elementos.



AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS		FORMAÇÃO/ FUNDAMENTAÇÃO		NORMATIVO APLICÁVEL
NOVAS CONTRATAÇÕES				
Técnico/a Superior	16	1	Formação em Direito. Reforço de pessoal.	Artigo 132.º Decreto - Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro
		1	Formação em Ciências Documentais/Arquívica. Acréscimo de trabalho.	
		1	Formação em Direito/ Administração Pública. Volume de trabalho.	
		1	Formação em Economia/Gestão/ Estratégia, para acompanhamento de financiamentos/ gestão de projetos.	
		1	Formação em Engenharia do Ambiente ou afim, para gestão de resíduos/ implementação de sistemas de qualidade.	
		1	Formação SIG no âmbito do Smart Port Lx	
		1	Formação em Economia/Gestão/Contabilidade/Engenharia	
		1	Formação em Engenharia Mecânica	
		1	Formação em Engenharia Eletrotécnica	
		1	Formação em Engenharia do Ambiente	
		1	Formação em Gestão de Recursos Humanos. Reforço de pessoal, nomeadamente, ao nível da Formação	
		1	Formação em Gestão. Reforço da equipa para dar resposta a questões relacionadas com inovação, estratégia marketing e desenvolvimento da relação com o cliente e financeira.	
		1	Gestor De BD/ Programação/Desenvolvimento de Aplicações para cumprimento dos requisitos no âmbito da Cibersegurança	
		1	Formação em Tecnologia/ Logística Portuária para Implementação da European Maritime Single Window environment (EMSWe)	
1	Formação em Gestão/ Inovação no âmbito do Programa de Inovação Tagus Innov.			
1	Formação em Gestão/ Marketing/ Comunicação/ Relações Internacionais para a área de Comunicação Institucional e Estratégia.			
Técnico/a	1	Sanitarista		
Técnico/a de Apoio Informático	1	Ensino Secundário. Dar resposta às necessidades decorrentes do DL 20/2022, de 28 de janeiro.		
Operador de Radar e Telecomunicações	1	Ensino Secundário. Reforço de escala.		
Agente de Exploração	1	Ensino Secundário. Cumprimento da escala de serviço.		
Técnico/a Administrativo/a	1	Ensino Secundário, preferencialmente curso profissional de técnico administrativo nível IV, para reforço da equipa de SST.		



AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS	FORMAÇÃO/ FUNDAMENTAÇÃO	NORMATIVO APLICÁVEL
--------------------------	-------------------------	---------------------

SUBSTITUIÇÕES ANTECIPADAS

Técnico/a Superior	1	Formação em Mecatrónica/ Mecânica/ Eletrotecnia para substituição de elemento de suporte técnico especializado.	
Piloto da Barra	4	Formação em Pilotagem para substituição antecipada para além do ano (a admitir 2 por semestre)	
Marinheiro	2	Substituição antecipada por previsão de aposentação de Mestre de Tráfego Local e Marinheiro	

Atenta a especificidade das carreiras operacionais da APL é imprescindível a admissão antecipada para substituição de algumas das saídas previstas.

- No que concerne aos pilotos, o serviço público de pilotagem, pelas suas características técnicas específicas essenciais à garantia da operacionalidade do Porto de Lisboa, requer um quadro de pessoal capaz de responder à realidade do movimento portuário, movimento este que, observa um crescimento, quer quanto ao número de escalas de navios e GT dos mesmos, quer quanto à tonelagem de carga movimentada.

A formação de um Piloto da Barra faz-se essencialmente a bordo dos navios “on job”, em duas fases distintas, com a duração total entre 18 e 21 meses. A etapa mais crítica para o normal desenrolar do funcionamento do porto decorre nos primeiros 6 a 9 meses, em que o candidato a Piloto se encontra em estágio/prática, findo o qual já participa ativamente na resposta operacional do serviço, embora condicionado à dimensão dos navios. Há uma progressão gradual das competências de um Piloto ao longo do período de formação que, tal como indicado, demora entre 18 e 21 meses, progressão essa acompanhada por um aumentar de dimensão dos navios que pode manobrar. Só no final deste período é que está apto a exercer a função, na sua plenitude, sem qualquer limitação ou condicionante técnica.

- Quanto aos marinheiros, a escala de pessoal das Operações Marítimas tem por base 3 tripulações no período das 08:00 às 20:00 e duas tripulações das 20:00 às 08:00.

Para cumprir com a escala estabelecida, são necessários 15 Mestres e 15 Marinheiros. Sem este contingente de pessoal existirão ruturas de escala que afetarão a operacionalidade dos serviços das operações marítimas e por consequência, irão comprometer o desempenho do porto.

- No que se refere ao técnico superior na Direção de Segurança, Pilotagem e Operação Portuária, a abrangência de valências e competências desta direção, nas suas componentes técnicas e de gestão dos vários processos, exigem um apoio técnico e de gestão de contratos com conhecimento profundo do funcionamento da empresa e das necessidades de operacionalidade. Só assim conseguiremos garantir a continuidade dos inúmeros processos e projetos, sob pena de colapso operacional com consequências tão graves que poderão causar a paralisação de alguns serviços operacionais.

Nos quadros seguintes apresenta-se síntese das autorizações solicitadas por áreas envolvidas, bem como enquadramento e fundamentação de cada necessidade em particular.

a. Novas contratações (21):

Unidade Orgânica	Gabinete Jurídico (SG/GJ)
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Direito
Fundamentação: Tendo em consideração as responsabilidades específicas que estão acometidas ao gabinete jurídico, enquanto unidade técnica de apoio transversal a toda a empresa, é assegurado por esta unidade orgânica um conjunto de tarefas, as quais, genericamente, consistem em: <ul style="list-style-type: none">• Dar informações ou pareceres sobre matérias de natureza jurídica, a pedido do Conselho de Administração ou dos seus membros, ou ainda, dos serviços;• Gerir e organizar, em colaboração com os demais serviços os processos de contencioso, bem como assegurar a prestação de todo o apoio jurídico à empresa;• Assegurar o patrocínio judiciário das ações em que a APL seja parte interessada, pelos elementos que detenham, também, a qualidade de advogados, ou, quando tal patrocínio for assegurado por advogados externos à empresa, colaborar com os mesmos nesse patrocínio;• Elaborar respostas, em colaboração com os serviços competentes, respeitantes a reclamações ou recursos administrativos ou de outra natureza em que se questione a legalidade dos atos praticados pela APL;• Conduzir todos os processos de cobrança coerciva, incluindo os de execução fiscal, de créditos da APL, quer na fase pré-contenciosa quer na fase judicial;• Elaborar participações criminais e acompanhar os respetivos procedimentos;• Proceder ao desempenho de atos notariais, reconhecendo assinaturas, certificando documentos, elaborando termos de autenticação, e emitindo certidões;• Instruir e colaborar na instrução de processos de averiguações, inquéritos e disciplinares, independentemente da natureza do vínculo laboral que possa estar em causa;• Promover o registo e a publicação de atos societários;• Acompanhar os processos de alienação dos bens imóveis do domínio privado da APL, promover todos os atos de registo predial e colaborar, com os serviços competentes, na inscrição e atualização matricial, bem como acompanhar os processos de delimitação e desafetação dos bens imóveis do domínio público do Estado sob administração da APL;• Elaborar ou prestar apoio na elaboração de normas ou regulamentos internos, em conjunto com os serviços interessados e, ainda, no comentário a projetos de diplomas;• Gerir os processos de indemnização por danos em bens próprios da APL, ou pelos quais esta empresa seja responsabilizada;• Apreciar autos de notícia, promovendo, sendo caso disso, a instauração de procedimento contraordenacional e proceder à sua instrução, bem como, se aplicável, promover a cobrança	

coerciva da coima.

- Lavrar as Atas das reuniões do Conselho de Administração e promover o seu arquivo.

Esta unidade orgânica à semelhança de outras, tem vindo a observar uma redução dos seus efetivos, pelo que, face ao número de solicitações que diariamente lhe são dirigidas, e ao cada vez mais complexo quadro legislativo, nacional e europeu, entende-se imprescindível o reforço da equipa, de modo a garantir a realização, de forma adequada e tempestiva, das inúmeras tarefas que lhe estão atribuídas.

Unidade Orgânica	Centro de Documentação e Arquivo (SG/CDA)
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Ciências Documentais
Fundamentação: <p>A Vasta história do Porto de Lisboa, com os recursos patrimoniais e documentais que à mesma se associam, constitui um elemento de reforço da relação e sentimento de pertença entre as estruturas urbanas metropolitanas e o rio Tejo, o seu estuário e as atividades a ele ligadas.</p> <p>O Arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra, nasceu da vontade de alimentar essa relação e de contribuir para o aprofundamento desse sentimento de pertença, reforçando a dimensão portuária da AML através da divulgação e promoção da sua história, papel e projeto de futuro.</p> <p>Assim, o Arquivo é responsável pela custódia e disponibilização da documentação produzida no âmbito da atividade das autoridades portuárias de Lisboa, Setúbal e Sesimbra, que pelo seu valor histórico, administrativo, probatório, testemunhal ou informativo é de conservação permanente, bem como pela divulgação e promoção da história e da importância destes portos no desenvolvimento da AML, permitindo, assim, a conservação da memória desta instituição.</p> <p>A função do Arquivo que é parte integrante do SG/CDA, desenvolve e garante um conjunto de atividades que genericamente, consistem em:</p> <ol style="list-style-type: none">a) Gerir toda a documentação correspondente a processos concluídos, depois de prescritas as respetivas condições de reabertura, já não consultados pelos serviços e selecionados em função do seu valor arquivístico, garantindo o tratamento e conservação do seu espólio arquivístico;b) Assegurar a consulta local e/ou remota de documentos arquivísticos manuscritos e impressos, fotográficos e audiovisuais, monografias e publicações periódicas;c) Apoiar a realização de pesquisas, estudos e investigação nas várias vertentes da história portuária da AML, validando e garantindo o patrocínio e a edição de trabalhos inéditos sobre a atividade e a história destes portos, designadamente através de parcerias com Universidades e Centros de Investigação;d) Garantir a difusão do acervo, através da realização de atividades culturais, como exposições, conferências e visitas, relacionadas com o seu acervo ou a história, património e memória portuários.e) Assegurar o apoio, fazendo a ponte com o futuro Centro Interpretativo dos Murais de Almada Negreiros, uma vez que esta unidade orgânica fornece os conteúdos expositivos para a futura sala/espço dedicada ao porto de Lisboa naquele Centro Interpretativo. <p>Sucedo que, nos últimos anos, o serviço vem sendo confrontado com manifestas dificuldades de funcionamento, das quais se destacam sumariamente as seguintes:</p>	

1. Por força de cessão de prestação de serviços garantidos até 2019 pela empresa EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, SA, e da conseqüente redução de encargos, ocorreu um natural acréscimo do trabalho de campo realizado pelo SG/CDA. Na verdade, a par da manifestação do volume de solicitações decorrentes da inauguração do APLSS, desde então, é o serviço e assegura a recolha e disponibilização da documentação solicitada interna e externamente, bem como, descrever e incorporar na base de dados, o acervo documental que se encontra fisicamente no espaço do Arquivo;
2. Por outro lado, subsiste a necessidade de afetar um elemento em permanência às instalações do APLSS, de resto, conforme proposto e aprovado pelo CA em deliberação da sessão do CA n.º 20 de 17-05-2018, (DMS 614934), viabilizando igualmente o funcionamento interrompido de 2ª a 6ª feira do Arquivo, sendo certo que atualmente tal ocorre somente às 3ªs, mediante deslocação da responsável do serviço;
3. A circunstância de se ter inaugurado uma estrutura pública como o APLSS, contribuindo em si mesmo mais uma forma de afirmação e prestígio das administrações portuárias, a qual mereceu, entretanto, uma natural divulgação por diversas formas (comunicação social, portal da empresa, redes sociais...). Suscitou uma acentuada procura, não só enquanto polo arquivístico e espaço de interesse histórico, mas também enquanto veículo incrementador de eventos de âmbito cultural (atividades em colaboração com o grupo Cidade dos Arquivos, proximidade com a Ephemera);
4. Do ponto de vista do número de trabalhadores integrados no SG/CDA, vale a pena recordar que houve lugar em 2021 à aposentação da técnica superior, Ana Santos, tendo cessado igualmente a colaboração e apoio prestados pela do FCT, Patrícia Cordeiro, em qualquer dos casos, sem que se procedesse à respetiva substituição.

Assim, em face do atual contexto funcional enunciado e no sentido de preservar a capacidade de resposta do SG/CDA para garantir um nível mínimo de qualidade do serviço, assegurando as tarefas atrás elencadas, julga-se imprescindível proceder à admissão de um elemento para reforço da atual equipa integrada no mesmo, o qual deverá ter perfil adequado para o efeito.

Unidade Orgânica	Gabinete de Estudos e Planeamento (<i>GEP</i>)
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Economia/ Gestão/ Estratégia
Fundamentação: Considerando que as atribuições desta unidade orgânica passam, nomeadamente, por: <ul style="list-style-type: none">• elaborar e atualizar o Plano Estratégico da APL, S.A.;• elaborar, acompanhar e apreciar estudos gerais portuários, estudos económico financeiros, bem como planos e projetos da área portuária;• acompanhar as tendências de evolução do setor marítimo-portuário nacional e internacional no âmbito da concretização dos objetivos da empresa no quadro estratégico de referência para os portos;• promover a elaboração do Plano de Sustentabilidade da APL e do respetivo programa de ação, e acompanhar a respetiva implementação; considerando, ainda que: <ul style="list-style-type: none">• se tem observado uma crescente importância dos temas da sustentabilidade na gestão da empresa, acompanhada da adesão da APL ao UN Global Compact, e conseqüente compromisso de alinhamento da estratégia empresarial com os 10 Princípios e com os 17	

ODS;

- em 2026, o relatório de sustentabilidade da APL relativo ao ano de 2025, terá que cumprir com as novas exigências de reporte de sustentabilidade, que decorrem da adoção da Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, que altera, e o Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/UE no que diz respeito ao relato de sustentabilidade das empresas, e o Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 da Comissão, de 31 de julho de 2023, que complementa a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante às normas de relato de sustentabilidade;

importa dar resposta ao aumento do volume de trabalho que se tem vindo a registar na componente de governação dos temas da sustentabilidade e que se perspectiva venha a crescer significativamente com a profunda alteração na forma de relatar a sustentabilidade das empresas e de alargamento do âmbito desse relato, a que a APL se encontra obrigada.

Para além disso, está em fase de finalização a elaboração do Roadmap para a Transição Energética e Digital da APL, S.A., que inclui um portfólio de projetos estratégicos, cujo alinhamento com os objetivos de sustentabilidade importa assegurar.

A estas tarefas acresce a retoma dos trabalhos de elaboração do Plano Estratégico da APL, S.A.-APSS, S.A., a sua implementação e atualização.

Assim, importa dotar a empresa de recursos humanos com competências técnicas adequadas para assegurar a execução das novas tarefas, sobretudo no que respeita à definição de metas e indicadores de sustentabilidade, elaboração de planos de ação alinhados com a estratégia de sustentabilidade e transição energética e digital, acompanhamento da elaboração e implementação de novos projetos, recolha e gestão de informação para relato na componente de governação e colaboração na redação do relatório de sustentabilidade.

Unidade Orgânica	Gabinete de Estudos e Planeamento (<i>GEP</i>)
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Engenharia do Ambiente ou afim
Fundamentação:	
Considerando que as atribuições desta unidade orgânica passam, nomeadamente, por:	
<ul style="list-style-type: none">• elaborar e atualizar o Plano Estratégico da APL, S.A.;• elaborar, acompanhar e apreciar estudos gerais portuários, estudos económico financeiros, bem como planos e projetos da área portuária;• acompanhar as tendências de evolução do setor marítimo-portuário nacional e internacional no âmbito da concretização dos objetivos da empresa no quadro estratégico de referência para os portos;• promover a elaboração do Plano de Sustentabilidade da APL e do respetivo programa de ação, e acompanhar a respetiva implementação;	
considerando, ainda que:	
<ul style="list-style-type: none">• se tem observado uma crescente importância dos temas da sustentabilidade na gestão da empresa, acompanhada da adesão da APL ao UN Global Compact, e consequente compromisso de alinhamento da estratégia empresarial com os 10 Princípios e com os 17 ODS;	

- em 2026, o relatório de sustentabilidade da APL relativo ao ano de 2025, terá que cumprir com as novas exigências de reporte de sustentabilidade, que decorrem da adoção da Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, que altera, e o Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/UE no que diz respeito ao relato de sustentabilidade das empresas, e o Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 da Comissão, de 31 de julho de 2023, que complementa a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante às normas de relato de sustentabilidade;
- se pretende estabelecer para a APL metas de redução de emissões de GEE alinhadas com o objetivo 1.5°C e baseadas no conhecimento científico (SBTi);
- se perspetiva a possibilidade de certificação ambiental da APL, nomeadamente, através do referencial PERS (ECOPORTS);

importa dar resposta ao aumento do volume de trabalho que se tem vindo a registar na componente de ambiente dos temas da sustentabilidade e que se perspetiva venha a crescer significativamente com a profunda alteração na forma de relatar a sustentabilidade das empresas e de alargamento do âmbito desse relato, a que a APL se encontra obrigada.

Em concreto, importa assegurar a execução das novas tarefas relacionadas com a recolha e processamento de informação, internamente e junto dos parceiros nas cadeias de valor da APL e elaborar o relatório de sustentabilidade com base em novas normas instituídas ao nível comunitário, assim como, proceder ao cálculo da pegada carbónica e das emissões de GEE e apoiar o estabelecimento de metas SBTi.

Para além disso, está em fase de finalização a elaboração do Roadmap para a Transição Energética e Digital da APL, S.A., que inclui um portfólio de projetos estratégicos, cujo alinhamento com os objetivos de sustentabilidade importa assegurar.

A estas tarefas acresce a retoma dos trabalhos de elaboração do Plano Estratégico da APL, S.A.-APSS, S.A., a sua implementação e atualização.

Assim, importa dotar a empresa de recursos humanos com competências técnicas adequadas para assegurar a execução das novas tarefas, sobretudo no que respeita à definição de metas e indicadores de sustentabilidade, elaboração de planos de ação alinhados com a estratégia de sustentabilidade e transição energética e digital, acompanhamento da elaboração e implementação de novos projetos, recolha e gestão de informação para relato na componente de ambiente e colaboração na redação do relatório de sustentabilidade.

Unidade Orgânica	Gabinete de Estudos e Planeamento (<i>GEP</i>)
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	SIG
Fundamentação: Considerando que as atribuições desta unidade orgânica passam, nomeadamente, por: <ul style="list-style-type: none">• participar nos processos de revisão dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Municípios bem como colaborar na realização de estudos elaborados pelos municípios que contribuam para a requalificação de áreas de jurisdição portuária;• propor a redefinição e atualização dos limites e dos tipos de domínio e jurisdição portuária, promovendo e atualizando o cadastro físico na área de jurisdição da APL;	

- promover a organização do cadastro físico da APL;
- promover a manutenção, atualização e desenvolvimento do Sistema de Informação Geográfica, coordenando os trabalhos de topografia e cartografia, produzindo informação georreferenciada para apoio à análise e decisão nas áreas da gestão, do planeamento, e dos estudos, projetos e obras;
- garantir o tratamento cartográfico, promovendo o acesso e reprodução de cartas e plantas aos serviços da APL;

considerando, ainda que:

- o desenvolvimento do SIG da APL passa, não só pela sua atualização em termos da informação disponibilizada, mas também pela sua evolução e adaptação às tendências emergentes, designadamente o desenvolvimento de soluções tecnológicas baseadas em App's, formulários, dashboards. Big data, IoT, Inteligência artificial, 3D, etc.;
- recentemente tem sido solicitado a esta divisão o desenvolvimento de soluções, nomeadamente, de aplicações móveis para recolha de informação para contagens de eletricidade, recolha de elementos físicos da rede de energia (contadores, postes de iluminação, apoio às docas, etc), assim como, para apoio à atividade de fiscalização;
- está em curso o Projeto SAFARI - Safe, ClimAte Resilient Infrastructure, financiado pelo programa Horizon Europe - Climate resilient and safe maritime ports, que irá testar no Porto de Lisboa um piloto que terá por base um gémeo digital suportado por ferramentas digitais de informação geográfica;
- que a APL pretende desenvolver, em colaboração com a NOVA-IMS, o Projeto Smart Port LX para monitorização ambiental inteligente, também ele suportado por ferramentas digitais de informação geográfica;

importa dar resposta ao aumento do volume de trabalho que se tem vindo a registar na área da gestão da informação geográfica e que se perspectiva venha a crescer com a necessidade de evolução do geoportal (SIG) da APL para novas soluções que permitam o desenvolvimento de aplicações e dashboards, entre outros, atualmente essenciais para a operação e gestão eficientes do porto.

Em concreto, importa assegurar as tarefas necessárias à adaptação às novas tendências tecnológicas no contexto dos SIG e manutenção e atualização dos conteúdos do geoportal, assim como, à criação de novas aplicações para utilização interna, e ao desenvolvimento do programa Tagus Innov e do projeto Smart Port LX.

Atualmente, não existe nesta divisão nenhum colaborador alocado em exclusividade ao SIG o que condiciona qualquer desenvolvimento de novas funcionalidades, e limita a atualização de conteúdos para resposta às necessidades correntes dos serviços.

Assim, importa dotar a empresa de recursos humanos com competências técnicas adequadas para assegurar a execução de diversas tarefas, nomeadamente, a conceção, desenvolvimento e gestão de projetos na área geoespacial, a representação e disponibilização de serviços de mapas digitais (mobile mapping e web mapping), a conceção e desenvolvimento de sistemas e tecnologias de informação que supram as necessidades de informação geográfica no contexto organizacional, o controlo de qualidade de produtos cartográficos e informação geoespacial, a conceção, análise e desenvolvimento de projetos de recolha e extração de informação a partir de App's, formulários digitais e a partir de dados adquiridos por sensorização e a produção e integração de inteligência geoespacial em processos de tomada de decisões.



Unidade Orgânica	Gabinete de Comunicação (GC)
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Gestão/Inovação
Fundamentação: <p>Considerando o desafio do próximo triénio na gestão e promoção internacional do porto de Lisboa enquanto hub de inovação na economia azul e os desafios inerentes ao normativo ESG (Ambiental, Social e Governança), torna-se crucial desenvolver estratégias de comunicação que demonstrem o compromisso da empresa com a mitigação de riscos ambientais e climáticos e a promoção de práticas inovadoras e sustentáveis.</p> <p>A implementação eficaz de iniciativas ESG na APL, S.A. requer o envolvimento e apoio de uma variedade de partes interessadas, incluindo clientes, fornecedores, trabalhadores/as e comunidades locais, pelo que é importante desenvolver estratégias de comunicação que promovam a colaboração e o diálogo construtivo com essas partes interessadas, fortalecendo assim as relações da empresa com a sua rede de stakeholders.</p> <p>De igual modo, considerando o lançamento de novas atividades conexas ao negócio, designadamente o programa de inovação aberta do Porto de Lisboa “Tagus Innov” em 2024 e as Academias dos Portos de Lisboa e Setúbal, entende-se que os atuais recursos são escassos face aos desafios e compromissos de promoção e comunicação internacionais, que serão mais exigentes e obrigarão a uma estratégia de promoção e comunicação mais dedicada a stakeholders internacionais. Para tal, é necessário implementar uma dinâmica de promoção e aproximação que exigirá uma resposta mais eficaz de marketing.</p>	

Unidade Orgânica	Gabinete de Comunicação (GC)
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Gestão/ Marketing/ Comunicação/ Relações Internacionais
Fundamentação: <p>Verifica-se a necessidade da APL, SA possuir um Técnico Superior para desempenhar funções na área da Comunicação Institucional e Estratégica, com vista a incrementar e otimizar o estabelecimento de relações institucionais, junto dos municípios, das associações ambientais, e dos vários stakeholders com os quais se relaciona a APL.</p> <p>É de toda a relevância que a APL consolide o estabelecimento de relações sólidas com os stakeholders internos e externos da empresa, promovendo a sua colaboração e engajamento.</p> <p>Na vertente da sustentabilidade social e ambiental há que desenvolver e implementar estratégias de sustentabilidade alinhadas com os objetivos da empresa, e com seu envolvimento com os ODS, zelando e pela sua aplicação.</p> <p>Assim, é premente a que a APL conte com um técnico superior habilitado com conhecimento atualizado sobre práticas e tendências de sustentabilidade, com vista ao desenvolvimento de propostas inovadoras de comunicação estratégica nestas áreas.</p>	

Unidade Orgânica	Sistemas de Informação (SI)
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Gestor de BD/ Programação/ Desenvolvimento de Aplicações
Fundamentação: <p>Técnico Superior para implementar as necessidades operacionais nos diversos sistemas aplicacionais que a APL dispõe. Gestão de bases de dados, acompanhamento de programação / desenvolvimento de aplicações, essenciais ao funcionamento da empresa. Acompanhamento de diversos projetos em que a SI / APL se encontra envolvida, mantendo os diversos standards e necessidades em matéria de <i>compliance</i>.</p> <p>A contratação assentará também nas necessidades decorrentes dos:</p> <ul style="list-style-type: none">○ O Decreto-Lei n.º 20/2022, de 28 de janeiro, que aprova os procedimentos para identificação, designação, proteção e aumento da resiliência das infraestruturas críticas nacionais e europeias;○ A Diretiva (UE) 2022/2555 (NIS2) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de Cibersegurança na União. <p>Todas as aplicações e BDs terão de cumprir requisitos mínimos em Cibersegurança, essenciais para o correto funcionamento e segurança da APL.</p>	

Unidade Orgânica	Sistemas de Informação (SI)
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Tecnologia ou Logística Portuária
Fundamentação: <p>Sendo a DSI responsável pelo segundo nível de suporte da Janela Única Logística e futuramente pela Janela Única Europeia torna-se necessário o reforço da equipa nesta área quer para efeitos de suporte quer para a evolução e acompanhamento permanente da aplicação.</p> <p>A contratação assentará também nas necessidades decorrentes dos:</p> <ul style="list-style-type: none">○ O Decreto-Lei n.º 158/2019, de 22 de outubro, que estabelece as condições de funcionamento e acesso à Janela Única Logística (JUL), bem como da respetiva governação, gestão e operação;○ Consórcio para o desenvolvimento da European Maritime Single Window environment (EMSWe) em Portugal, no âmbito do Programa Mar 2030.	

Unidade Orgânica	Sistemas de Informação (SI)
Carreira	Técnico/a de apoio informático
Formação	Ensino Secundário/ Curso técnico-profissional nível IV
Fundamentação: Técnico de apoio informático para suporte técnico interno a toda a empresa ao nível do utilizador, tendo como principais responsabilidades: <ul style="list-style-type: none">• Efetuar a instalação, configuração e manutenção de computadores, periféricos, redes locais e sistemas operativos e utilitários• Garantir apoio técnico aos vários postos de trabalho na utilização e manutenção do software e hardware instalado• Atender e acompanhar pedidos de utilizadores desencadeados através dos meios de registo e comunicação da empresa• Assegurar as melhores condições de suporte à gestão, controlo e inventariação do parque informático<ul style="list-style-type: none">○ A contratação assentará também nas necessidades decorrentes do Decreto-Lei n.º 20/2022, de 28 de janeiro, que aprova os procedimentos para identificação, designação, proteção e aumento da resiliência das infraestruturas críticas nacionais e europeias.	

Unidade Orgânica	IE
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Economia/Engenharia/Gestão/Contabilidade
Fundamentação: Assegurar o cumprimento das atribuições cometidas a esta direção, nos domínios orçamental e do controlo das atividades desenvolvidas.	

Unidade Orgânica	IE/PO
Carreira	Técnico/a
Formação	Sanitarista
Fundamentação: Capacitação da APL em matérias de higiene e saúde pública, de modo a dar cumprimento às normas, regulamentos e legislação em vigor, nos termos e no âmbito das responsabilidades desta direção, nomeadamente nos atos relacionados com os contratos de limpeza urbana, recolha de resíduos sólidos em terra, manutenção dos espaços verdes, controlo de pragas e limpeza nas nossas instalações.	



Unidade Orgânica	IE/SAE
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Engenharia do Ambiente
Fundamentação: Cumprimento de obrigações legais na vertente ambiental, quer na promoção e acompanhamento de estudos diversos, quer na elaboração de pareceres internos e externos.	

Unidade Orgânica	IE/PO
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Engenharia Mecânica
Fundamentação: Capacitação da APL em matérias de transição energética, de forma a dar resposta às competências definidas na estrutura orgânica, no que respeita às responsabilidades estabelecidas em termos de gestão, coordenação, promoção, desenvolvimento, acompanhamento e fiscalização de projetos e de obras, bem como no enquadramento das ações necessárias à utilização e manutenção das instalações, na área técnica da força motriz, como por exemplo no que respeita aos equipamentos mecânicos e eletromecânicos em geral e aos elevadores e aos equipamentos de AVAC em particular.	

Unidade Orgânica	IE/PO
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Engenharia Eletrotécnica
Fundamentação: Capacitação da APL em matérias de transição energética, de forma a dar resposta às competências definidas na estrutura orgânica, no que respeita às responsabilidades estabelecidas em termos de gestão, coordenação, promoção, desenvolvimento, acompanhamento e fiscalização de projetos e de obras, bem como no enquadramento das ações necessárias à utilização e manutenção das instalações na área técnica da energia em geral e da eletrotecnia em particular.	

Unidade Orgânica	Gestão de Recursos Humanos (<i>GRH</i>)
Carreira	Técnico/a Administrativo/a
Formação	12.º ano, preferencialmente curso profissional de técnico administrativo nível IV
Fundamentação: A Direção de Recursos Humanos conta entre as suas atribuições com as seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none">▪ Dar apoio e acompanhar a atividade da Medicina do Trabalho, exercida por entidade externa, identificando e avaliando os riscos para a segurança e saúde nos locais de trabalho, ao nível das instalações, equipamentos e processos de trabalho, procurando transmitir informação e formação sobre os riscos para a segurança e saúde e medidas de proteção e prevenção;▪ Organizar os meios destinados à prevenção e proteção e coordenar as medidas a adotar em caso de perigo grave e iminente;▪ Coordenar inspeções internas de segurança, bem como afixar a sinalização de segurança nos locais de trabalho, e recolher e organizar os elementos estatísticos relativos à segurança e saúde na empresa, mantendo atualizados os resultados das avaliações de riscos, as listas de acidentes de trabalho, das situações de baixa por doenças profissionais, entre outras;▪ Validar tecnicamente as fichas de procedimentos de segurança, o desenvolvimento e as alterações do Plano de Segurança e Saúde para execução da obra e verificar o cumprimento do mesmo, bem como das outras obrigações da entidade executante, dos subempreiteiros e dos/as trabalhadores/as independentes;▪ Verificar a coordenação das atividades das empresas que intervêm no estaleiro, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais;▪ Informar regularmente o dono da obra sobre o resultado da avaliação de segurança e saúde existente no estaleiro. <p>A equipa de Segurança e Saúde no Trabalho é constituída por 1 Técnica Superior de SST e 1 Técnica de SST. No entanto, e porque têm a seu cargo muitas tarefas de pendor administrativo, e de modo a não comprometer o bom desempenho no cumprimento das obrigações legais e outras responsabilidades, nomeadamente auditorias, gestão do contrato com a Medicina do Trabalho - e matérias conexas - bem como a gestão das carteiras de seguros de saúde, urge contratar um Técnico Administrativo para assessorar nestas tarefas.</p>	

Unidade Orgânica	Gestão de Pessoal (<i>GRH/GP</i>)
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Gestão de Recursos Humanos
Fundamentação: A Direção de Recursos Humanos conta entre as suas atribuições com as seguintes atividades: <ol style="list-style-type: none">1. Proceder ao levantamento das necessidades de formação e conceber programas de formação ajustados às necessidades identificadas;2. Promover, organizar e acompanhar ações de formação, assegurando o tratamento técnico-administrativo a todos os níveis do ciclo formativo; Conforme os normativos legais em vigor, designadamente de acordo com o artigo 131.º do Código do Trabalho ("Formação contínua): "1 - No âmbito da formação contínua, o empregador deve: <ol style="list-style-type: none">a) Promover o desenvolvimento e a adequação da qualificação do trabalhador, tendo em vista melhorar a sua empregabilidade e aumentar a produtividade e a competitividade da empresa;b) Assegurar a cada trabalhador o direito individual à formação, através de um número mínimo anual de horas de formação, mediante ações desenvolvidas na empresa ou a concessão de tempo para frequência de formação por iniciativa do trabalhador;c) Organizar a formação na empresa, estruturando planos de formação anuais ou plurianuais e, relativamente a estes, assegurar o direito a informação e consulta dos trabalhadores e dos seus representantes;d) Reconhecer e valorizar a qualificação adquirida pelo trabalhador." É imprescindível reforçar a gestão de recursos humanos para dar cumprimento a obrigações legais no âmbito da formação.	

Unidade Orgânica	Turismo Marítimo (<i>TM</i>)
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Gestão
Fundamentação: A contratação de um técnico superior na área da gestão é essencial para apoiar a área financeira da Direção, trazendo um conhecimento especializado que é crucial para a tomada de decisões estratégicas nas áreas de cruzeiros e náutica de recreio. Este profissional trará uma capacidade analítica para interpretar dados financeiros e de mercado, possibilitando a criação de estratégias de crescimento e otimização dos recursos disponíveis. Além disso, pretende-se que dê apoio na área da inovação, novos mercados e potenciais áreas de crescimento em ambos os negócios geridos pela Direção.	



Unidade Orgânica	Turismo Marítimo (TM)
Carreira	Agente de Exploração
Formação	12.º ano
Fundamentação: A contratação de um agente de exploração permitirá complementar e reforçar a equipa existente, colmatando falhas no atendimento ao cliente nos escritórios das docas de recreio por motivo de férias ou faltas. Esta contratação permitirá também reforçar o apoio no desenvolvimento de tarefas administrativas gerais no âmbito do trabalho desenvolvido no serviço da Marina de Lisboa.	

Unidade Orgânica	Contratação Pública (CLC/CP)
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Direito/ Administração Pública
Fundamentação: A Contratação Pública constitui uma área transversal a toda a empresa, o que implica que os/as gestores/as dos procedimentos tenham o necessário conhecimento das matérias objeto destes – dragagens, seguros, segurança, fornecimento de eletricidade, empreitadas, etc. – por forma a participarem ativamente na avaliação das propostas, sem se limitarem ao mero garante da legalidade do procedimento. Para além da complexidade das matérias alvo de contratação, os procedimentos, por si só, comportam um grande número de regras e prazos, impostos pelo Código da Contratação Pública, o que se traduz em processos que podem consumir períodos de tempo mais ou menos longos e que exigem um elevado nível de concentração e dedicação. De forma a garantir a prossecução do interesse público, é imprescindível que a dimensão da equipa da Contratação Pública seja adequada ao volume de procedimentos, realidade que não se verifica quando tramitaram, de 2023, cerca de 120 procedimentos pré-contratuais, prevendo-se que no presente ano esse número seja ultrapassado.	

Unidade Orgânica	Pilotagem (SPO/P)
Carreira	Operador de Radar e Telecomunicações
Formação	12.º ano
Fundamentação: O Serviço de coordenação de pilotagem necessita de um apoio ao Piloto Coordenador assegurando as comunicações VHF com os navios e também com o trem naval da APL, colaborando na gestão dos movimentos do transporte dos vários Pilotos nas suas movimentações para as manobras, no apoio nas informações aos utentes do porto relacionadas com o movimento portuário e manobras e desempenhando um papel essencial em situações de emergência no apoio nas comunicações.	

É necessária a admissão de 1 trabalhador novo para completar um quadro de 6 elementos, garantindo assim o posto H24 mesmo em situação de falta ou férias de um trabalhador, resolvendo as situações de rutura que têm acontecido com evidentes impactos na operacionalidade dos serviços.

Serviço Público de Pilotagem

No cumprimento das atribuições estatutariamente conferidas e em conformidade com o disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei, n.º 48/2002, de 2 de março, a APL, S.A. assegura a atividade de Pilotagem enquanto “... serviço público que consiste na assistência técnica aos comandantes das embarcações nos movimentos de navegação e manobras nas águas sob soberania e jurisdição nacionais, de modo a proporcionar que os mesmos se processem em condições de segurança.”

b. Contratações antecipadas (7):

Unidade Orgânica	Segurança, Pilotagem e Operação Portuária (SPO)
Carreira	Técnico/a Superior
Formação	Formação Superior em Mecatrónica/Mecânica/Eletrotecnia
Fundamentação: A abrangência de valências e competências da SPO, nas suas componentes técnicas e de gestão dos vários processos, exigem um apoio técnico e de gestão de contratos com conhecimento com profundidade do funcionamento da empresa e das necessidades de operacionalidade, de forma a garantir a continuidade dos inúmeros processos e projetos, sob pena de colapso operacional com consequências tão graves que poderão causar a paralisação de alguns serviços operacionais. Estas funções têm sido garantidas por um técnico superior que já atingiu a sua idade legal de reforma, sendo possível antever a sua saída para aposentação num curto prazo. A sua substituição será um processo demorado dada a complexidade e envolvimento da sua função. <u>Substituição antecipada do próprio ano.</u>	

Unidade Orgânica	Pilotagem (SPO/P)
Carreira	Piloto da Barra (4)
Formação	Formação Superior em Pilotagem

Fundamentação:

A operacionalidade do serviço de pilotagem do Porto de Lisboa exige a manutenção de uma escala de serviço que permita enfrentar as exigências de serviço, sob todos os aspetos (técnica e física).

Serviço Público de Pilotagem

No cumprimento das atribuições estatutariamente conferidas e em conformidade com o disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei, n.º 48/2002, de 2 de março, a APL, S.A. assegura a atividade de Pilotagem enquanto “... serviço público que consiste na assistência técnica aos comandantes das embarcações nos movimentos de navegação e manobras nas águas sob soberania e jurisdição nacionais, de modo a proporcionar que os mesmos se processem em condições de segurança.”

Formação

A formação de um Piloto da Barra faz-se essencialmente a bordo dos navios “on job”, em duas fases distintas, com a duração total entre 18 e 21 meses. A etapa mais crítica para o normal desenrolar do funcionamento do porto decorre nos primeiros 6 a 9 meses, em que o candidato a Piloto se encontra em estágio/prática, findo o qual já participa ativamente na resposta operacional do serviço, embora condicionado à dimensão dos navios. Há uma progressão gradual das competências de um Piloto ao longo do período de formação que, tal como indicado, demora entre 18 e 21 meses, progressão essa acompanhada por um aumentar de dimensão dos navios que pode manobrar. Só no final deste período é que está apto a exercer a função, na sua plenitude, sem qualquer limitação ou condicionante técnica.

Departamento de Pilotagem do Porto de Lisboa

Neste momento o quadro de pilotos em escala é composto por 28 elementos, 20 destes pilotos têm mais de 57 anos e dentro deste grupo, 14 têm mais de 60 anos, sendo que um deles, por imposição médica, está inapto para embarcar, só executando serviços de coordenação. A somar a este quadro temos ainda o Diretor, o Chefe e o Subchefe do Departamento, também eles Pilotos, estando dois destes elementos também na classe etária dos mais de 60 anos de idade.

De salientar o facto de, em resultado da própria atividade profissional, os acidentes pessoais, obrigando a recuperações e reabilitações físicas destes profissionais, apresentam valores relevantes, com ausências ao serviço que condicionam a operacionalidade do porto.

Substituição antecipada para além do ano. 18 meses de 4 pilotos (2 em cada semestre).

Unidade Orgânica	Pilotagem (SPO/P)
Carreira	Marinheiro (2)
Formação	12.º ano + Cédula marítima
Fundamentação: A escala de pessoal das Operações Marítimas tem por base 3 tripulações no período das 08:00 às 20:00 e duas tripulações das 20:00 às 08:00. Para cumprir com a escala estabelecida, são necessários 15 Mestres e 15 Marinheiros. Sem este contingente de pessoal existirão ruturas de escala que afetarão a operacionalidade dos serviços das operações marítimas e por consequência, irão comprometer o desempenho do porto. Substituição antecipada próprio ano. Estimativa 1 mês. Prevê-se a aposentação de 1 Mestre de tráfego local e 1 Marinheiro.	

Substituições

Em 2025, e perspetivando-se a concretização de várias saídas a curto prazo por motivo de aposentação/reforma, o Conselho de Administração reserva-se o direito de vir a exercer a prerrogativa concedida pela lei no sentido de proceder à substituição de trabalhadores/as que cessem o vínculo de emprego por causa não imputável à entidade empregadora e que desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes e desde que a remuneração dos/as trabalhadores/as a contratar corresponda à base da respetiva carreira e categoria profissional.

Mais, o Conselho de Administração solicita o uso da autonomia de gestão para celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo para a mesma função e para recrutamento antecipado nos termos indicados no ponto 7.

2. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES (DSPE de 13/08/2024)

Nos quadros seguintes apresenta-se resumo das orientações emitidas pelo acionista a 13/08/2024 - Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027.

Verificando-se alguns casos em que não é possível atingir os níveis estabelecidos, solicita-se escusa de cumprimento.

PAG. ponto	ORIENTAÇÕES DSPE de 13/08/2024	INDICADOR	2024		2025		2026		2027		Fundamentação e Notas	Cumprim.	Normativo Aplicável	Página PAO		
			Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão								
5	2.b)	"Melhorar o resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor"	EBIT	7 604 814	5 220 101	8 520 655	5 322 635					Crescimento dos gastos operacionais incrementado pelos fatores referidos em VIII., incluindo necessidades de recrutamento	PARCIAL	Instruções de 13/08/2024	45	
			Provisões	-1 460 000	-335 000	-335 000	-335 000									
			Imparidades	-669 000	-788 000	-788 000	-788 000									
			Justo valor	0	0	0	0									
			EBIT ajustado	9 733 814	6 343 101	9 643 655	6 445 635									
			VARIAÇÃO EBIT ajustado face a n-1	--	-34,83%	52,03%	-33,16%									
			Resultado Líquido	4 878 410	3 178 373	4 700 452	2 678 667									
			VARIAÇÃO Resultado Líquido face a n-1		-34,85%	47,89%	-43,01%									
			Exceções a considerar nos gastos operacionais (cf ponto VIII.3.):	-1 469 771	-6 223 137	-3 211 801	-5 110 108									
			em FSE	0	-4 197 638	-1 074 055	-2 755 197									
em G.PESSOAL	-1 469 771	-2 025 499	-2 137 746	-2 354 911												
Efeito das inspeções da AT ao IVA (aumento outros gastos e perdas)	-1 240 581	-647 109	-647 109	-647 109												
EBIT ajustado, com exec.	12 444 165	13 213 347	13 502 566	12 202 852												
VARIAÇÃO face a n-1	--	6,2%	2,2%	-9,6%												
Result. Líquido, com exec.	7 588 761	10 048 619	8 559 362	8 435 884												
VARIAÇÃO face a n-1		32,4%	-14,8%	-1,4%												
Result Operacional (EBIT)	7 604 814	5 220 101	8 520 655	5 322 635												
N. de trab. em 31 Dez.	290	319	314	314												
Rácio Result Operac. / N.º trabalhadores	26 223	16 364	27 136	16 951												
VARIAÇÃO face a n-1		-37,6%	65,8%	-37,5%												
EBIT, com exec.	9 074 584	11 443 238	11 732 457	10 432 743												
N.º médio de Trabalhadores	271	297	314	314												
Exceções a considerar nos gastos operacionais (cf ponto VIII.3.):	-1 469 771	-6 223 137	-3 211 801	-5 110 108												
em FSE	0	-4 197 638	-1 074 055	-2 755 197												
em G.PESSOAL	-1 469 771	-2 025 499	-2 137 746	-2 354 911												
Rácio Result Operac. (com exec.) / N.º médio de trabalhadores	33 486	38 529	37 365	33 225												
VARIAÇÃO face a n-1	--	15,1%	-3,0%	-11,1%												
5	2.e)	Melhoria do "rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores, que constitui condição sine qua non para a autorização do aumento do número de trabalhadores ao serviço da empresa"									Crescimento dos gastos operacionais incrementado pelos fatores referidos em VIII., incluindo necessidades de recrutamento. Vide também ponto V.1	PARCIAL	Instruções de 13/08/2024	41,45,56		



TEMA	ORIENTAÇÕES DSPE de 13/08/2024 PAG. ponto Orientação	INDICADOR	2024			2025			2026			2027			
			Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
ROA	5 2.d)	"Deve ser apresentado o Return on Assets (ROA), calculado como resultado operacional dividido pelo ativo total), que deve melhorar em cada ano"	Result Operacional (EBIT)	7 604 814	5 220 101	8 520 655	5 322 635								
			Ativo Total	372 327 415	377 881 707	404 374 011	406 522 287								
			ROA = Result. Operacional / Ativo Total	2,04%	1,38%	2,11%	1,31%								
			VARIAÇÃO face a n-1		-0,66	0,73	-0,80								
			Exceções a considerar nos gastos operacionais (cf ponto VIII.3.):	-1 469 771	-6 223 137	-3 211 801	-5 110 108								
			em FSE	0	-4 197 638	-1 074 055	-2 755 197								
			em G PESSOAL	-1 469 771	-2 025 499	-2 137 746	-2 354 911								
			EBIT, com exec.	9 074 584	11 443 238	11 732 457	10 432 743								
			Ativo Total	372 327 415	377 881 707	404 374 011	406 522 287								
			ROA (ajust) = Result. Operacional (com exceç.) / Ativo Total	2,44%	3,03%	2,90%	2,57%								
ROE	6 2.f)	"Return on Equity (ROE), calculado como resultado líquido do exercício dividido pelo capital próprio), (...) deve melhorar em cada ano"	Resultado Líquido	4 878 410	3 178 373	4 700 452	2 678 667								
			Capital Próprio	240 251 587	242 762 315	246 794 955	248 805 810								
			ROE = Result. Líquido / Capital Próprio	2,03%	1,31%	1,90%	1,08%								
			VARIAÇÃO face a n-1 (em p.p.)		-35,52	45,47	-43,47								
			Exceções a considerar nos gastos operacionais (cf ponto VIII.3.):	-1 469 771	-6 223 137	-3 211 801	-5 110 108								
			em FSE	0	-4 197 638	-1 074 055	-2 755 197								
			em G PESSOAL	-1 469 771	-2 025 499	-2 137 746	-2 354 911								
			Efeito das inspeções de AT ao IVA (aumento outros gastos e perdas)	-1 240 581	-647 109	-647 109	-647 109								
			Resultado Líquido (com exceções)	7 588 761	10 048 619	8 559 362	8 435 884								
			Capital Próprio	240 251 587	242 762 315	246 794 955	248 805 810								
ROE (ajust) = Result. Líquido (com exceções) / Capital Próprio	3,16%	4,14%	3,47%	3,39%											
DIVIDAS a FORNECEDORES	6 2.h)	"Reduzir o volume dos "pagamentos em atraso" (arrears)"	VARIAÇÃO face a n-1 (em p.p.)		0,98	-0,67	-0,08								
			Dividas a fornec. em 31 dez. (atraso >90 dias)	0	0	0	0								
			Efeito de situações em contencioso e outros litígios	0	0	0	0								
			Dividas reconhecidas pela APL	0	0	0	0								



TEMA	ORIENTAÇÕES DSPE de 13/08/2024 PAG. ponto Orientação	INDICADOR					Fundamentação e Notas	Cumpnim.	Normativo Aplicável	Página PAO	
		2024 Estimativa	2025 Previsão	2026 Previsão	2027 Previsão						
VOLUME DE NEGÓCIOS	6	fundamentação de um crescimento real do volume de negócios (vendas e serviços prestados) superior ao do PIB	47 445 539	48 999 037	50 817 445	52 538 905	Ponto VI.2.1	SIM	Instruções de 13/08/2024	47	
	5	2.a) "crescimento gradual do volume de negócios (vendas e prestações de serviços) e a maximização das receitas mercantis."	1,5%	1,9%	2,0%	1,5%					
	6	fundamentação de taxa de crescimento dos gastos operacionais superior à do volume de negócios.	0,40	0,10	0,10	-0,50					
GASTOS OPERACIONAIS	8	3.vi) Os Gastos Operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado ou estimado para o ano anterior, corrigido com a taxa de inflação prevista.	Gastos Operacionais	33 530 289	39 277 547	36 838 048	38 861 503	Pontos VI.3.1 e VIII.3	PARCIAL	Instruções de 13/08/2024	50, 85
			taxa cresc.% face a n-1	--	17,14%	-6,21%	5,49%				
			Exceções a considerar nos gastos operacionais (cf ponto VIII.3.):	-1 469 771	-6 223 137	-3 211 801	-5 110 108				
			em FSE	0	-4 197 638	-1 074 055	-2 755 197				
			em G.PESSOAL	-1 469 771	-2 025 499	-2 137 746	-2 354 911				
			Gastos Operacionais (com exceções)	32 060 518	33 054 409	33 626 247	33 751 395				
			taxa cresc.% face a n-1	--	3,10%	1,73%	0,37%				
			Volume de Negócios	47 445 539	48 999 037	50 817 445	52 538 905				
			taxa cresc.% face a n-1	--	3,27%	3,71%	3,39%				
			Gastos Operacionais	33 530 289	39 277 547	36 838 048	38 861 503				
taxa de inflação %		2,6%	2,5%	2,3%							
(nos termos das orientações DSPE de 13/08/2024)											
Gastos Operacionais corrigidos da inflação	33 530 289	38 256 331	35 917 097	37 967 688							
taxa cresc.% face a n-1		14,09%	-6,11%	5,71%							
Exceções a considerar nos gastos operacionais (cf ponto VIII.3.):	-1 469 771	-6 223 137	-3 211 801	-5 110 108							
em FSE	0	-4 197 638	-1 074 055	-2 755 197							
em G.PESSOAL	-1 469 771	-2 025 499	-2 137 746	-2 354 911							
Gastos Operacionais (com exceções)	32 060 518	33 054 409	33 626 247	33 751 395							
taxa de inflação %		2,6%	2,5%	2,3%							
(nos termos das orientações DSPE de 13/08/2024)											
Gastos Operacionais (com exceções corrigidos da inflação)	32 060 518	32 194 995	32 785 590	32 975 113							
taxa cresc.% face a n-1		0,42%	1,83%	0,58%							
9	O acréscimo dos GO, apenas pode ocorrer em situações excecionais, fundamentadas e sustentadas em análise custo-benefício, e acompanhadas da demonstração da efetiva cobertura orçamental, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de aprovação da proposta de PAO.										

TEMA	ORIENTAÇÕES DSPE de 13/08/2024	INDICADOR	2024		2025	2026	2027
			Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
GASTOS COM PESSOAL	9 3.vi) Os GP devem ser desagregados e fundamentados (...), designadamente, gastos relativos aos órgãos sociais, impactos do cumprimento de disposições legais, orientações expressas do aconista Estado em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, e feito do absentismo e indemnizações por rescisão contratual, excluindo resoluções por mútuo acordo.	Gastos Pessoal (total conta 63)	20 815 358	22 206 651	22 733 643	23 003 787	
		Gastos Órgãos Sociais	-311 556	-311 556	-311 556	-311 556	
		Cump. disposições legais	-1 045 249	-1 026 864	-991 106	-991 106	
		Valoriz. Remuneratórias	-332 696	-579 580	-835 085	-1 052 249	
		Absentismo	324 231	0	0	0	
		Gastos Pessoal ajustados (cf. orientações DSPE de 13/08)	19 450 088	20 288 652	20 595 897	20 648 876	
		taxa cresc.% face a n-1	--	4,31%	1,51%	0,26%	
		Exceções adicionais	-104 500	-107 500	0	0	
		Trabalhador destacado	-104 500	-107 500	0	0	
		Gastos Pessoal ajustados, com exceções adicionais	19 345 588	20 181 152	20 595 897	20 648 876	
taxa cresc.% face a n-1	--	4,32%	2,06%	0,26%			
9 e 10	3.vii) O recrutamento que implique o aumento da despesa de pessoal ou aumento do número efetivo de trabalhadores deve ser devidamente fundamentado, sempre que possível em análise	N. de trab. em 31 Dez.	290	319	314	314	
		N.º de admissões	11	0	0	0	
		Impacto das admissões (autorizadas em 2024 e a autorizar 2025)	201 318	1 099 986	1 824 036	1 898 696	
7	3.v) Garantir "eficiência operacional" da empresa, medida pelo rácio dos gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN), o qual deve ser igual ou inferior ao verificado no ano anterior, excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de disposições legais."	Gastos Operacionais	33 530 289	39 277 547	36 838 048	38 861 503	
RACIO EFICIENCIA OPERACIONAL	Cálculo: rácio GO/VN - com propriet. investim.to	Volume de Negócios	47 445 539	48 999 037	50 817 445	52 538 905	
		Rácio GO/VN	70,67%	80,16%	72,48%	73,97%	
		evolução face a n-1 (em p.p.)	9,49	-7,67	1,48		
		Gastos Operacionais	33 530 289	39 277 547	36 838 048	38 861 503	
		Exceções a considerar nos gastos operacionais (cf ponto VIII.3):	-1 469 771	-6 223 137	-3 211 801	-5 110 108	
		Gastos Operacionais ajustados	32 060 518	33 054 409	33 626 247	33 751 395	
		Volume de Negócios	47 445 539	48 999 037	50 817 445	52 538 905	
		Rácio GO/VN com ajust aos GO	67,57%	67,46%	66,17%	64,24%	
		evolução face a n-1 (em p.p.)	-0,11	-1,29	-1,93		
		conta 7873 - Rend propried investim.to	4 465 120	4 630 263	4 746 019	4 864 670	
Vol negócios + Rend. Propried. Invest.	51 910 658	53 629 300	55 563 465	57 403 575			
Gastos Operacionais ajustados	32 060 518	33 054 409	33 626 247	33 751 395			
Rácio GO/VN ajustado, inc propr. Invest	61,76%	61,63%	60,52%	58,80%			
evolução face a n-1 (em p.p.)	-0,13	-1,12	-4,72				

Fundamentação e Notas
Pontos V e VI 3.1.2
Pontos V e VIII.1
Pontos VI.1.4 e VIII.3

Cumprim.	Normativo Aplicável	Página PAO
	Instruções de 13/08/2024	52, 85
SIM	Instruções de 13/08/2024	40
PARCIAL	Instruções de 13/08/2024	
SIM	Instruções de 13/08/2024	53
SIM	Instruções de 13/08/2024	

TEMA	ORIENTAÇÕES DSPE de 13/08/2024		INDICADOR		2024			2025			2026			2027			Fundamentação e Notas	Cumprim.	Normativo Aplicável	Página PAO			
	PAG.	Item	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão									
FROTA	10	3.ix)			44	36	36	36	36	36	36	36	36		SIM	Instruções de 13/08/2024	92						
	As empresas (...) apenas podem adquirir ou locar veículos para a frota operacional (...) e imprevidíveis à atividade (...) e veículos não operacionais mediante a apresentação, quanto a estes últimos, de uma análise custo benefício.			N.º total de veículos Frota Operacional 31 23 23 23 Frota não Operacional 13 13 13 13 Gastos Totais (inc. amortiz.) 196 395 208 378 195 274 197 357 Frota Operacional 96 508 113 937 100 261 101 712 Frota não Operacional 99 887 94 441 95 013 95 645																			
	6	2.f)			12 321 426	15 678 620	15 678 620	35 535 763	26 000 049	Endividamento em termos nominais (Passivo remunerado em balanço)													
	6	2.g)								evolução % face a n-1 taxa de inflação % (nos termos das orientações DSPE de 13/08/2024)													
										27,25% 2,6% 2,5% 2,3%													
										"Reduzir o endividamento, em termos reais"													
ENDIVIDAMENTO	10 e 11	4			12 321 426	15 270 976	34 647 369	25 402 048	Endividamento em termos reais (= Endiv. nominal, corrigido da inflação)														
	Endivid. (...) a proposta de PAO não deve prever um aumento do endividamento individual da empresa superior a 2%* considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e outros instrumentos de capital próprio, excluindo novos investimentos com expressão material e investimentos previstos no PRR.			evolução % face a n-1 Variação do Endividamento (nos termos do Desp. 136/2024-SET)																			
										23,94% -0,8% 20,3% -10,0%													
										12 321 426 15 678 620 35 535 763 26 000 049 Financ. Remuner t 17 864 232 12 321 426 15 678 620 35 535 763 Capital social 60 000 000 60 000 000 60 000 000 60 000 000 Novos investimentos com expressão material 3 940 000 4 500 000													
										Reordenamento do Espaço Público na envolvente da Docagem Alcantara - este investimento constava do PAO24 mas acabou por não ter ainda execução													

3. GASTOS A EXCECIONAR NA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE REFERÊNCIA

Solicita-se a possibilidade de excecionar as seguintes rubricas de gastos operacionais da aferição de cumprimento dos indicadores de referência:

62 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Identific. Situações a excecionar	Conta razão	Estim 2024	Previsão				Acréscimos face a 2024			NOTAS
			2025	2026	2027	2025	2026	2027		
Consultoria Fiscal - inspeções da AT - IVA	62210000 Trabalhos Especializados	34 600	39 000	39 000	39 000	4 400	4 400	4 400	1	
Dragagens	62210000 Trabalhos Especializados	260 000	530 000	360 000	340 000	270 000	100 000	80 000	2	
	62260110 Dragagens de manutenção	3 160 632	5 360 306	2 970 306	4 820 306	2 199 674	-190 326	1 659 674		
Equipas marítimas - Segurança e obrig. legais	62210000 Trabalhos Especializados	99 167	105 000	105 000	105 000	5 833	5 833	5 833	3	
	62230000 Vigilância e Segurança	87 332	85 000	70 000	65 000	-2 332	-17 332	-22 332		
Estratégia Empresarial - Plano Estrat. /Consult. Neg. Port e Logística	62210000 Trabalhos Especializados	185 000	200 000	110 000	110 000	15 000	-75 000	-75 000	4	
Frota Verde	62260600 Assistência Técnica	1 680	1 715	1 751	1 804	35	71	124	5	
	62610900 R.Alug-Outros	8 003	32 012	32 012	32 012	24 009	24 009	24 009		
	62630010 Segur-Veiculos	2 127	8 510	8 510	8 510	6 382	6 382	6 382		
Inovação	62210000 Trabalhos Especializados	40 000	60 000	70 000	70 000	20 000	30 000	30 000	6	
	62210000 Trabalhos Especializados	33 000	213 000	160 000	110 000	180 000	127 000	77 000		
Viabilização de investimentos	62220000 Publicidade e propaganda	17 625	50 125	136 750	108 000	32 500	119 125	90 375	7	
	62260600 Assistência Técnica		2 000	7 000	10 000	2 000	7 000	10 000		
	62510000 Deslocações e estadas	6 734	6 733	6 733	4 000	-1	-1	-2 734		
Lançamento de novas concessões	62210000 Trabalhos Especializados	223 000	782 500	340 000	50 000	559 500	117 000	-173 000	8	
Obrigações legais	62210000 Trabalhos Especializados	323 100	501 425	397 750	417 750	178 325	74 650	94 650	9	
	62220000 Publicidade e propaganda	5 892	36 842	36 894	36 800	30 950	31 002	30 908		
	62230000 Vigilância e Segurança	20 150	23 000	22 500	22 500	2 850	2 350	2 350		
	62260600 Assistência Técnica	70 720	73 600	73 600	73 600	2 880	2 880	2 880		
	62260800 Reparação e Manutenção Diversas	10 000	2 000	2 000	2 000	-8 000	-8 000	-8 000		
	62330000 Material de escritório	3 495	15 000	6 500	0	11 505	3 005	-3 495		
Incremento do negócio / promoção do porto	62220000 Publicidade e propaganda	45 748	80 000	70 000	80 000	34 253	24 253	34 253	10	
	62510000 Deslocações e estadas	59 375	68 394	68 758	70 924	9 019	9 383	11 549		
Reforço e capacitação organizacional	62210000 Trabalhos Especializados	70 500	68 500	76 000	25 000	-2 000	5 500	-45 500	11	
Recolha resíduos navios e limpeza urbana	62670000 Limpeza Higiene e Conforto	1 006 200	1 626 200	1 676 200	1 926 200	620 000	670 000	920 000	12	
TOTAL		5 774 080	9 970 862	6 847 263	8 528 405	4 196 781	1 073 183	2 754 325		
						Montantes a excecionar				

(1) Consultoria Fiscal de apoio em sede das inspeções da AT ao IVA.

Esta situação tem origem na divergência de entendimento entre a AT e a APL sobre o enquadramento em sede de IVA relativamente às atividades desenvolvidas pela empresa.

Em abril de 1986 a APL efetuou um pedido de informação vinculativa aos serviços do IVA para efeitos de enquadramento da sua atividade, tendo agido em consonância com o mesmo até 2016. Constatando-se, no entanto que o enquadramento seguido por esta administração diferia do das restantes APs, a APL apresentou em 17/02/2016, um novo pedido de informação vinculativa. A direção de serviços do IVA respondeu confirmando o entendimento da primeira informação emitida.

A APL, discordando deste entendimento, alterou, a partir de 2017 (inclusive) o enquadramento das operações em sede de IVA que vinha seguindo até então e impugnou a referida informação vinculativa.

Em dezembro de 2023 a APL preparou um pedido de pronuncia arbitral relativo às inspeções da AT aos anos de 2018 e 2019 para posterior envio ao Centro de Arbitragem Administrativa.

Com referência ao pedido de pronuncia arbitral, anteriormente mencionado, em 24 de junho de 2024 o Tribunal Arbitral julgou a ação arbitral totalmente procedente e, em consequência, anula as liquidações de IVA e juros compensatórios efetuados pela APL, condenando a AT – Autoridade Tributária à restituição do valor indevidamente pago, acrescido de juros indemnizatórios calculados à taxa legal em vigor e, bem como, as custas do processo.

Permanecendo ainda pendente a Ação Administrativa em Tribunal Tributário, desde janeiro de 2017, até à conclusão de todo este processo, estando a AT vinculada ao entendimento vertido na referida informação vinculativa, e sendo expectável que todos os anos económicos sejam objeto de inspeção (como aliás, tem sucedido) a APL mantém no seu orçamento a previsão dos encargos daí decorrentes.

No decurso destas inspeções, e dada a divergência de entendimento, a APL incorre em gastos lançados em contas da classe 68, impactando, resultados, mas não relevantes para efeitos do rácio de eficiência operacional. No entanto, encontrando-se o processo judicial ainda em curso, é necessário prever assessoria jurídica/fiscal, considerada em trabalhos especializados e para a qual é solicitada exceção para efeitos de rácio.

(2) Dragagens

As empreitadas relativas a dragagens de manutenção e os trabalhos especializados que lhes estão associados são essenciais à atividade do porto e visam a manutenção de fundos em vários cais afetos a concessões portuárias e docas, estando mesmo contratualmente prevista a manutenção de determinadas cotas. Este tipo de prestação sofre acréscimos significativos de preços decorrentes da variação dos custos do combustível. Conforme se reportou já nos PAO anteriores, as operações de dragagem em portos e vias navegáveis deixaram de beneficiar da isenção do imposto os produtos petrolíferos e energéticos (ISP), passando a suportar preços de gásóleo corrente (e não gásóleo verde ou especial, conforme sucedia anteriormente).

Neste conjunto de custos estão ainda incluídos os trabalhos complementares como sejam as monitorizações das dragagens, caracterizações de sedimentos e levantamentos hidrográficos.

O aumento para 2025 face a 2024 decorre também de uma dragagem a efetuar no Canal da Barra, prevendo-se que as areias resultantes dessa operação venham a ser depositadas nas praias da Costa da Caparica, no âmbito de protocolo com a APA.

(3) Equipas marítimas – segurança e obrigações legais

Gastos no âmbito dos trabalhos especializados - Esta despesa tem ficado prevista nos orçamentos para fazer face à eventual necessidade de completar a tripulação mínima obrigatória das lanchas de pilotagem. A APL tem conseguido racionalizar da melhor forma o pessoal existente, colmatando situações de baixas e acidentes, mas a qualquer momento poderá ser necessário recorrer a esta prestação para assegurar um mínimo obrigatório de tripulantes em caso de impedimentos.

Gastos no âmbito da vigilância e segurança - Trata-se da aquisição de diversos equipamentos de proteção e de coletes salva-vidas e da respetiva inspeção e certificação obrigatórias. Estes equipamentos são utilizados pelo pessoal de pilotagem e equipas marítimas / tripulantes das lanchas e constituem requisitos obrigatórios em termos de segurança no trabalho. Embora a certificação/inspeção sejam ações contínuas, periodicamente é necessário renovar os equipamentos.

(4) Estratégia Empresarial

Trata-se de assessoria para preparação do documento essencial à definição da estratégia da empresa, conforme orientações do acionista. É um plano comum às duas autoridades portuárias sob orientação do mesmo Conselho de Administração - APL e APSS – conforme estipulado no art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, para efeitos de articulação estratégica dos dois portos com vista à promoção de sinergias. Por constrangimentos diversos, designadamente alterações a nível da tutela setorial, este processo acabou por sofrer alguns atrasos, mas já se encontra a decorrer em 2024.

Estão incluídos neste item o Plano estratégico e respetiva avaliação ambiental e ainda consultoria de negócio portuário e logística.

(5) Frota Verde

No âmbito da renovação da frota, e no sentido de atingir os objetivos de sustentabilidade ambiental e de redução de emissões a que nos propomos, em linha com as metas setoriais e nacionais, a APL pretende substituir gradualmente as viaturas existentes por veículos mais ecológicos. Assim, consideramos ser de exceção a contratação em AOV das viaturas exclusivamente elétricas para a frota operacional, a efetuar em 2025, bem como os gastos

decorrentes da aplicação associada aos respetivos carregadores (vide nota sobre a Frota Automóvel na alínea seguinte).

(6) Inovação

- . Programa Tagus Innov – Este projeto, descrito no ponto IV.1.3.2, vai ao encontro dos objetivos de inovação e sustentabilidade e visa a experimentação e escalonamento de novas tecnologias, produtos e serviços que ajudarão os portos a assumir mais rapidamente o seu papel natural de integrador de uma economia descarbonizada, digital e circular. No orçamento de exploração está previsto um total de 140 mil euros de gastos para o triénio.
- . One Water Kic (descrito no ponto III.4.3) - No orçamento de exploração está previsto um total de 60 mil euros de gastos para o triénio.

(7) Viabilização / apoio a investimentos

Por questões relativas aos normativos contabilísticos, estas rubricas não podem ser contabilizadas como investimentos, mas são ainda assim, essenciais à preparação/ realização dos mesmos:

- . ROADMAP transição energética e digital (inclui preparação das candidaturas a fundos europeus dos projetos OPS, Navegabilidade e SmartPort);
- . Material de divulgação / comunicação / eventos associados aos vários projetos, alguns dos quais com candidatura a financiamento;
- . Certificação da Academia de formação da APL /APSS;
- . Projeto SafARI HORIZON EUROPE - consideramos neste âmbito as deslocações a realizar especificamente no âmbito do projeto, bem como a manutenção dos equipamentos / sensores. Os equipamentos de monitorização estão previstos no plano de investimentos.

(8) Lançamento de novas concessões

Trabalhos especializados - Trata-se de assessoria financeira e jurídica de apoio aos procedimentos concursais, bem como de estudos de viabilidade no âmbito das novas concessões.

Após um interregno de mais de 20 anos, encontra-se em preparação um novo ciclo de concessões de serviço público no porto de Lisboa, para um conjunto de 6 concessões, cujo término ocorrerá entre abril de 2025 e fevereiro de 2026. Estes concursos terão de ser previamente antecédidos por um estudo de viabilidade económico-financeira, que apure com detalhe o valor económico de cada concessão, a par da fixação e fundamentação do prazo a considerar, associado aos investimentos preconizados para esta nova etapa de desenvolvimento do porto. Será ainda necessária assessoria jurídica no âmbito deste processo.

De acordo com os consultores jurídicos da APL, este estudo deverá ser realizado por uma entidade externa a fim de ser garantida a maior isenção possível perante as entidades reguladora e financeira, que terão de emitir parecer sobre estes processos. Encontra-se a decorrer o estudo de viabilidade relativo ao lançamento das novas concessões, mas o maior volume de gastos com estas assessorias ocorrerá em 2025/2026.

Reparação/manutenção – será contabilizada nesta rubrica a demolição de um edifício situado na zona a afetar às novas concessões, sendo a mesma necessária à viabilização do projeto de reordenamento da zona oriental.

(9) Obrigações Legais

Incluem-se neste âmbito os gastos para cumprimento de diversas normas, quer de carácter ambiental, quer de segurança (v.g. Plano de Emergência do Porto, Código ISPS, Certificações e vistorias de equipamentos, Saúde e Segurança no Trabalho, Plano ECO.AP, Monitorizações ambientais da qualidade do ar e da água, ações de valorização ambiental e estruturação de reporte ESG (environmental, social and governance).

(10) Incremento do negócio / promoção do porto

No âmbito das deslocações e estadas previstas, entendemos ser de excepcionar as relacionadas com os negócios core - carga e cruzeiros - com o objetivo de divulgar o porto e dinamizar a atividade de forma a atrair novas oportunidades e incrementar as receitas. Em 2024 verificou-se já um incremento face ao ano anterior, mas pretende-se dar continuidade e reforçar estas iniciativas.

(11) Reforço e capacitação organizacional

Incluem-se neste âmbito diversos gastos com prestações destinadas à implementação de um Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, consultoria na área de recrutamento e seleção

para a apoio aos processos de admissão previstos (vide pontos V e VIII.1), e ainda assessoria relativa à saúde mental em contexto laboral e avaliação de riscos profissionais.

(12) Recolha resíduos navios e limpeza urbana

A recolha de resíduos de navios e docas de recreio e a higiene urbana são duas prestações de serviços fundamentais, quer ao funcionamento dos negócios (no caso da recolha a navios), quer às responsabilidades que cabem à APL na gestão e manutenção da sua área de jurisdição (na vertente urbana). Os serviços prestados no âmbito desta concessão sofrem sistematicamente aumentos de preços relevantes, designadamente por atualizações extraordinárias legalmente previstas, com base no aumento do salário mínimo nacional e do preço dos combustíveis.

Com o lançamento de novos procedimentos concursais a ocorrer durante o ano de 2025 os custos deverão aumentar significativamente, não só devido aos fatores atrás referidos, mas também pelas exigências legais/ambientais acrescidas no âmbito destas atividades, no sentido de melhoria de prestação do serviço e maior sustentabilidade ambiental.

No caso da limpeza e recolha de resíduos urbanos, por constrangimentos diversos, foi necessário prever uma alteração nos moldes da prestação do serviço na medida em que a mesma deixará de ser uma concessão. Os gastos até aqui faturados aos clientes pelo prestador passarão a constituir encargo da APL, que por sua vez irá refaturar o serviço, tal como sucedia antes do atual contrato. Para responder às novas exigências legais será necessário contemplar também um novo circuito dedicado de recolha de resíduos orgânicos e reforçar os equipamentos existentes.

De referir ainda que também a recolha de resíduos a navios é refaturado a terceiros, através da tarifa respetiva. O valor desta tarifa é atualizado anualmente, após aprovação pelo regulador.

63 - GASTOS COM O PESSOAL

Para além dos itens que, nos termos do quadro de orientações da DGTF devem ser excecionados para efeitos de cálculo do rácio da Eficiência Operacional, entende-se que também não deverão ser considerados os gastos relativos a um trabalhador da APL a exercer funções na Secretaria de Estado das Infraestruturas, mas remunerado pela APL, conforme quadro seguinte:

(Unid: Euros)

Situações a excecionar	Estim	Previsão		
	2024	2025	2026	2027
(-) Gastos com órgãos sociais	311 556	311 556	311 556	311 556
(-) Cumprimento de disposições legais	1 045 249	1 026 864	991 106	991 106
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	332 696	579 580	835 085	1 052 249
(+) Absentismo	324 231			
(-) Trabalhador destacado na Sec. Estado Infraestruturas	104 500	107 500		
TOTAL	1 469 771	2 025 499	2 137 746	2 354 911

68 – OUTROS GASTOS E PERDAS

(Unid: Euros)

Situações a excecionar	Conta razão	Estim	Previsão		
		2024	2025	2026	2027
Inspeção da AT ao IVA	CONTAS 68	1 240 581	647 109	647 109	647 109

4. CÁLCULO DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL

a) Enquadramento:

Art.º 134.º do Decreto-lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro:

“ Nos casos em que o rácio de eficiência operacional referido no n.º 1 não se revele adequado para aferir o nível de atividade da empresa, e quando não tenha sido autorizado outro indicador de aferição de otimização da eficiência operacional há, pelo menos, três anos, ou o rácio seja afetado por fatores extraordinários, com impacto orçamental significativo, designadamente por requisitos de segurança da respetiva atividade operacional, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela área setorial podem autorizar outro indicador para medir a eficiência operacional em 2024, nomeadamente em sede de aprovação do plano de atividades e orçamento, sob proposta da empresa, devidamente fundamentada e quantificada, o qual deve ser mantido, pelo menos, nos dois exercícios subsequentes.”

Instruções anexas ao Despacho n.º 324/2023-SET, de 3/8/2023:

“Em situações muito excecionais, caso a empresa entenda que o rácio indicado não se revele adequado para aferir o nível da sua atividade, ou em que o rácio seja afetado por fatores extraordinários com impacto significativo, pelo cumprimento de imposições legais ou por requisitos de segurança da respetiva atividade operacional, a empresa pode propor outro indicador para aferir a eficiência operacional em 2024, o qual deve ser mantido, pelo menos, nos exercícios de 2025 e 2026, a autorizar expressamente pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela área setorial.”

b) Autorização concedida

Em 28/07/2024, por DSUE foi aprovado pelo acionista o PAO24-26, tendo sido concedida a autorização que a seguir se transcreve, para efeitos de cálculo do rácio de eficiência operacional:

“v. O indicador para aferição da eficiência operacional, nos termos do n.º 3 do artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 17/2024 de 29 de janeiro, considerando os fatores extraordinários com impacto orçamental significativo, proposto pela empresa, devidamente fundamentado e quantificado, o qual deve ser mantido, pelo menos, nos dois exercícios subsequentes.”

Manteve-se assim o cálculo nos termos propostos, conforme indicado no ponto V.4, considerando as exceções aos gastos operacionais anteriormente detalhadas e incluídos os rendimentos de propriedades de investimento no volume de negócios.

5. RENOVAÇÃO DA FROTA AUTOMÓVEL

ORIENTAÇÃO (Redação constante do Despacho n.º 136/2024-SET, de 28 de fevereiro) - As empresas do SEE apenas podem adquirir ou locar veículos para a frota operacional que se mostrem imprescindíveis à atividade da empresa e veículos não operacionais mediante a apresentação, quanto a estes últimos, de uma análise custo benefício.

A fundamentação da necessidade, assim como os respetivos gastos devem ser pormenorizados e expressamente)

Dando cumprimento à DSUE, datada de 26.07.2024, que aprovou o PAO24-26, a renovação da frota da APL, prevista para o ano 2023, acabará por se concretizar entre o final do ano de 2024, e início do ano de 2025, sobretudo, pela necessidade de lançamento de 3 procedimentos concursais, pela exclusão de propostas apresentadas pelos concorrentes, nos termos da alínea b) do número 2 do artigo 70.º do CCP, violando as condições definidas no Caderno de Encargos, e pelas limitações de disponibilidade de viaturas para entrega.

O Plano de Atividades/Orçamento, sofre assim as adaptações necessárias em termos de número de veículos, tendo-se contratado em regime de AOV:

- 10 veículos, afetos à frota não operacional:
 - 7 Viaturas atribuídas aos Diretores, com a celebração de novo contrato, por 48 meses, prazo que se justifica pela natureza das prestações em virtude do benefício económico daí resultante, nos termos do artigo 48.º do CCP.
 - 3 Viaturas atribuídas ao Conselho de Administração, com a celebração de novo contrato, por 48 meses, prazo que se justifica pela natureza das prestações em virtude do benefício económico daí resultante, nos termos do artigo 48.º do CCP.

As 3 viaturas, anteriormente afetas ao Conselho de Administração, e que são propriedade da APL, não serão, para já, sujeitas a abate, e serão afetas aos 3 Diretores, que pela limitação imposta no número de viaturas a contratar em AOV, não teriam viatura atribuída.

- 8 viaturas para a frota operacional:
 - 7 viaturas elétricas - com o objetivo de cumprir as metas de sustentabilidade (frota verde);
 - 1 viatura a combustão – pelos requisitos do serviço, designadamente a capacidade de tração, não existe solução adequada na atual oferta de viaturas elétricas no mercado.

A frota da APL, no final de 2024, ainda contará com um total de 44 viaturas, n.º que sofrerá alterações durante o ano de 2025, com o abate das 8 viaturas operacionais da APL, com mais de 23 anos.

Com o abate das 8 viaturas atrás referidas, e com a contratação, em AOV, das 7 novas viaturas elétricas, que integrarão a frota operacional, a APL renovará a sua frota, cumprindo assim as metas de sustentabilidade ambiental e económica a que se propôs:

Tipo	N.º de Viaturas 31/12/2025
Veículos Elétricos	22
Veículos de Combustão *	14

(*) Das 14 viaturas a combustão, apenas 13 se encontram em circulação, uma vez que 1 delas está permanentemente afeta ao Scanner de inspeção de contentores.

(Unid: euros)

Gastos com a frota automóvel	2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Estim.	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
Operacional	66 365	142 489	96 508	113 937	100 261	101 712
Não Operacional	63 930	109 151	99 887	94 441	95 013	95 645
TOTAL	130 295	251 640	196 395	208 378	195 274	197 357

(Unid: euros)

N.º de viaturas no final do ano	2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Estim.	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
Operacional	23	23	31	23	23	23
Não Operacional	12	13	13	13	13	13
TOTAL	35	36	44	36	36	36

Desde 2018, que a APL tem vindo a adquirir carregadores elétricos. Todavia, os 8 carregadores elétricos existentes, embora operacionais, não estão ligados a nenhuma plataforma de gestão, pelo que não se consegue avaliar os gastos com a energia vs combustíveis, apurar a atividade

dos equipamentos e viaturas, e ter um controlo com informações detalhadas, com um software uniformizado de gestão de carregamento das viaturas elétricas, afetas à Frota da APL.

Nesse sentido, prevemos adquirir novos carregadores para as viaturas elétricas que irão permitir agilizar a gestão dos abastecimentos. O gasto envolvido respeita à licença da aplicação informática associada ao equipamento (incluída nos custos da frota, no quadro anterior).

A aquisição dos carregadores encontra-se inscrita no Plano de Investimentos para o ano 2024, prevendo-se a aquisição dos mesmos ainda este ano.

Nos gastos da frota automóvel referidos no quadro anterior encontram-se incluídos os montantes referentes à “Frota Verde” ou seja, veículos exclusivamente elétricos.

Foram considerados todos os gastos correntes da frota, bem como as amortizações das viaturas elétricas adquiridas em 2020 e cuja depreciação estará concluída no final de 2025.

6. REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Para os investimentos de valor inferior a 10% do capital social, com financiamento assegurado, assumimos a respetiva viabilização, enquadrada na aprovação do presente PAO, caso não seja emitida qualquer objeção.

Nos termos do art.º 8.º dos Estatutos da APL (Decreto-lei n.º 336/98, de 3 de novembro), compete à Assembleia Geral autorizar a realização de investimentos de montante superior a 10% do capital social.

São identificados no quadro seguinte os investimentos de valor superior a esse limite, sendo que os primeiros 3 foram já iniciados em anos anteriores.

PROJETOS DE VALOR SUPERIOR A 10% DO CAPITAL SOCIAL (> 6 milhões de euros)

(Unid: Euros)

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	Exec 2023 e anos ant.	Estim 2024	2 025	2 026	2 027	Anos sgts	TOTAL
Navegabilidade fluvial no estuário do Tejo até Castanheira do Ribatejo	256 269	369 100	99 500	10 817 500	10 725 880		22 268 249
OCEAN CAMPUS	108 188	168 485	8 684 520	1 450 000	250 000		10 661 193
Onshore Power Supply	1 928 266	345 250	6 682 382	6 857 118	2 349 998		18 163 014
Reordenamento do Espaço Público na envolvente da Doca de Alcântara		0	3 940 000	4 500 000			8 440 000
Reabilitação do Edifício Infante D. Henrique - Alcântara	9 408		883 343	4 700 000	1 566 657		7 159 408
TOTAL	2 045 861	513 735	20 190 246	17 507 118	4 166 655	0	44 423 614

Os investimentos relativos à Navegabilidade Fluvial do Estuário do Tejo, ao Ocean Campus e Onshore Power Supply foram devidamente incluídos nos PAO23-25 e PAO24-26, aprovados pelo acionista, e não foi expressa qualquer objeção quanto à sua execução por parte da UTAM e das Tutelas, assumido-se assim a concordância sobre os mesmos. A respetiva relevância para a prossecução dos objetivos setoriais e nacionais foi, aliás objeto de reconhecimento.

No caso do projeto OPS, e ao nível da Tutela Setorial, foi destacada a sua acuidade conforme e nos termos fundamentados no Despacho n.º 7744/2023, de 29/06/2023, do Ministro das Infraestruturas.

O projeto da Navegabilidade do Tejo e o Onshore Power Supply serão objeto de financiamento comunitário, já existindo aceitação pelo PACS das respetivas candidaturas.

Prevê-se ser necessário recorrer a capital alheio em 2025 e 2026 para a execução de alguns investimentos, conforme detalhado no ponto X.5.d), isto num cenário de execução plena do plano de investimentos atual.

Com efeito, prevê-se nesses anos uma maior execução financeira dos projetos e dada dimensão do investimento, não se estima desde já ser possível o financiamento integral por meios libertos da atividade da empresa gerados nesses períodos.

Trata-se no entanto de uma previsão, efetuada com base nos dados de que atualmente dispomos, e que será certamente ajustada no próximo Plano Atividades e Orçamento.

Caso se venha a confirmar a efetiva necessidade de recorrer a empréstimo bancário a APL encontra-se, nos termos do artigo 27.º e do n.º 5 do artigo 29.º do DL n.º 133/2013, 3 de outubro, em condições de contrair empréstimos, tendo capacidade para assumir o inerente encargo da dívida, formalizando nos PAO's dos anos em causa a necessária análise sobre a variação do endividamento tendo presente a norma habitualmente constante da LOE/DLEO quanto ao aumento do endividamento.

Atento o atrás exposto, solicita-se autorização expressa para concretização dos seguintes investimentos:

- Reordenamento do espaço Público na Envolvente da Doca de Alcântara

Este projeto responde ao objetivo estratégico da APL “Reforçar a Ligação Porto-Cidade”, decorrente do eixo estratégico Território, pretendendo requalificar o espaço público contribuindo para a regeneração desta área da cidade, para a coesão urbana, encadeada com outras intervenções e fulcral para o desenvolvimento de novas atividades económicas.

Para enquadramento deste pedido, apresenta-se resumidamente o âmbito do referido projeto, sendo certo que se espera que o mesmo possa gerar receita pela rentabilização de algumas das infraestruturas incluídas.

“O cais norte da Doca de Alcântara tem 9 hectares e cerca de 1000 metros de extensão. Este espaço público tem quase o dobro da área do Jardim da Estrela, pelo que, face à sua dimensão e localização privilegiada no centro da cidade e na frente ribeirinha, tem todas as condições para se tornar uma área de lazer de referência em Lisboa.

A criação de um espaço público desta natureza, pode ser crítica para a regeneração de uma área da cidade, contribuindo para a coesão urbana quando se encadeia com outras intervenções e constitui-se fulcral para o desenvolvimento de novas atividades económicas. No caso deste espaço, sendo central no Porto de Lisboa, é uma área multifuncional, marginado por serviços portuários, equipamentos culturais e escritórios.

A reconversão de antigos armazéns portuários possibilitou a ocupação da Doca de Alcântara com inúmeros espaços de escritórios: no Edifício Infante D. Henrique (com os próprios serviços da APL), no Edifício Gonçalves Zarco, no Edifício Diogo Cão e no LACS.

Paralelamente, mantém-se em Alcântara uma grande atividade portuária como o terminal de contentores da Liscont, o estaleiro Naval da Rocha do Conde de Óbidos, ou os rebocadores no Cais das Oficinas.

É objetivo deste projeto, que o espaço público explore algumas das valências de recreio e lazer já presentes, mantendo as atividades portuárias de náutica de recreio e marítimo-turística, convivendo também com as restantes atividades portuárias mais pesadas, como o terminal de contentores e o estaleiro naval.

Este espaço tem-se consolidado com a apropriação do recinto para a patinagem ou skate, sendo de referir a instalação recente do campo de basquete Hoopers, que formalizou a área como local para os desportos de rua e para a cultura do movimento.

É intenção deste projeto promover uma obra "work in progress" que adapte, transforme e reutilize a condição existente, sem interromper as atividades aí desenvolvidas em simultâneo com um estaleiro de obra.

Este projeto incorpora uma estrutura arbórea a implementar que funciona como uns dos elementos de continuidade de todo o espaço. Desenvolveu-se uma estrutura de plantação arbórea baseada numa grelha rígida de carácter ortogonal que se estende ao longo de toda a área de intervenção.

O desenvolvimento de atividades náuticas no cais norte da Doca de Alcântara implica a construção de dois equipamentos: o Edifício de Apoio à Náutica de Recreio e o Edifício de Apoio às Atividades Marítimo Turísticas.

São dois equipamentos com um impacto considerável no espaço público, pelo que é relevante que assumam a integridade, a robustez e a representatividade de edifícios públicos, capazes de estruturar a ocupação da envolvente.

Estes edifícios estão vinculados ao cumprimento dos requisitos da norma NZEB (nearly zero emission building), pelo que terão de ser capazes de produzir 50% da energia consumida. Assim, a melhor forma de minimizar os custos com energia, quer obtida por geração local, quer obtida através da rede elétrica, é garantir que têm o máximo de iluminação e ventilação natural, com comportamentos passivos que minimizem também a necessidade de ventilação. Ainda assim, é prevista a instalação de painéis solares térmicos para responder à necessidade de produção de águas quentes sanitárias e painéis solares fotovoltaicos para os restantes consumos. Será também de contemplar a instalação de um sistema de reciclagem de águas cinzentas.

Considerando que se propõe a concessão/construção/exploração destes edifícios por entidades privadas, salvaguardando as funções públicas e de apoio à atividade náutica, houve a preocupação de garantir que, pelo menos 50 % da área dos edifícios seja para exploração do concessionário. No entanto, face à natureza pública das funções, é necessário, à partida, que a qualidade da construção seja salvaguardada, assim como a sua manutenção e reparação durante a vigência da concessão.

Existem quase 800 lugares de estacionamento na Doca de Alcântara. Este é um número que excede largamente a procura decorrente dos serviços aí instalados. Havendo intenção de alocar alguma desta área a espaço público pedonal, foi reduzido o número de lugares de estacionamento para 360, que se concentram, essencialmente, em duas bolsas: a poente e a nascente.

Também é uma intenção explícita que a área de estacionamento seja apropriada com outros usos fora dos dias laborais, pelo que foi alvo de uma densa arborização.”

- Reabilitação do Edifício Infante D. Henrique, em Alcântara

Neste edifício está localizada a grande maioria do pessoal afeto aos serviços administrativos da APL. Esta infraestrutura tem vindo a ser objeto de reparações pontuais/ urgentes mas torna-se necessário proceder a uma intervenção de fundo que permita adequar as instalações às atuais necessidades logísticas dos serviços e de conforto, compatibilizando essa intervenção com a componente de substituição de todo o sistema AVAC (equipamentos e condutas).

Instalado em 1995, este equipamento encontra-se obsoleto e vem apresentando deficiências sistemáticas que se traduzem em elevados custos anuais de manutenção e reparação, pelo que a sua substituição se torna cada vez mais premente, inclusive por questões de sustentabilidade ambiental e de saúde laboral.

A substituição do sistema AVAC tem, aliás, figurado nos PAO de anos anteriores e já foi elaborado um projeto de execução em 2015, revisto em 2023. Contudo, por questões

práticas e de racionalidade económica foi agora considerada a reabilitação do edifício numa perspetiva global e atualizada.

7. AUTONOMIA DE GESTÃO

- Considerando o elevado valor de imparidades de dívidas a receber referentes a clientes e outros devedores (22,8 milhões em 31/12/2023), que têm originado recorrentes observações por parte dos órgãos de fiscalização da sociedade, a APL encontra-se a analisar de forma criteriosa e individualizada os processos em causa, compilando as diligências de cobrança e reunindo as provas disponíveis, para averiguação da existência de expectativas razoáveis de recuperação do crédito.

Assim, no âmbito da autonomia de gestão, **solicita-se autorização para se proceder ao desreconhecimento dos créditos que se entenda pertinente, por utilização de imparidades com base nos termos definidos em norma interna validada pelo ROC.**

- **Solicita-se ainda o uso da autonomia de gestão para:**
 - i. **celebrar outro(s) contrato(s) de trabalho a termo resolutivo para a mesma função**, caso se venha a verificar a ausência de trabalhadores/as detentores/as de contrato sem termo, nomeadamente por motivo de doença;
 - ii. **recrutar antecipadamente para substituição de trabalhadores/as que deixem a empresa no ano a que respeita o PAO**, nas áreas operacionais da sociedade.

IX. OUTROS

Como fator excecional com influência relevante na situação financeira da empresa, é de mencionar a expectável transferência de competências para os municípios ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril e Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio.

Por não se encontrarem ainda suficientemente definidos os termos e condições em que essas desafetações irão ocorrer, o presente documento não contempla esse impacto, sendo certo, no entanto, que se estima poder vir a abranger já os anos 2026 e 2027, com reflexo determinante na redução do volume de negócios e, conseqüentemente, nos rácios de rentabilidade e eficiência.

Tal alteração deverá ainda envolver desafetação de bens que atualmente integram o ativo da empresa, modificando assim a sua estrutura patrimonial.

O Conselho de Administração

**X. ANEXOS****1. Demonstrações Financeiras****BALANÇO PREVISIONAL EM 31 DE DEZEMBRO**

montantes em euros

2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Estim.	BALANÇO	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
Ativo						
Ativo não Corrente						
210 020 617	220 725 757	215 752 916	Ativos Fixos Tangíveis	251 202 107	289 129 140	304 333 864
42 613 786	39 919 653	35 240 510	Propriedades de Investimento	27 855 340	19 376 308	7 840 151
82 481 229	64 487 218	79 050 877	Ativos Intangíveis	75 667 346	72 036 657	68 396 337
1 491 570	1 399 072	1 391 636	Diferimentos	1 291 702	1 191 768	1 091 835
13 442	16 505	14 739	Outros ativos financeiros	16 036	17 333	18 630
1 461 511		2 923 021	Ativos por impostos diferidos	4 384 532	5 846 042	7 307 553
338 082 153	326 548 204	334 373 699	Total do Ativo não Corrente	360 417 062	387 597 249	388 988 370
Ativo Corrente						
6 544 898	3 275 517	5 261 509	Clientes	5 439 921	5 646 347	5 833 521
3 549	3 549	3 549	Adiantam. ^{tos} a Fornecedores	3 549	3 549	3 549
480 332	1 834 911	490 330	Estado e Outros Entes Públicos	590 330	690 330	890 330
2 450 548	4 747 525	4 747 525	Outras Contas a Receber	3 747 525	2 747 525	2 747 525
582 272	673 669	690 670	Diferimentos	890 670	1 090 670	890 680
20 774 715			Outros ativos financeiros			
6 932 935	7 608 708	26 760 132	Caixa e Depósitos Bancários	6 792 650	6 598 340	7 168 313
37 769 251	18 143 879	37 953 716	Total do Ativo Corrente	17 464 645	16 776 762	17 533 918
375 851 403	344 692 084	372 327 415	Total do Ativo	377 881 707	404 374 011	406 522 287
Capital Próprio e Passivo						
Capital Próprio						
60 000 000	60 000 000	60 000 000	Capital Realizado	60 000 000	60 000 000	60 000 000
7 150 945	7 762 057	8 112 634	Reservas Legais	8 600 475	8 918 313	9 388 358
85 573 288	86 916 544	87 080 737	Outras reservas	88 483 681	89 109 820	90 035 809
31 713 916	34 479 942	38 861 669	Resultados Transitados	41 849 461	44 083 857	47 388 275
41 985 949	41 367 663	41 318 137	Outras variações do capital Próprio	40 650 325	39 982 513	39 314 701
9 616 891	5 482 284	4 878 410	Resultado Líquido do Período	3 178 373	4 700 452	2 678 667
236 040 989	236 008 489	240 251 587	Total do Capital Próprio	242 762 315	246 794 955	248 805 810
Passivo						
Passivo não Corrente						
6 342 545	6 828 328	4 882 545	Provisões	4 547 545	4 212 545	3 877 545
6 695 546	9 679 142	4 618 093	Financiamentos obtidos	5 876 375	13 318 868	9 744 865
4 361 725	3 680 055	4 252 725	Responsab. por Benefícios Pós-Emprego	4 143 725	4 034 725	3 925 725
4 646 158	3 930 218	3 930 218	Passivos por Impostos Diferidos	2 611 488	2 292 759	1 974 030
8 889 452	7 979 122	8 979 122	Outras Contas a Pagar	9 880 000	7 880 000	7 880 000
68 082 110	57 315 004	68 860 838	Diferimentos	64 927 238	69 409 456	73 648 742
99 017 537	89 411 869	95 523 541	Total do Passivo não Corrente	91 986 371	101 148 352	101 050 907
Passivo Corrente						
1 488 369	1 431 146	1 539 726	Fornecedores	1 824 013	1 507 046	1 694 386
1 936 848	1 152 063	1 152 063	Adiantamentos de Clientes	1 250 000	1 450 000	1 450 000
3 394 375	1 755 000	3 855 000	Estado e Outros Entes Públicos	4 960 000	3 960 000	3 960 000
1 530 000	1 758 732	1 758 732	Acionistas / Sócios	1 758 732	1 758 732	1 758 732
11 168 686	4 642 857	7 703 334	Financiamentos Obtidos	9 802 245	22 216 895	16 255 184
9 660 610	1 553 023	6 553 028	Outras Contas a Pagar	12 553 030	13 553 030	16 562 268
11 613 989	6 978 905	13 990 405	Diferimentos	10 985 000	11 985 000	14 985 000
40 792 877	19 271 726	36 552 287	Total do Passivo Corrente	43 133 021	56 430 703	56 665 570
139 810 414	108 683 595	132 075 828	Total do Passivo	135 119 392	157 579 056	157 716 477
375 851 403	344 692 084	372 327 415	Total do Capital Próprio e Passivo	377 881 707	404 374 011	406 522 287



BALANÇO PREVISIONAL 2025 (TRIMESTRAL)

BALANÇO	montantes em euros			
	Orçamento 2024			
	31/mar/25	30/jun/25	30/set/25	31/dez/25
Ativo				
Ativo não Corrente				
Ativos Fixos Tangíveis	224 615 214	233 477 512	242 339 809	251 202 107
Propriedades de Investimento	35 240 510	35 240 510	35 240 510	27 855 340
Ativos Intangíveis	78 204 994	77 359 112	76 513 229	75 667 346
Diferimentos	1 363 438	1 335 240	1 307 043	1 291 702
Outros Ativos financeiros	15 063	15 387	15 711	16 036
Ativos por Impostos diferidos	3 288 399	3 653 777	4 019 154	4 384 532
Total do Ativo não Corrente	342 727 618	351 081 537	359 435 456	360 417 062
Ativo Corrente				
Clientes	7 365 699	7 660 327	6 575 409	5 439 921
Adiant. a Fornec. e Depósitos Caução	3 549	3 549	3 549	3 549
Estado e Outros Entes Públicos	515 330	540 330	523 663	590 330
Outras Contas a Receber	4 497 525	4 247 525	4 414 192	3 747 525
Diferimentos	740 670	790 670	740 670	890 670
Outros Ativos Financeiros				
Caixa e Depósitos Bancários	20 082 097	17 698 348	20 623 390	6 792 650
Total do Ativo Corrente	33 204 870	30 940 750	32 880 873	17 464 645
Total do Ativo	375 932 489	382 022 287	392 316 329	377 881 707
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio				
Capital Realizado	60 000 000	60 000 000	60 000 000	60 000 000
Reservas Legais	8 112 634	8 112 634	8 112 634	8 600 475
Outras reservas	87 080 737	87 080 737	87 080 737	88 483 681
Resultados Transitados	38 861 669	38 861 669	38 861 669	41 849 461
Outras variações do capital Próprio	41 151 184	40 984 231	40 817 278	40 650 325
Resultado Líquido do Período	794 593	1 589 186	2 383 780	3 178 373
Total do Capital Próprio	236 000 818	236 628 458	237 256 098	242 762 315
Passivo				
Passivo não Corrente				
Provisões	4 798 795	4 715 045	4 631 295	4 547 545
Financiamentos obtidos	5 876 375	5 876 375	5 876 375	5 876 375
Responsab. por Benefícios Pós-Emprego	4 225 475	4 198 225	4 216 392	4 143 725
Passivos por Impostos Diferidos	3 600 536	3 270 853	3 490 641	2 611 488
Outras Contas a Pagar	13 302 317	14 120 603	15 136 272	9 880 000
Diferimentos	63 748 120	62 969 739	63 748 120	64 927 238
Total do Passivo não Corrente	95 551 617	95 150 840	97 099 095	91 986 371
Passivo Corrente				
Fornecedores	1 610 798	1 681 870	1 634 488	1 824 013
Adiantamentos de Clientes	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000
Estado e Outros Entes Públicos	4 131 250	4 407 500	4 223 333	4 960 000
Acionistas/Sócios		1 758 732		1 758 732
Financiamentos Obtidos	7 899 974	5 714 285	5 178 571	9 802 245
Outras Contas a Pagar	12 151 004	22 942 900	32 686 140	12 553 030
Diferimentos	17 337 029	12 487 702	12 988 603	10 985 000
Total do Passivo Corrente	44 380 054	50 242 989	57 961 136	43 133 021
Total do Passivo	139 931 671	145 393 829	155 060 231	135 119 392
Total do Capital Próprio e Passivo	375 932 489	382 022 287	392 316 329	377 881 707



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL POR NATUREZA EM 31 DE DEZEMBRO

montantes em euros						
2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Estim.	Rendimentos e Gastos	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
45 038 711	48 274 045	47 445 539	Vendas e Serviços Prestados	48 999 037	50 817 445	52 538 905
			Subsidios à Exploração			
			Trabalhos para a Própria Entidade			
-7 074 685	-13 394 060	-12 714 930	Fornecimentos e Serviços Externos	-17 070 895	-14 104 405	-15 857 716
-19 189 205	-20 483 943	-20 815 358	Gastos com o Pessoal	-22 206 651	-22 733 643	-23 003 787
-498 220	-569 000	-569 000	Imparidades de Dividas a Receber	-688 000	-688 000	-688 000
-2 252 697	-335 000	-1 460 000	Provisões (Aumentos/Reduções)	-335 000	-335 000	-335 000
			Imparidade invest não depreciáveis/amortiz. (perdas/reversões)			
			Aumentos/Reduções do Justo Valor			
12 377 308	12 166 214	11 972 816	Outros Rendimentos e Ganhos	12 316 623	12 534 453	12 660 689
-2 596 563	-3 561 104	-3 547 809	Outros Gastos e Perdas	-3 043 259	-3 108 605	-3 166 668
25 804 649	22 097 152	20 311 257	Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	17 971 854	22 382 245	22 148 423
-13 855 703	-12 849 109	-12 606 443	Gastos/Reversões de Depreciações e Amortiz.	-12 651 753	-13 761 589	-16 725 788
	-100 000	-100 000	Imparidade de Ativos Depreciáveis/Amortiz. (Perda/Reversão)	-100 000	-100 000	-100 000
11 948 946	9 148 042	7 604 814	Resultados Operacionais (Gastos de Financiamento e Impostos)	5 220 101	8 520 655	5 322 635
			Juros e Rendimentos Similares Obtidos			
-951 856	-596 943	-570 296	Juros e Gastos Similares Suportados	-467 501	-1 714 615	-1 230 400
10 997 090	8 551 099	7 034 518	Resultado antes de Imposto	4 752 600	6 806 040	4 092 235
-1 380 199	-2 353 486	-2 156 108	Impostos sobre o Rendimento do Período	-1 574 227	-2 105 588	-1 413 568
9 616 891	6 197 614	4 878 410	Resultado Líquido do Período	3 178 373	4 700 452	2 678 667
0,80	0,52	0,41	Resultado por Ação	0,26	0,39	0,22



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL POR NATUREZA 2025 (TRIMESTRAL)

Rendimentos e Gastos	montantes em euros			
	Orçamento 2025 - valores acumulados			
	31/mar/25	30/jun/25	30/set/25	31/dez/25
Vendas e Serviços Prestados	12 249 759	24 499 519	36 749 278	48 999 037
Subsídios à Exploração				
Trabalhos para a Própria Entidade				
Fornecimentos e Serviços Externos	-4 267 724	-8 535 448	-12 803 172	-17 070 895
Gastos com o Pessoal	-5 551 663	-11 103 326	-16 654 989	-22 206 651
Imparidades de Dívidas a Receber	-172 000	-344 000	-516 000	-688 000
Provisões (Aumentos/Reduções)	-83 750	-167 500	-251 250	-335 000
Imparidade invest não depreciables/amortiz. (perdas/reversões)				
Aumentos/Reduções do Justo Valor				
Outros Rendimentos e Ganhos	3 079 156	6 158 312	9 237 467	12 316 623
Outros Gastos e Perdas	-760 815	-1 521 630	-2 282 444	-3 043 259
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	4 492 964	8 985 927	13 478 891	17 971 854
Depreciações e Amortiz.	-3 162 938	-6 325 877	-9 488 815	-12 651 753
Imparidade de Ativos Depreciables/Amortiz. (Perda/Reversão)	-25 000	-50 000	-75 000	-100 000
Resultados Operacionais (Gastos de Financiamento e Impostos)	1 305 025	2 610 050	3 915 076	5 220 101
Juros e Rendimentos Similares Obtidos				
Juros e Gastos Similares Suportados	-116 875	-233 751	-350 626	-467 501
Impostos de Imposto	1 188 150	2 376 300	3 564 450	4 752 600
Impostos sobre o Rendimento do Período	-393 557	-787 113	-1 180 670	-1 574 227
Impostos sobre o Período	794 593	1 589 186	2 383 780	3 178 373
Resultado por Ação	0,07	0,13	0,20	0,26



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL EM 31 DE DEZEMBRO

montantes em euros

2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Estim.	FLUXOS DE CAIXA	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
			Atividades Operacionais			
49 729 994	52 440 903	53 187 467	Recebimentos de Clientes	53 485 674	55 494 022	57 359 720
-6 733 232	-13 461 949	-12 663 574	Pagamentos a Fornecedores	-16 786 608	-14 421 372	-15 670 376
-19 494 575	-20 792 021	-20 815 358	Pagamentos ao Pessoal	-22 206 651	-22 733 643	-23 003 787
23 502 187	18 186 933	19 708 535	Caixa Gerada pelas Operações	14 492 414	18 339 007	18 685 558
-2 705 729	-3 573 251	-1 380 199	Pagamentos/Receb. do Imposto sobre o Rendimento	-2 156 108	-1 574 227	-2 105 588
-2 644 097	-3 078 194	-3 037 159	Outros Recebimentos/Pagamentos	-3 226 948	-3 304 641	-3 392 633
18 152 361	11 535 488	15 291 177	Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais (1)	9 109 358	13 460 139	13 187 336
			Atividades de Investimento			
			Pagamentos respeitantes a:			
-1 348 705	-25 534 027	-10 125 593	Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	-34 370 627	-39 338 849	-19 192 856
			Outros Ativos Financeiros			
			Recebimentos provenientes de:			
445 444			Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	0	0	0
	20 774 715		Outros Ativos Financeiros			
	1 639 026		Subsídios ao Investimento	2 400 769	7 541 873	17 341 607
	3 324		Juros e recebimentos Similares	3 324		
-903 261	-3 116 962	-10 125 593	Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento (2)	-31 966 534	-31 796 976	-1 851 249
			Atividades de Financiamento			
			Recebimentos provenientes de:			
			Financiamentos Obtidos	6 500 000	22 000 000	0
		20 774 715	Outras operações de financiamento			
			Pagamentos respeitantes a:			
-9 729 262	-6 042 806	-5 542 806	Financiamentos Obtidos	-3 142 806	-2 142 857	-9 535 714
-936 509	-596 943	-570 296	Juros e Gastos Similares	-467 501	-1 714 615	-1 230 400
	-1 530 000		Pagamento de Dividendos			
-20 774 715			Outras operações de financiamento			
-31 440 486	-8 169 749	14 661 614	Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento (3)	2 889 693	18 142 527	-10 766 114
-14 191 386	248 777	19 827 197	Variações de Caixa e seus Equivalentes (1) + (2) + (3)	-19 967 483	-194 309	569 972
			Efeito das Diferenças de Câmbio			
21 124 322	7 002 119	6 932 935	Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	26 760 132	6 792 650	6 598 340
6 932 935	7 250 896	26 760 132	Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	6 792 650	6 598 340	7 168 313
-14 191 386	248 777	19 827 197	Variação de Disponibilidades	-19 967 483	-194 309	569 972



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL 2025 (TRIMESTRAL)

FLUXOS DE CAIXA	montantes em euros			
	Orçamento 2025 - valores acumulados			
	31/mar/25	30/jun/25	30/set/25	31/dez/25
Atividades Operacionais				
Recebimentos de Clientes	13 371 418	26 742 837	40 114 255	53 485 674
Pagamentos a Fornecedores	-4 196 652	-8 393 304	-12 589 956	-16 786 608
Pagamentos ao Pessoal	-5 551 663	-11 103 326	-16 654 989	-22 206 651
Caixa Gerada pelas Operações	3 623 104	7 246 207	10 869 311	14 492 414
Pagamentos/Receb. do Imposto sobre o Rendimento		-718 703	-1 437 406	-2 156 108
Outros Recebimentos/Pagamentos	-806 737	-1 613 474	-2 420 211	-3 226 948
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais (1)	2 816 367	4 914 030	7 011 694	9 109 358
Atividades de Investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	-8 592 657	-12 172 323	-11 643 584	-34 370 627
Recebimentos provenientes de:				
Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis				0
Outros Ativos Financeiros				0
Subsídios ao Investimento			1 200 384	2 400 769
Juros e recebimentos Similares	831	1 662	2 493	3 324
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento (2)	-8 591 826	-12 170 661	-10 440 707	-31 966 534
Atividades de Financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos Obtidos				6 500 000
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos	-785 701	-1 571 403	-2 357 104	-3 142 806
Juros e Gastos Similares	-116 875	-233 751	-350 626	-467 501
Pagamento de Dividendos				
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento (3)	-902 577	-1 805 154	-2 707 730	2 889 693
Variações de Caixa e seus Equivalentes (1) + (2) + (3)	-6 678 036	-9 061 784	-6 136 743	-19 967 483
Efeito das Diferenças de Câmbio				
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	26 760 132	26 760 132	26 760 132	26 760 132
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	20 082 097	17 698 348	20 623 390	6 792 650
Variação de Disponibilidades	-6 678 036	-9 061 784	-6 136 743	-19 967 483



2. Planificação de Recursos Humanos para o triénio

O Plano plurianual de entradas e saídas de trabalhadores/as da APL, S.A, bem como os respetivos impactos orçamentais encontram-se detalhados no ponto V.

3. Planeamento Financeiro para 2025-2027

Para além das referências constantes do ponto VI - Informação financeira em termos da evolução de gastos e ganhos, são apresentados no Anexo 1 as demonstrações financeiras para o triénio.

Os Fundos Próprios são no essencial os meios libertos da atividade operacional, aos quais acrescem algumas receitas de valor muito residual (ex: reembolsos de despesas suportadas, quotizações OSC, regularizações IVA).

Não sendo estes fundos suficientes para fazer face ao elevado volume de investimentos que se pretendem realizar no presente triénio, foram apresentadas candidaturas para obtenção de fundos comunitários, sendo de destacar que o efetivo recebimento de parte dos fundos previstos (cerca de 20%) só deverá ocorrer nos anos seguintes.

Assim, será ainda necessário recorrer a financiamento bancário em 2025 e 2026, para financiar o investimento, e assegurar o cumprimento do serviço da dívida existente.

Para o aumento do financiamento bancário de médio/longo prazo, prevê-se a reestruturação do financiamento de curto prazo atual e a preparação de uma consulta a diferentes Entidades Bancárias, com posterior parecer da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.

As fontes de financiamento, e como se ilustra com maior detalhe no mapa de fluxos de caixa previsional (ponto X.1), são, em resumo, as seguintes:

montantes em euros

2023 Exec	2024 ORÇ	2024 Estim.	FONTES DE FINANCIAMENTO	2025 ORÇ	2026 ORÇ	2027 ORÇ
18 597 805	11 896 624	15 291 177	FUNDOS PRÓPRIOS	9 112 682	13 460 139	13 187 336
0	1 639 026	0	FUNDOS COMUNITÁRIOS	2 400 769	7 541 873	17 341 607
0	0	0	FINANCIAMENTO BANCÁRIO	6 500 000	22 000 000	0
18 597 805	13 535 650	15 291 177	TOTAL	18 013 451	43 002 012	30 528 943

Quanto à discriminação dos encargos financeiros por instrumento/tipo de dívida, refira-se que os encargos resultantes dos financiamentos de curto e médio/ longo prazo atuais são compostos pelos spreads e taxas Euribor a 3 e a 6 meses (taxas variáveis), com exceção, de um financiamento de médio/longo prazo contraído com a Caixa Geral de Depósitos com uma taxa fixa de 0,65%.

Atendendo às sucessivas subidas das taxas de juro, nas posteriores consultas ao mercado bancário a realizar nos anos de 2025 e 2026, torna-se imprescindível a ponderação e análise da opção entre taxa de juro varável ou fixa.



4. Plano de Investimentos

O plano de investimentos, bem como a descrição dos vários projetos encontram-se detalhados no capítulo IV.

Apresenta-se adicionalmente, no ponto seguinte, o mapa elaborado nos termos das orientações para elaboração dos IPGs25-27, emitidas em 13/08/2024.



5. Quadros de apoio instruções DSPE 13/08/2024

a) Balanço

Rubricas	Notas	2023	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis		210 020 617 €	220 725 757 €	215 752 916 €	224 615 214 €	233 477 512 €	242 339 809 €	251 202 107 €	289 129 140 €	304 333 864 €
Propriedades de Investimento		42 613 786 €	39 919 653 €	35 240 510 €	35 240 510 €	35 240 510 €	35 240 510 €	27 855 340 €	19 376 308 €	7 840 151 €
Ativos intangíveis		82 481 229 €	64 487 218 €	79 050 877 €	78 204 994 €	77 359 112 €	76 513 229 €	75 667 346 €	72 036 657 €	68 396 337 €
Ativos biológicos										
Participações financeiras										
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis										
Clientes, contribuintes e utentes										
Acionistas / Sócios / Associados										
Diferimentos		1 491 570 €	1 399 072 €	1 391 636 €	1 363 438 €	1 335 240 €	1 307 043 €	1 291 702 €	1 191 768 €	1 091 835 €
Outros ativos financeiros		13 442 €	16 505 €	14 739 €	15 063 €	15 387 €	15 711 €	16 036 €	17 333 €	18 630 €
Ativos por impostos diferidos		1 461 511 €		2 923 021 €	3 288 399 €	3 653 777 €	4 019 154 €	4 384 532 €	5 846 042 €	7 307 553 €
Outras contas a receber										
Subtotal		338 082 153 €	326 548 204 €	334 373 699 €	342 727 618 €	351 081 537 €	359 435 456 €	360 417 062 €	387 597 249 €	388 988 370 €
Ativo corrente										
Inventários										
Ativos biológicos										
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis										
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis										
Clientes, contribuintes e utentes		6 544 898 €	3 275 517 €	5 261 509 €	7 365 699 €	7 660 327 €	6 575 409 €	5 439 921 €	5 646 347 €	5 833 521 €
Adiantam.tos a Fornecedores		3 549 €	3 549 €	3 549 €	3 549 €	3 549 €	3 549 €	3 549 €	3 549 €	3 549 €
Estado e outros entes públicos		480 332 €	1 834 911 €	490 330 €	515 330 €	540 330 €	523 663 €	590 330 €	690 330 €	890 330 €
Acionistas / Sócios / Associados										
Outras contas a receber		2 450 548 €	4 747 525 €	4 747 525 €	4 497 525 €	4 247 525 €	4 414 192 €	3 747 525 €	2 747 525 €	2 747 525 €
Diferimentos		582 272 €	673 669 €	690 670 €	740 670 €	790 670 €	740 670 €	890 670 €	1 090 670 €	890 680 €
Ativos financeiros detidos para negociação										
Outros ativos financeiros		20 774 715 €								
Ativos não correntes detidos para venda										
Caixa e depósitos		6 932 935 €	7 608 708 €	26 760 132 €	20 082 097 €	17 698 348 €	20 623 390 €	6 792 650 €	6 598 340 €	7 168 313 €
Subtotal		37 769 251 €	18 143 879 €	37 953 716 €	33 204 870 €	30 940 750 €	32 880 873 €	17 464 645 €	16 776 762 €	17 533 918 €
Total do Ativo		375 851 403 €	344 692 084 €	372 327 415 €	375 932 489 €	382 022 287 €	392 316 329 €	377 881 707 €	404 374 011 €	406 522 287 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património / Capital		60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €
Ações (quotas) próprias										
Outros instrumentos de capital próprio										
Prémios de emissão										
Reservas		7 150 945 €	7 762 057 €	8 112 634 €	8 112 634 €	8 112 634 €	8 112 634 €	8 600 475 €	8 918 313 €	9 388 358 €
Outras Reservas		85 573 288 €	86 916 544 €	87 080 737 €	87 080 737 €	87 080 737 €	87 080 737 €	88 483 681 €	89 109 820 €	90 035 809 €
Resultados transitados		31 713 916 €	34 479 942 €	38 861 669 €	38 861 669 €	38 861 669 €	38 861 669 €	41 849 461 €	44 083 857 €	47 388 275 €
Ajustamentos em ativos financeiros										
Excedentes de revalorização										
Outras variações no Património Líquido		41 985 949 €	41 367 663 €	41 318 137 €	41 151 184 €	40 984 231 €	40 817 278 €	40 650 325 €	39 982 513 €	39 314 701 €
Resultado líquido do período		9 616 891 €	5 482 284 €	4 878 410 €	794 593 €	1 589 186 €	2 383 780 €	3 178 373 €	4 700 452 €	2 678 667 €
Dividendos antecipados										
Interesses que não controlam										
Total do Património Líquido		236 040 989 €	236 008 489 €	240 251 587 €	236 000 818 €	236 628 458 €	237 256 098 €	242 762 315 €	246 794 955 €	248 805 810 €
PASSIVO										
Passivo não corrente										
Provisões		6 342 545 €	6 828 328 €	4 882 545 €	4 798 795 €	4 715 045 €	4 631 295 €	4 547 545 €	4 212 545 €	3 877 545 €
Financiamentos obtidos		6 695 546 €	9 679 142 €	4 618 093 €	5 876 375 €	5 876 375 €	5 876 375 €	5 876 375 €	13 318 868 €	9 744 865 €
Fornecedores de investimentos										
Fornecedores										
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		4 361 725 €	3 680 055 €	4 252 725 €	4 225 475 €	4 198 225 €	4 216 392 €	4 143 725 €	4 034 725 €	3 925 725 €
Diferimentos		68 082 110 €	57 315 004 €	68 860 838 €	63 748 120 €	62 969 739 €	63 748 120 €	64 927 238 €	69 409 456 €	73 648 742 €
Passivos por impostos diferidos		4 646 158 €	3 930 218 €	3 930 218 €	3 600 536 €	3 270 853 €	3 490 641 €	2 611 488 €	2 292 759 €	1 974 030 €
Outras contas a pagar		8 889 452 €	7 979 122 €	8 979 122 €	13 302 317 €	14 120 603 €	15 136 272 €	9 880 000 €	7 880 000 €	7 880 000 €
Subtotal		99 017 537 €	89 411 869 €	95 523 541 €	95 551 617 €	95 150 840 €	97 099 095 €	91 986 371 €	101 148 352 €	101 050 907 €
Passivo corrente										
Credores por transferências e subsídios concedidos										
Fornecedores		1 488 369 €	1 431 146 €	1 539 726 €	1 610 798 €	1 681 870 €	1 634 488 €	1 824 013 €	1 507 046 €	1 694 386 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		1 936 848 €	1 152 063 €	1 152 063 €	1 250 000 €	1 250 000 €	1 250 000 €	1 250 000 €	1 450 000 €	1 450 000 €
Estado e outros entes públicos		3 394 375 €	1 755 000 €	3 855 000 €	4 131 250 €	4 407 500 €	4 223 333 €	4 960 000 €	3 960 000 €	3 960 000 €
Acionistas / Sócios / Associados		1 530 000 €	1 758 732 €	1 758 732 €		1 758 732 €		1 758 732 €	1 758 732 €	1 758 732 €
Financiamentos obtidos		11 168 686 €	4 642 857 €	7 703 334 €	7 899 974 €	5 714 285 €	5 178 571 €	9 802 245 €	22 216 895 €	16 255 184 €
Fornecedores de investimentos										
Outras contas a pagar		9 660 610 €	1 553 023 €	6 553 028 €	12 151 004 €	22 942 900 €	32 686 140 €	12 553 030 €	13 553 030 €	16 562 268 €
Diferimentos		11 613 989 €	6 978 905 €	13 990 405 €	17 337 029 €	12 487 702 €	12 988 603 €	10 985 000 €	11 985 000 €	14 985 000 €
Passivos financeiros detidos para negociação										
Outros passivos financeiros										
Subtotal		40 792 877 €	19 271 726 €	36 552 287 €	44 380 054 €	50 242 989 €	57 961 136 €	43 133 021 €	56 430 703 €	56 665 570 €
Total do Passivo		139 810 414 €	108 683 595 €	132 075 828 €	139 931 671 €	145 393 829 €	155 060 231 €	135 119 392 €	157 579 056 €	157 716 477 €
Total do Património Líquido e Passivo		375 851 403 €	344 692 084 €	372 327 415 €	375 932 489 €	382 022 287 €	392 316 329 €	377 881 707 €	404 374 011 €	406 522 287 €



b) Demonstração de Resultados por Naturezas

Rendimentos e Gastos	Not	Unidade								
		2023	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Impostos e taxas										
Vendas										
Prestações de serviços		45 038 711 €	48 274 045 €	47 445 539 €	12 249 759 €	24 499 519 €	36 749 278 €	48 999 037 €	50 817 445 €	52 538 905 €
Transferências e subsídios correntes à exploração obtidos										
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos										
Variação de inventários da produção										
Trabalhos para a própria entidade										
Custo das mercadorias vendidas e das matérias										
Fornecimentos e serviços externos		-7 074 685 €	-13 394 060 €	-12 714 930 €	-4 267 724 €	-8 535 448 €	-12 803 172 €	-17 070 895 €	-14 104 405 €	-15 857 716 €
Gastos com pessoal		-19 189 205 €	-20 483 943 €	-20 815 358 €	-5 551 663 €	-11 103 326 €	-16 654 989 €	-22 206 651 €	-22 733 643 €	-23 003 787 €
Transferências e subsídios concedidos										
Prestações sociais										
Imparidades de inventários (perdas/reversões)										
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-498 220 €	-569 000 €	-569 000 €	-172 000 €	-344 000 €	-516 000 €	-688 000 €	-688 000 €	-688 000 €
Provisões (aumentos/reduções)		-2 252 697 €	-335 000 €	-1 460 000 €	-83 750 €	-167 500 €	-251 250 €	-335 000 €	-335 000 €	-335 000 €
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)										
Aumentos / reduções de justo valor										
Outros rendimentos e ganhos		12 377 308 €	12 166 214 €	11 972 816 €	3 079 156 €	6 158 312 €	9 237 467 €	12 316 623 €	12 534 453 €	12 660 689 €
Outros gastos e perdas		-2 596 563 €	-3 561 104 €	-3 547 809 €	-760 815 €	-1 521 630 €	-2 282 444 €	-3 043 259 €	-3 108 605 €	-3 166 668 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)		25 804 649 €	22 097 152 €	20 311 257 €	4 492 964 €	8 985 927 €	13 478 891 €	17 971 854 €	22 382 245 €	22 148 423 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização		-13 855 703 €	-12 849 109 €	-12 606 443 €	-3 162 938 €	-6 325 877 €	-9 488 815 €	-12 651 753 €	-13 761 589 €	-16 725 788 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-100 000 €	-100 000 €	-25 000 €	-50 000 €	-75 000 €	-100 000 €	-100 000 €	-100 000 €
Resultado operacional (EBIT)		11 948 946 €	9 148 042 €	7 604 814 €	1 305 025 €	2 610 050 €	3 915 076 €	5 220 101 €	8 520 655 €	5 322 635 €
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor		14 699 863 €	12 952 946 €	14 077 946 €	12 229 696 €	12 510 446 €	12 791 196 €	13 071 946 €	13 071 946 €	13 071 946 €
Juros e rendimentos similares obtidos										
Juros e gastos similares suportados		-951 856 €	-596 943 €	-570 296 €	-116 875 €	-233 751 €	-350 626 €	-467 501 €	-1 714 615 €	-1 230 400 €
Resultado antes de impostos		10 997 090 €	8 551 099 €	7 034 518 €	1 188 150 €	2 376 300 €	3 564 450 €	4 752 600 €	6 806 040 €	4 092 235 €
Imposto sobre o rendimento		-1 380 199 €	-2 353 486 €	-2 156 108 €	-393 557 €	-787 113 €	-1 180 670 €	-1 574 227 €	-2 105 588 €	-1 413 568 €
Resultado líquido do período		9 616 891 €	6 197 614 €	4 878 410 €	794 593 €	1 589 186 €	2 383 780 €	3 178 373 €	4 700 452 €	2 678 667 €



c) Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Nota	Unidade								
		2023	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais										
Recebimentos de clientes		49 729 994 €	52 440 903 €	53 187 467 €	13 371 418 €	26 742 837 €	40 114 255 €	53 485 674 €	55 494 022 €	57 359 720 €
Recebimentos de contribuintes										
Recebimentos de utentes										
Pagamentos a fornecedores		-6 733 232 €	-13 412 215 €	-12 663 574 €	-4 196 652 €	-8 393 304 €	-12 589 956 €	-16 786 608 €	-14 421 372 €	-15 670 376 €
Pagamentos ao pessoal		-19 494 575 €	-20 483 943 €	-20 815 358 €	-5 551 663 €	-11 103 326 €	-16 654 989 €	-22 206 651 €	-22 733 643 €	-23 003 787 €
Caixa gerada pelas operações		23 502 187 €	18 544 745 €	19 708 535 €	3 623 104 €	7 246 207 €	10 869 311 €	14 492 414 €	18 339 007 €	18 685 558 €
Outros recebimentos/pagamentos		-5 349 826 €	-6 651 445 €	-4 417 358 €	-806 737 €	-2 332 177 €	-3 857 616 €	-5 383 056 €	-4 878 868 €	-5 498 221 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		18 152 361 €	11 893 300 €	15 291 177 €	2 816 367 €	4 914 030 €	7 011 694 €	9 109 358 €	13 460 139 €	13 187 336 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento										
Pagamentos respeitantes a:										
Ativos fixos tangíveis		-1 348 705 €	-25 534 027 €	-10 125 593 €	-8 592 657 €	-12 172 323 €	-11 643 584 €	-34 370 627 €	-39 338 849 €	-19 192 856 €
Ativos intangíveis										
Propriedades de investimento										
Investimentos financeiros										
Outros Ativos										
Recebimentos provenientes de:										
Ativos fixos tangíveis		445 444 €								
Ativos intangíveis										
Propriedades de investimento										
Investimentos financeiros										
Outros Ativos			20 774 715 €							
Subsídios ao investimento			1 639 026 €				1 200 384 €	2 400 769 €	7 541 873 €	17 341 607 €
Transferências de capital										
Juros e rendimentos similares			3 324 €		831 €	1 662 €	2 493 €	3 324 €		
Dividendos										
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 903 261 €	- 3 116 962 €	-10 125 593 €	-8 591 826 €	-12 170 661 €	-10 440 707 €	-31 966 534 €	-31 796 976 €	- 1 851 249 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento										
Recebimentos provenientes de:										
Financiamentos obtidos								6 500 000 €	22 000 000 €	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital										
Cobertura de prejuízos										
Doações										
Outras operações de financiamento				20 774 715 €						
Pagamentos respeitantes a:										
Financiamentos obtidos		-9 729 262 €	-6 042 806 €	-5 542 806 €	-785 701 €	-1 571 403 €	-2 357 104 €	-3 142 806 €	-2 142 857 €	-9 535 714 €
Juros e gastos similares		-936 509 €	-596 943 €	-570 296 €	-116 875 €	-233 751 €	-350 626 €	-467 501 €	-1 714 615 €	-1 230 400 €
Dividendos			-1 530 000 €							
Reduções de capital e outros instrumentos de										
Outras operações de financiamento		-20 774 715 €								
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		-31 440 486 €	- 8 169 749 €	14 661 614 €	- 902 577 €	- 1 805 154 €	- 2 707 730 €	2 889 693 €	18 142 527 €	-10 766 114 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		- 14 191 386 €	606 589 €	19 827 197 €	- 6 678 036 €	- 9 061 784 €	- 6 136 743 €	- 19 967 483 €	- 194 309 €	569 972 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		21 124 322 €	7 002 119 €	6 932 935 €	26 760 132 €	26 760 132 €	26 760 132 €	26 760 132 €	6 792 650 €	6 598 340 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 932 935 €	7 608 708 €	26 760 132 €	20 082 097 €	17 698 348 €	20 623 390 €	6 792 650 €	6 598 340 €	7 168 313 €



d) Investimentos

Investimentos	Notas	Unidade							
		2024 PAO	2024 Estimativa	1.ºT2025 Previsão	2.ºT2025 Previsão	3.ºT2025 Previsão	4.ºT2025 Previsão	2026 Previsão	2027 Previsão
Navegabilidade fluvial no estuário do Tejo até Castanheira do Ribatejo		572 600 €	369 100 €	24 875 €	49 750 €	74 625 €	99 500 €	10 817 500 €	10 725 880 €
Fundos Próprios		572 600 €	55 365 €	3 731 €	7 463 €	11 194 €	14 925 €	122 625 €	5 146 565 €
Fundos Comunitários		0 €	313 735 €	21 144 €	42 288 €	63 431 €	84 575 €	9 194 875 €	5 579 315 €
Endividamento								1 500 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ocean Campus		2 087 165 €	168 485 €	2 171 130 €	4 342 260 €	6 513 390 €	8 684 520 €	1 450 000 €	250 000 €
Fundos Próprios		2 087 165 €	168 485 €	2 171 130 €	4 342 260 €	6 513 390 €	6 684 520 €	250 000 €	250 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento							2 000 000 €	1 200 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Eficiência Energética e de Uso de Recursos do Porto de Lisboa		942 599 €	889 200 €	88 750 €	177 500 €	266 250 €	355 000 €	267 000 €	45 000 €
Fundos Próprios		942 599 €	889 200 €	88 750 €	177 500 €	266 250 €	355 000 €	67 000 €	45 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento								200 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
PORTO INTELIGENTE: Projeto piloto - SafARI (Horizon Europe)		15 833 €	15 000 €	11 875 €	23 750 €	35 625 €	47 500 €	27 500 €	0 €
Fundos Próprios		15 833 €	0 €	5 019 €	10 037 €	15 056 €	20 074 €	27 500 €	0 €
Fundos Comunitários		0 €	15 000 €	6 857 €	13 713 €	20 570 €	27 426 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
PORTO INTELIGENTE: SIG - Sistema de Informação Geográfica		50 000 €	50 000 €	12 500 €	25 000 €	37 500 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €
Fundos Próprios		50 000 €	50 000 €	12 500 €	25 000 €	37 500 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
PORTO INTELIGENTE: SMART PORT LX - Digital Twin		500 000 €	200 000 €	575 000 €	1 150 000 €	1 725 000 €	2 300 000 €	3 000 000 €	0 €
Fundos Próprios		500 000 €	45 455 €	130 682 €	261 364 €	392 045 €	522 727 €	181 818 €	0 €
Fundos Comunitários		0 €	154 545 €	444 318 €	888 636 €	1 332 955 €	1 777 273 €	2 318 182 €	0 €
Endividamento								500 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
PORTO INTELIGENTE: Programa Tagus INNOV		0 €	0 €	5 000 €	10 000 €	15 000 €	20 000 €	20 000 €	20 000 €
Fundos Próprios		0 €	0 €	5 000 €	10 000 €	15 000 €	20 000 €	20 000 €	20 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €



Investimentos	Notas	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
		PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Last Mile Logistics - Inteligência e automatização na logística		0 €	0 €	10 000 €	20 000 €	30 000 €	40 000 €	0 €	0 €
Fundos Próprios		0 €	0 €	10 000 €	20 000 €	30 000 €	40 000 €	0 €	0 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Plataforma Nacional Única para o Sector Marítimo (Vigilância Marítima Integrada)		200 000 €	100 000 €	37 500 €	75 000 €	112 500 €	150 000 €	100 000 €	100 000 €
Fundos Próprios		200 000 €	100 000 €	37 500 €	75 000 €	112 500 €	150 000 €	100 000 €	100 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Onshore Power Supply		345 250 €	345 250 €	1 670 596 €	3 341 191 €	5 011 787 €	6 682 382 €	6 857 118 €	2 349 998 €
Fundos Próprios		345 250 €	51 788 €	250 589 €	501 179 €	751 768 €	1 002 357 €	1 028 568 €	1 291 061 €
Fundos Comunitários		0 €	293 463 €	1 420 006 €	2 840 012 €	4 260 019 €	5 680 025 €	5 828 550 €	1 058 937 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Modernização e aumento da eficiência do terminal de contentores de Alcântara		1 288 479 €	688 880 €	155 398 €	310 796 €	466 193 €	621 591 €	0 €	0 €
Fundos Próprios		1 288 479 €	688 880 €	155 398 €	310 796 €	466 193 €	621 591 €	0 €	0 €
Fundos Comunitários									
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Reabilitação das Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde d'Óbidos		1 024 177 €	502 783 €	627 125 €	1 254 250 €	1 881 375 €	2 508 500 €	2 508 500 €	0 €
Fundos Próprios		1 024 177 €	502 783 €	627 125 €	1 254 250 €	1 881 375 €	1 618 807 €	258 500 €	0 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento							889 693 €	2 250 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Reordenamento do espaço público na envolvente da Doca de Alcântara		3 750 000 €	0 €	985 000 €	1 970 000 €	2 955 000 €	3 940 000 €	4 500 000 €	0 €
Fundos Próprios		3 750 000 €	0 €	985 000 €	1 970 000 €	2 955 000 €	3 940 000 €	250 000 €	0 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento								4 250 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Requalificação da envolvente das Gares Marítimas		0 €	0 €	47 500 €	95 000 €	142 500 €	190 000 €	540 000 €	5 000 €
Fundos Próprios		0 €	0 €	47 500 €	95 000 €	142 500 €	190 000 €	290 000 €	5 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento								250 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €



Investimentos	Notas	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
		PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Portaria Digital da Zona Oriental		593 285 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	533 285 €	330 000 €
Fundos Próprios		593 285 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	33 285 €	330 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	500 000 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Reabilitação e melhoria das frentes ribeirinhas		945 000 €	210 000 €	141 250 €	282 500 €	423 750 €	565 000 €	600 000 €	190 000 €
Fundos Próprios		945 000 €	210 000 €	141 250 €	282 500 €	423 750 €	565 000 €	600 000 €	190 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Requalificação operacional e urbana do Pólo Náutico de Belém		1 168 955 €	315 826 €	399 851 €	799 703 €	1 199 554 €	1 599 405 €	0 €	0 €
Fundos Próprios		1 168 955 €	315 826 €	399 851 €	799 703 €	1 199 554 €	1 599 405 €	0 €	0 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
SISTEMA DE SEGURANÇA E DE PROTEÇÃO DO PORTO		305 000 €	195 000 €	40 000 €	80 000 €	120 000 €	160 000 €	110 000 €	10 000 €
Fundos Próprios		305 000 €	195 000 €	40 000 €	80 000 €	120 000 €	160 000 €	110 000 €	10 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
MELHORIA DA OPERACIONALIDADE, NAVEGABILIDADE e SEGURANÇA		2 273 000 €	1 283 000 €	523 125 €	1 046 250 €	1 569 375 €	2 092 500 €	1 281 500 €	69 000 €
Fundos Próprios		2 273 000 €	1 283 000 €	523 125 €	1 046 250 €	1 569 375 €	2 092 500 €	1 281 500 €	69 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
MELHORIA DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS		3 084 500 €	1 117 500 €	818 125 €	1 636 250 €	2 454 375 €	3 272 500 €	1 125 000 €	500 000 €
Fundos Próprios		3 084 500 €	1 117 500 €	818 125 €	1 636 250 €	2 454 375 €	3 272 500 €	125 000 €	500 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento								1 000 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
MELHORIA E ADAPTAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS/POSTOS DE TRABALHO		2 557 500 €	30 675 €	348 211 €	696 422 €	1 044 633 €	1 392 843 €	4 707 500 €	1 574 157 €
Fundos Próprios		2 557 500 €	30 675 €	348 211 €	696 422 €	1 044 633 €	1 392 843 €	207 500 €	1 574 157 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento								4 500 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
OUTROS INVESTIMENTOS OPERACIONAIS		2 606 018 €	1 061 018 €	640 250 €	1 280 500 €	1 920 750 €	2 561 000 €	1 084 000 €	535 000 €
Fundos Próprios		2 606 018 €	1 061 018 €	640 250 €	1 280 500 €	1 920 750 €	2 561 000 €	1 084 000 €	535 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total investimento		24 309 361 €	7 541 717 €	9 333 061 €	18 666 121 €	27 999 182 €	37 332 242 €	39 578 903 €	16 754 035 €
Total financiamento		24 309 361 €	7 541 717 €	9 333 061 €	18 666 121 €	27 999 182 €	37 332 242 €	39 578 903 €	16 754 035 €

e) Eficiência Operacional

Eficiência operacional	Unidade							Δ (2025-2024)	
	2023 Execução	2024 PAO	2024 Estimativa	2025 Previsão	2026 Previsão	2027 Previsão	Valor	%	
Gastos operacionais (GO)	-26 263 890 €	-33 530 289 €	-33 530 289 €	-39 277 547 €	-36 838 048 €	-38 861 503 €	-5 747 258 €	-17,1%	
CMVMC									
FSE	-7 074 685 €	-12 714 930 €	-12 714 930 €	-17 070 895 €	-14 104 405 €	-15 857 716 €	-4 355 965 €	-34,3%	
Gastos com pessoal	-19 189 205 €	-20 815 358 €	-20 815 358 €	-22 206 651 €	-22 733 643 €	-23 003 787 €	-1 391 293 €	-6,7%	
Impactos decorrentes de obrigações legais*	1 002 667 €	5 112 990 €	1 469 771 €	6 223 137 €	3 211 801 €	5 110 108 €	4 753 367 €	323%	
FSE									
62 - Consultoria Fiscal - inspeções da AT - IVA		36 000 €		4 400 €	4 400 €	4 400 €	4 400 €		
62 - Dragagens		2 356 171 €		2 469 674 €	-90 326 €	1 739 674 €	2 469 674 €		
62 - Equipas marítimas - Segurança e obrig. legais		126 408 €		3 501 €	-11 499 €	-16 499 €	3 501 €		
62 - Estratégia Empresarial - Plano Estrat. /Consult. Neg. Port e Logística		140 000 €		15 000 €	-75 000 €	-75 000 €	15 000 €		
62 - Frota Verde		44 220 €		31 283 €	31 335 €	31 387 €	31 283 €		
62 - Inovação		30 000 €		20 000 €	30 000 €	30 000 €	20 000 €		
62 - Viabilização de investimentos		262 146 €		214 499 €	253 124 €	174 641 €	214 499 €		
62 - Lançamento de novas concessões		231 000 €		559 500 €	117 000 €	-173 000 €	559 500 €		
62 - Obrigações legais		319 863 €		218 510 €	105 887 €	119 293 €	218 510 €		
62 - Incremento do negócio / promoção do porto		26 697 €		43 271 €	33 635 €	45 801 €	43 271 €		
62 - Reforço e capacitação organizacional		92 000 €		-2 000 €	5 500 €	-45 500 €	-2 000 €		
62 - Recolha resíduos navios e limpeza urbana		523 131 €		620 000 €	670 000 €	920 000 €	620 000 €		
GASTOS PESSOAL									
63 - Gastos com órgãos sociais	328 063 €	310 841 €	311 556 €	311 556 €	311 556 €	311 556 €	0 €	0,0%	
63 - Cumprimento de disposições legais	813 411 €	0 €	1 045 249 €	1 026 864 €	991 106 €	991 106 €	-18 386 €	-1,8%	
63 - Valorizações remuneratórias obrigatórias	198 746 €	614 513 €	332 696 €	579 580 €	835 085 €	1 052 249 €	246 884 €	74,2%	
63 - Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo									
63 - Trabalhador destacado			104 500 €	107 500 €			3 000 €	2,9%	
63 - Absentismo	-337 553 €		-324 231 €				324 231 €	100,0%	
Gastos operacionais ajustados	25 261 224 €	28 417 298 €	32 060 518 €	33 054 409 €	33 626 247 €	33 751 395 €	993 891 €	3,1%	
Volume de negócios	45 038 711 €	47 445 539 €	47 445 539 €	48 999 037 €	50 817 445 €	52 538 905 €	1 553 498 €	3,3%	
Vendas									
Prestações de Serviços	45 038 711 €	47 445 539 €	47 445 539 €	48 999 037 €	50 817 445 €	52 538 905 €	1 553 498 €	3,3%	
Indemnizações Compensatórias (conforme Contrato Serv. Público)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
Impacto na receita decorrente de obrigações legais**	4 224 246 €	4 465 120 €	4 465 120 €	4 630 263 €	4 746 019 €	4 864 670 €	165 143 €	3,7%	
Rendimentos de propriedades de investimento	4 224 246 €	4 465 120 €	4 465 120 €	4 630 263 €	4 746 019 €	4 864 670 €			
Volume de Negócios ajustado	49 262 957 €	51 910 658 €	51 910 658 €	53 629 300 €	55 563 465 €	57 403 575 €	1 718 642 €	3,3%	
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN) ajustado	51,28%	54,74%	61,76%	61,63%	60,52%	58,80%	-0,13		
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN) não ajustado	-58,31%	-70,67%	-70,67%	-80,16%	-72,49%	-73,97%	-9,49		

*NOTA: Neste quadro estão contempladas como exceção todas as situações mencionadas no ponto VIII.3 e não apenas as obrigações legais

f) RH

Apresentado no ponto V.3



g) Mapa RH

Apresentado no ponto V.1

h) Outros Mapas

Endividamento (fórmula)	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	60 000 000	60 000 000	60 000 000	60 000 000	60 000 000	60 000 000	0	0%
Financiamento remunerado	17 864 232	14 321 999	12 321 426	15 678 620	35 535 763	26 000 049	3 357 194	27%
(-) Novos investimentos com expressão material				3 940 000	4 500 000		3 940 000	
Δ de endividamento (%)		-4,55%	-7,12%	-0,81%	20,29%	-9,98%	6,3 p.p.	

Outros	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento (dias)	58	54	44	36	36	36	-7	-16%
Pagamentos em Atraso (Arrears) €	347 032	17 663	0	0	0	0	0	

NOTA: Os valores acima reportados para 2023 Exec e 2024 PAO encontram-se expurgados de situações em contencioso e que entendemos não serem devidas. Prevê-se a respetiva resolução antes do final de 2024, pelo que nessa data não existirão pagamentos em atraso.

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Trabalhos Especializados	376 579	2 263 913	1 642 928	3 086 076	2 282 061	1 864 011	1 443 147	88%
Publicidade e Propaganda	273 609	365 321	319 888	426 019	488 448	469 604	106 131	33%
Vigilância e Segurança	712 475	824 596	890 940	918 300	968 300	962 300	27 360	3%
Honorários	30 191	43 500	43 500	30 500	20 500	20 500	-13 000	-30%
Dragagens	1 393 327	3 100 632	3 160 632	5 360 306	2 970 306	4 820 306	2 199 674	70%
Assistência técnica	1 388 485	1 922 033	1 935 009	1 918 996	1 947 880	1 959 333	-16 013	-1%
Reparações e manutenções diversas	515 465	1 014 760	1 045 127	1 048 587	1 076 421	1 084 395	3 460	0%
Livros e documentação técnica	14 562	31 650	31 650	35 650	35 650	36 150	4 000	13%
Material de escritório	18 220	100 967	102 672	103 558	66 514	60 485	886	1%
Eletricidade	594 877	801 500	801 500	651 600	651 600	701 600	-149 900	-19%
Combustíveis	181 423	212 235	210 235	210 210	216 424	222 917	-25	0%
Água	152 396	146 384	146 384	197 440	198 368	199 316	51 055	35%
Outros (fluidos)	45 665	47 900	47 900	53 950	54 450	54 450	6 050	13%
Deslocações e Estadas	42 385	102 909	102 909	114 927	125 791	116 724	12 018	12%
Transportes de pessoal	59 452	80 440	80 440	90 000	100 000	100 000	9 560	12%
Rendas e alugueres	96 861	200 867	197 781	199 594	200 399	201 266	1 813	1%
Comunicações	60 471	67 245	68 255	69 996	70 114	70 286	1 741	3%
Seguros	192 197	237 269	219 868	256 031	260 977	266 219	36 163	16%
Contencioso e notariado	55 031	15 000	40 000	15 000	20 000	20 000	-25 000	-63%
Despesas de representação	57 414	73 895	82 883	84 650	84 804	85 013	1 767	2%
Limpeza, Higiene e Conforto	739 384	1 646 500	1 446 831	2 103 536	2 169 611	2 445 958	656 705	45%
Restantes FSE	74 216	94 543	97 598	95 971	95 787	96 884	-1 627	-2%
Deslocações e alojamento	42 385	102 909	102 909	114 927	125 791	116 724	12 018	12%
Ajudas de custo	14 588	25 980	25 980	31 690	35 565	33 565	5 710	22%
Associados à frota automóvel	130 295	251 640	196 395	208 378	195 274	197 357	11 983	6%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	398 478	2 004 003	1 478 738	2 782 242	1 978 313	1 586 583	1 303 503	88%
TOTAL	7 640 431	15 778 592	14 518 953	20 208 132	16 439 347	17 791 944	5 689 179	39%

NOTAS: Apesar da indicação constante do quadro acima “Detalhe dos Fornecimentos e Serviços Externos”:

. As ajudas de custo estão contabilizadas em gastos com pessoal e não em FSE

. Os gastos associados à frota automóvel incluem FSE (considerados nas contas acima), bem como depreciações (contas64) e impostos (contas 68);

Frota automóvel	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Operacional - EUR	66 365	142 489	96 508	113 937	100 261	101 712	17 429	18%
Operacional - n.º de viaturas	23	23	31	23	23	23	-8	-26%
Não operacional - EUR	63 930	109 151	99 887	94 441	95 013	95 645	-5 446	-5%
Não operacional - n.º de viaturas	12	13	13	13	13	13	0	0%



IEPAO	Unidade: 1 000 €				2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual do triénio	Cumpre 1.º ano			Cumpre Triénio		
	2024	2025	2026	2027					S	N	N/A	S	N	N/A
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão										
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO														
Taxa de crescimento nominal PIB	4,5	4,5	4,5	3,8	4,5%	4,5%	3,8%	4,3%						
Taxa de crescimento real PIB	1,5	1,9	2,0	1,5	1,9%	2,0%	1,5%	1,8%						
Taxa de crescimento IHPC	2,5	2,1	2,0	2,0	2,1%	2,0%	2,0%	2,0%						
a) Volume de negócios	47 446	48 999	50 817	52 539	3%	4%	3%	3%	S		S			
b) EBIT, líq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	14 078	13 072	13 072	13 072	-1 006	0	0	-335	N		N			
c) Resultado líquido	4 878	3 178	4 700	2 679	-1 700	1 522	-2 022	-733	N		N			
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	2%	1%	2%	1%	-0,6 p.p.	0,8 p.p.	-0,9 p.p.	-0,2 p.p.	N		N			
e) Rentabilidade dos RH	26 223x	16 364x	27 136x	16 951x	- 9 860x	10 772x	-10 185x	- 3 091x	N		N			
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	2%	1%	2%	1%	-0,7 p.p.	0,6 p.p.	-0,8 p.p.	-0,3 p.p.	N		N			
g) Financiamento líquido de novos investimentos	72 321	71 739	91 036	86 000	- 583	19 297	- 5 036	4 560	S		N			
h) Pagamentos em Atraso (<i>Arrears</i>)	0	0	0	0	0	0	0	0						
i) Volume de negócios (real)	47 446	47 991	48 796	49 460	1%	2%	1%	1%	S		S			
ii) Gastos operacionais (%)	33 530	39 278	36 838	38 862	17%	-6%	5%	5%	N		N			
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS														
Gastos operacionais (corrigido do IHPC)									N					

Rácios Financeiros	Formúla	2023	2024	2025	2026	2027
		Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Rentabilidade das vendas	EBITDA/Volume de Negócio	57,3%	42,8%	36,7%	44,0%	42,2%
Rentabilidade do Ativo	Resultado Operacional/Ativo médio		2%	1%	2%	1%
Rentabilidade do Capital próprio	Resultado Líquido/Capital Próprio médio		2%	1%	2%	1%
Passivo total	Passivo/Ativo	37%	35%	36%	39%	39%
Endividamento Corrente	Passivo Corrente/Ativo	11%	10%	11%	14%	14%
Autonomia financeira	Capital Próprio/Ativo	63%	65%	64%	61%	61%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	93%	104%	40%	30%	31%
Rentabilidade dos RH	Resultado Operacional/n.º de trabalhadores	43 609 €	26 223 €	16 364 €	27 136 €	16 951 €



6. Pareceres dos Órgãos de Fiscalização

Parecer

7. DSUE aprovação PAO 24-26

DELIBERAÇÃO SOCIAL UNÂNIME POR ESCRITO

Aos 26 dias do mês de julho de 2024, de acordo com a vontade expressa pelo Estado Português, devidamente representado por Margarida Carla Campos Freltas Taborda, na qualidade de acionista único da APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A., adiante designada por APL, com sede na Gare Marítima de Alcântara, 1350-355 Lisboa, pessoa coletiva n.º 501 202 021:

Considerando que:

- A APL submeteu no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira o plano de atividades e o respetivo orçamento para o ano de 2024 (PAO 2024), sobre o qual o Conselho Fiscal emitiu parecer favorável;
- Nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 39.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM) elaborou o relatório de análise n.º 88/2024, de 22 de março;
- O relatório de análise referido no parágrafo anterior foi aprovado por Despacho n.º 238/2024, de 24 de março, do então Senhor Secretário de Estado do Tesouro;
- Através do Despacho n.º 239/2024, de 24 de março, do então Senhor Secretário de Estado do Tesouro, foram concedidas as autorizações legalmente necessárias;
- Através dos Despachos dos então Secretários de Estado do Tesouro e Adjunto e das Infraestruturas, de 24 e 25 de março, respetivamente, foi aprovado o PAO 2024 da APL;
- A APL apresentou dois aditamentos à proposta de PAO 2024, sendo o primeiro relacionado com o plano de investimentos e o segundo com o recrutamento antecipado de mais 2 trabalhadores a substituir para o cargo de Piloto em 2024;
- Os referidos aditamentos foram objeto de análise, vertida na Informação UTAM n.º 13/2024, de 3 de maio, sobre a qual foi exarado o Despacho n.º 82/2024, de 31 de maio, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças;
- Das alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 8.º dos Estatutos da APL decorre que compete à Assembleia Geral deliberar sobre os Planos de Atividades e Orçamento;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, é tomada a seguinte deliberação social unânime por escrito:

Ponto Único – Aprovar, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, o Plano de Atividades e Orçamento da APL, circunscrito ao ano de 2024, sendo concedidas as autorizações a seguir identificadas:

I. A contratação, em 2024, de até 10 trabalhadores para as áreas de Estudos e Planeamento; Comunicação; Sistemas de Informação; Infraestruturas e Engenharia; Segurança; Pilotagem e Operação Portuária; Desenvolvimento do Território; Negócio Portuário e Logística; Contratação e Logística Corporativa, e; Turismo Marítimo, ficando limitado o número total de trabalhadores (sem órgãos sociais) a 280.

No âmbito dos processos de contratação, a empresa deve assegurar o estrito cumprimento de todas as disposições legais, bem como dos IRCT em vigor.

II. A autonomia para o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixem a empresa no ano a que respeita o PAO, ficando limitado em até 14 trabalhadores, competindo à empresa informar, trimestralmente, a DGTF e a UTAM das contratações efetuadas, nos termos previstos no Ponto 5 das IEPAO2024. No âmbito dos processos de contratação, a empresa deve assegurar o estrito cumprimento de todas as disposições legais, bem como dos IRCT em vigor.

III. Aumento do conjunto dos gastos operacionais, corrigidos do Índice de Preços no Consumidor sem habitação apurado pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P., em até 6,75 milhões euros face ao estimado para 2023, limitando o montante global em até 33,88 milhões de euros em 2024, ajustando o aumento da massa salarial global, incluindo todos os efeitos e componentes remuneratórias, salvo efeitos de volume, às orientações expressas do Acionista Estado, emanadas, nomeadamente, no despacho de 29 de dezembro de 2023 do Senhor Ministro das Finanças.

IV. A contratação, na modalidade de AOV, de dez viaturas não operacionais.

V. O indicador para aferição da eficiência operacional, nos termos do n.º 3 do artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 17/2024 de 29 de Janeiro, considerando os fatores extraordinários com impacto orçamental significativo, proposto pela empresa, devidamente fundamentado e quantificado, o qual deve ser mantido, pelo menos, nos dois exercícios subsequentes.

VI. O não cumprimento, a título excepcional e transitório, das orientações financeiras para 2024-2026, conforme Despacho n.º 324/2023-SET, devendo a empresa agir no sentido de corrigir a trajetória durante o triénio no tocante:

- à evolução do EBIT, líquido de provisões, imparidades e justo valor;
- à evolução do resultado líquido de exercício;
- à evolução da rentabilidade do ativo;
- à otimização da utilização dos recursos humanos, e;
- à evolução da rentabilidade do capital próprio.

No que importa ao Plano de Investimentos, excluindo aqueles com financiamento europeu, todos cuja execução se inicie em 2024 e ultrapasse o presente exercício, somente estão autorizados os investimentos com financiamento já assegurado, devendo a empresa priorizar os projetos beneficiários de fundos europeus. Nas situações em que montante de realização do investimento supere em valor a referência de 10% do Capital Social da empresa, apenas estarão autorizados após verificação dos procedimentos estatutariamente definidos.

A aprovação da proposta de PAO apresentada pela empresa não dispensa o cumprimento das disposições legais aplicáveis e qualquer alteração significativa do mesmo, fora da margem de flexibilidade concedida pela autonomia de gestão, deverá obter aprovação acionista, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º do RJSPE.

vii. A autorização, na sequência do Despacho n.º 239/2024-SET, de 24 de março, e nos termos solicitados pela empresa, para o recrutamento antecipado de acordo com as condições a) a c) identificadas na Informação UTAM n.º 13/2024, de 3 de maio.

A presente deliberação produz efeitos à data da sua assinatura e deverá ser passada ao livro de atas da Assembleia Geral da Sociedade.

A Representante do Acionista Estado

Assinado por: MARGARIDA CARLA CAMPOS
FREITAS TABORDA
Num. de identificação: B09504700
Data: 2024.07.26 10:27:24+01'00'



**Plano de Atividades e Orçamento - Plano de investimentos - 2025 – 2027****ERRATA**

Tendo sido detetados lapsos nos seguintes quadros, procede-se à republicação dos mesmos:

(pág.26)

(valores em euros)

Enquadramento / caracterização	Grau priorit.	Exec. Estimada até 2024		ORÇ. 25-27 e Sgts.				Total APL
		Até 2023	2 024	2 025	2 026	2 027	Seguintes	
INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS		3 254 855	4 049 524	28 013 399	31 380 903	14 075 878	1 000 000	81 774 559
ALARG. DO HINTERLAND E REFORÇO DA EFICIÊNCIA E INTERMODALIDADE								
Navegabilidade fluvial no estuário do Tejo até Castanheira do Ribatejo	I	256 269	369 100	99 500	10 817 500	10 725 880		22 268 249
CRIAÇÃO DO CLUSTER DA ECONOMIA AZUL								
Ocean Campus	I	108 188	168 485	8 684 520	1 450 000	250 000		10 661 193
DESENVOLVIMENTO DE UM PORTO VERDE, INTELIGENTE E RESILIENTE								
Eficiência Energética e de Uso de Recursos do Porto de Lisboa		2 800	889 200	355 000	267 000	45 000		1 559 000
ECO-AP - eficiência energética e energias renováveis	I	2 800	868 200	305 000	255 000	35 000		1 466 000
Iluminação pública - instalação de LEDs	I			50 000	12 000	10 000		72 000
Renovação frota APL - aquisição de carregadores para viaturas elétricas	I		21 000					21 000
Porto Inteligente		385 741	365 000	2 607 500	3 197 500	170 000		6 725 741
Digitalização e Monitorização Inteligente	I	2 068	265 000	2 417 500	3 097 500	70 000		5 852 068
Projeto piloto - SAFARI (Horizon Europe)	I		15 000	47 500	27 500			90 000
SIG - Sistema de Informação Geográfica	I		50 000	50 000	50 000	50 000		200 000
SMART PORT LX - Digital Twin	I	2 068	200 000	2 300 000	3 000 000			5 502 068
Programa Tagus INNOV	I			20 000	20 000	20 000		60 000
Last Mile Logistics - Inteligência e automatização na logística	I			40 000				40 000
Plataforma Nacional Única para o Sector Marítimo (Vigilância Marit. Integrada)	I	383 673	100 000	150 000	100 000	100 000		833 673
Transição Energética do Porto de Lisboa		1 928 266	345 250	6 682 382	6 857 118	2 349 998		18 163 014
Onshore Power Supply	I	1 928 266	345 250	6 682 382	6 857 118	2 349 998		18 163 014
NOVO ROSTO DE ALCÂNTARA - ESPAÇO PARA AS PESSOAS								
Modernização e aumento da eficiência do terminal de contentores de Alcântara	I	7 436	688 880	621 591				1 317 908
Reabilitação das Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde d'Óbidos	I	180 963	502 783	2 508 500	2 508 500			5 700 746
Reordenamento do espaço público na envolvente da Doca de Alcântara	I			3 940 000	4 500 000			8 440 000
Requalificação da envolvente das Gares Marítimas	I			190 000	540 000	5 000		735 000
REFORÇO DA LIGAÇÃO PORTO-CIDADE								
Portaria Digital da Zona Oriental	II	18 615			533 285	330 000	900 000	1 781 900
Reabilitação e melhoria das frentes ribeirinhas	II		210 000	565 000	600 000	190 000	100 000	1 665 000
Requalificação operacional e urbana do Pólo Náutico de Belém	I	366 577	315 826	1 599 405				2 281 808
SISTEMA DE SEGURANÇA E DE PROTEÇÃO DO PORTO								
Centro Segurança Portuária	I		155 000	160 000	110 000	10 000		435 000
Cibersegurança	I		40 000					40 000
INVESTIMENTOS OPERACIONAIS		78 736	3 492 193	9 318 843	8 198 000	2 678 157	5 000	23 770 929
MELHORIA DA OPERACIONALIDADE, NAVEGABILIDADE e SEGURANÇA								
Aquisição de equip. / embarcação para trabalhos hidrográficos	III			300 000				300 000
Aquisição lancha de pilotagem	III			600 000	600 000			1 200 000
Aquisição nova boia ondógrafo	II			120 000				120 000
Equipamento de combate à poluição	II		90 000	92 500	92 500			275 000
Equipamentos Topográficos	II		7 000	30 000	4 000	4 000		45 000
Intervenções em equipamentos marítimos	I		816 000	715 000	410 000	40 000		1 981 000
Melhoria da segurança da navegabilidade	I		340 000	215 000	175 000	25 000		755 000
Melhorias das condições de segurança dos Pilotos da Barra e tripulações	I		30 000	20 000				50 000
MELHORIA DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS								
Grua automóvel	II				350 000			350 000
Requalificação das Docas de Recreio do Porto de Lisboa	I		1 109 000	3 267 500	775 000	500 000		5 651 500
Requalificação do armazém	III		8 500	5 000				13 500
MELHORIA E ADAPTAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS/POSTOS DE TRABALHO								
Reabilitação do edifício das operações marítimas de Algés	I		23 175	502 000				525 175
Reabilitação e substit. AVAC no edifício Infante D. Henrique (Alcântara)	I	9 408		883 343	4 700 000	1 566 657		7 159 408
Melhoria da ergonomia nos postos de trabalho do edifício VTS (Algés)	I		7 500	7 500	7 500	7 500		30 000
OUTROS INVESTIMENTOS OPERACIONAIS								
Arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra	III		5 018	1 000	1 000			7 018
Promoção Internacional do Porto de Lisboa	I		40 000					40 000
Reabilitação de edifícios e infraestruturas terrestres diversas	II		55 000	315 000	320 000	260 000	5 000	955 000
Reabilitação e reoperacionalização de cais do Porto de Lisboa	I		75 000	1 575 000	350 000	150 000		2 150 000
Reabilitação equipamentos portuários	I	69 328	100 000	50 000	20 000	20 000		259 328
Sistemas de Informação	I		786 000	620 000	393 000	105 000		1 904 000
INVESTIMENTO TOTAL APL		3 333 591	7 541 717	37 332 242	39 578 903	16 754 035	1 005 000	105 545 487



(pág.37)

(valores em euros)

Enquadramento / caracterização	Grau prioritário	Exec. Estimada até 2024		ORÇ. 25-27 e Sgts.				Total APL
		Até 2023	2024	2025	2026	2027	Seguintes	
INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS		493 929	688 485	11 452 020	4 757 500	430 000		17 821 934
criação do cluster da economia azul								
Ocean Campus	I	108 188	168 485	8 684 520	1 450 000	250 000		10 661 193
DESENVOLVIMENTO DE UM PORTO VERDE, INTELIGENTE E RESILIENTE								
Porto Inteligente		385 741	365 000	2 607 500	3 197 500	170 000		6 725 741
Digitalização e Monitorização Inteligente		2 068	265 000	2 417 500	3 097 500	70 000		5 852 068
Projeto piloto - SafARI (Horizon Europe)	I		15 000	47 500	27 500			90 000
SIG - Sistema de Informação Geográfica	I		50 000	50 000	50 000	50 000		200 000
SMART PORT LX - Digital Twin	I	2 068	200 000	2 300 000	3 000 000			5 502 068
Programa Tagus INNOV	I			20 000	20 000	20 000		60 000
Last Mile Logistics - Inteligência e automatização na logística	I			40 000				40 000
Plataforma Nacional Única para o Sector Marítimo (Vigilância Marít. Integrada)	I	383 673	100 000	150 000	100 000	100 000		833 673
SISTEMA DE SEGURANÇA E DE PROTEÇÃO DO PORTO								
Centro Segurança Portuária - gestão integrada c/ Sist. Inform. dos Municípios	I		155 000	160 000	110 000	10 000		435 000
INVESTIMENTOS OPERACIONAIS			185 000	155 000	125 000			465 000
OUTROS INVESTIMENTOS OPERACIONAIS								
Sistemas de Informação	I		185 000	155 000	125 000			465 000
Desenvolvimentos SAP - novas funcionalidades	I		80 000	50 000	20 000			150 000
Faturação eletrónica - novos desenvolvimentos	I		5 000	5 000	5 000			15 000
Novos projetos - segurança portuária	I		100 000	100 000	100 000			300 000
INVESTIMENTOS OPERACIONAIS		493 929	873 485	11 607 020	4 882 500	430 000		18 286 934

(pág.38)

(Unid: euros)

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	Exec 2023 e anos ant.	Estim 2024	2025	2026	2027	Anos sgts	TOTAL
SafARI HORIZON EUROPE - equipamentos / sensores							
SafARI HORIZON EUROPE - equipamentos / sensores		15 000	47 500	27 500			90 000
VALOR TOTAL INSCRITO NO PLANO APL	0	15 000	47 500	27 500	0	0	90 000
FINANCIAMENTO ESPERADO		42 246					42 246
FUNDOS PRÓPRIOS / FINANCIAMENTO BANCÁRIO		0	47 500	27 500			75 000



Tendo sido detetados alguns lapsos nos quadros constantes do ponto X.5. Quadros de apoio instruções DSPE 13/08/2024, republica-se o referido ponto (págs.109 e sgts).

Demonstrações financeiras						
					Unid:	1 000 €
Balço	2023	2024	2025	2026	2027	
Ativo (total)	375 851	372 327	377 882	404 374	406 522	
não corrent.	338 082	334 374	360 417	387 597	388 988	
corrente	37 769	37 954	17 465	16 777	17 534	
CP (total)	236 041	240 252	242 762	246 795	248 806	
result.trans.	31 714	38 862	41 849	44 084	47 388	
Passivo (total)	139 810	132 076	135 119	157 579	157 716	
não corrent.	99 018	95 524	91 986	101 148	101 051	
corrente	40 793	36 552	43 133	56 431	56 666	
Demonstração de resultados	2023	2024	2025	2026	2027	
Volume de Negócios (incl. ICs)	45 039	47 446	48 999	50 817	52 539	
% de crescimento		5%	3%	4%	3%	
Gastos com Pessoal	-19 189	-20 815	-22 207	-22 734	-23 004	
% de crescimento		8%	7%	2%	1%	
Fornecimentos e serviços externos	-7 075	-12 715	-17 071	-14 104	-15 858	
% de crescimento		80%	34%	-17%	12%	
EBITDA	25 805	20 311	17 972	22 382	22 148	
% de crescimento		-21%	-12%	25%	-1%	
EBIT	11 949	7 605	5 220	8 521	5 323	
% de crescimento		-36%	-31%	63%	-38%	
Resultado líquido	9 617	4 878	3 178	4 700	2 679	
% de crescimento		-49%	-35%	48%	-43%	
Eficiência operacional	2023	2024	2025	2026	2027	
GO/VN	58,3%	70,7%	80,2%	72,5%	74,0%	
GO/VN - Rácio Ajustado	51,3%	61,8%	61,6%	60,5%	58,8%	



a) Balanço

Rubricas	NOTAS	2023	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis		210 020 617 €	220 725 757 €	215 752 916 €	224 615 214 €	233 477 512 €	242 339 809 €	251 202 107 €	289 129 140 €	304 333 864 €
Propriedades de Investimento		42 613 786 €	39 919 653 €	35 240 510 €	35 240 510 €	35 240 510 €	35 240 510 €	27 855 340 €	19 376 308 €	7 840 151 €
Ativos intangíveis		82 481 229 €	64 487 218 €	79 050 877 €	78 204 994 €	77 359 112 €	76 513 229 €	75 667 346 €	72 036 657 €	68 396 337 €
Ativos biológicos										
Participações financeiras										
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis										
Clientes, contribuintes e utentes										
Acionistas / Sócios / Associados										
Diferimentos		1 491 570 €	1 399 072 €	1 391 636 €	1 363 438 €	1 335 240 €	1 307 043 €	1 291 702 €	1 191 768 €	1 091 835 €
Outros ativos financeiros		13 442 €	16 505 €	14 739 €	15 063 €	15 387 €	15 711 €	16 036 €	17 333 €	18 630 €
Ativos por impostos diferidos		1 461 511 €		2 923 021 €	3 288 399 €	3 653 777 €	4 019 154 €	4 384 532 €	5 846 042 €	7 307 553 €
Outras contas a receber										
Subtotal		338 082 153 €	326 548 204 €	334 373 699 €	342 727 618 €	351 081 537 €	359 435 456 €	360 417 062 €	387 597 249 €	388 988 370 €
Ativo corrente										
Inventários										
Ativos biológicos										
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis										
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis										
Clientes, contribuintes e utentes		6 544 898 €	3 275 517 €	5 261 509 €	7 365 699 €	7 660 327 €	6 575 409 €	5 439 921 €	5 646 347 €	5 833 521 €
Adiantam.tos a Fornecedores		3 549 €	3 549 €	3 549 €	3 549 €	3 549 €	3 549 €	3 549 €	3 549 €	3 549 €
Estado e outros entes públicos		480 332 €	1 834 911 €	490 330 €	515 330 €	540 330 €	523 663 €	590 330 €	690 330 €	890 330 €
Acionistas / Sócios / Associados										
Outras contas a receber		2 450 548 €	4 747 525 €	4 747 525 €	4 497 525 €	4 247 525 €	4 414 192 €	3 747 525 €	2 747 525 €	2 747 525 €
Diferimentos		582 272 €	673 669 €	690 670 €	740 670 €	790 670 €	740 670 €	890 670 €	1 090 670 €	890 680 €
Ativos financeiros detidos para negociação										
Outros ativos financeiros		20 774 715 €								
Ativos não correntes detidos para venda										
Caixa e depósitos		6 932 935 €	7 608 708 €	26 760 132 €	20 082 097 €	17 698 348 €	20 623 390 €	6 792 650 €	6 598 340 €	7 168 313 €
Subtotal		37 769 251 €	18 143 879 €	37 953 716 €	33 204 870 €	30 940 750 €	32 880 873 €	17 464 645 €	16 776 762 €	17 533 918 €
Total do Ativo		375 851 403 €	344 692 084 €	372 327 415 €	375 932 489 €	382 022 287 €	392 316 329 €	377 881 707 €	404 374 011 €	406 522 287 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património / Capital		60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €	60 000 000 €
Ações (quotas) próprias										
Outros instrumentos de capital próprio										
Prémios de emissão										
Reservas		7 150 945 €	7 762 057 €	8 112 634 €	8 112 634 €	8 112 634 €	8 112 634 €	8 600 475 €	8 918 313 €	9 388 358 €
Outras Reservas		85 573 288 €	86 916 544 €	87 080 737 €	87 080 737 €	87 080 737 €	87 080 737 €	88 483 681 €	89 109 820 €	90 035 809 €
Resultados transitados		31 713 916 €	34 479 942 €	38 861 669 €	38 861 669 €	38 861 669 €	38 861 669 €	41 849 461 €	44 083 857 €	47 388 275 €
Ajustamentos em ativos financeiros										
Excedentes de revalorização										
Outras variações no Património Líquido		41 985 949 €	41 367 663 €	41 318 137 €	41 151 184 €	40 984 231 €	40 817 278 €	40 650 325 €	39 982 513 €	39 314 701 €
Resultado líquido do período		9 616 891 €	5 482 284 €	4 878 410 €	794 593 €	1 589 186 €	2 383 780 €	3 178 373 €	4 700 452 €	2 678 667 €
Dividendos antecipados										
Interesses que não controlam										
Total do Património Líquido		236 040 989 €	236 008 489 €	240 251 587 €	236 000 818 €	236 628 458 €	237 256 098 €	242 762 315 €	246 794 955 €	248 805 810 €
PASSIVO										
Passivo não corrente										
Provisões		6 342 545 €	6 828 328 €	4 882 545 €	4 798 795 €	4 715 045 €	4 631 295 €	4 547 545 €	4 212 545 €	3 877 545 €
Financiamentos obtidos		6 695 546 €	9 679 142 €	4 618 093 €	5 876 375 €	5 876 375 €	5 876 375 €	5 876 375 €	13 318 868 €	9 744 865 €
Fornecedores de investimentos										
Fornecedores										
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		4 361 725 €	3 680 055 €	4 252 725 €	4 225 475 €	4 198 225 €	4 216 392 €	4 143 725 €	4 034 725 €	3 925 725 €
Diferimentos		68 082 110 €	57 315 004 €	68 860 838 €	63 748 120 €	62 969 739 €	63 748 120 €	64 927 238 €	69 409 456 €	73 648 742 €
Passivos por impostos diferidos		4 646 158 €	3 930 218 €	3 930 218 €	3 600 536 €	3 270 853 €	3 490 641 €	2 611 488 €	2 292 759 €	1 974 030 €
Outras contas a pagar		8 889 452 €	7 979 122 €	8 979 122 €	13 302 317 €	14 120 603 €	15 136 272 €	9 880 000 €	7 880 000 €	7 880 000 €
Subtotal		99 017 537 €	89 411 869 €	95 523 541 €	95 551 617 €	95 150 840 €	97 099 095 €	91 986 371 €	101 148 352 €	101 050 907 €
Passivo corrente										
Credores por transferências e subsídios concedidos										
Fornecedores		1 488 369 €	1 431 146 €	1 539 726 €	1 610 798 €	1 681 870 €	1 634 488 €	1 824 013 €	1 507 046 €	1 694 386 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		1 936 848 €	1 152 063 €	1 152 063 €	1 250 000 €	1 250 000 €	1 250 000 €	1 250 000 €	1 450 000 €	1 450 000 €
Estado e outros entes públicos		3 394 375 €	1 755 000 €	3 855 000 €	4 131 250 €	4 407 500 €	4 223 333 €	4 960 000 €	3 960 000 €	3 960 000 €
Acionistas / Sócios / Associados		1 530 000 €	1 758 732 €	1 758 732 €	1 758 732 €	1 758 732 €	1 758 732 €	1 758 732 €	1 758 732 €	1 758 732 €
Financiamentos obtidos		11 168 686 €	4 642 857 €	7 703 334 €	7 899 974 €	5 714 285 €	5 178 571 €	9 802 245 €	22 216 895 €	16 255 184 €
Fornecedores de investimentos										
Outras contas a pagar		9 660 610 €	1 553 023 €	6 553 028 €	12 151 004 €	22 942 900 €	32 686 140 €	12 553 030 €	13 553 030 €	16 562 268 €
Diferimentos		11 613 989 €	6 978 905 €	13 990 405 €	17 337 029 €	12 487 702 €	12 988 603 €	10 985 000 €	11 985 000 €	14 985 000 €
Passivos financeiros detidos para negociação										
Outros passivos financeiros										
Subtotal		40 792 877 €	19 271 726 €	36 552 287 €	44 380 054 €	50 242 989 €	57 961 136 €	43 133 021 €	56 430 703 €	56 665 570 €
Total do Passivo		139 810 414 €	108 683 595 €	132 075 828 €	139 931 671 €	145 393 829 €	155 060 231 €	135 119 392 €	157 579 056 €	157 716 477 €
Total do Património Líquido e Passivo		375 851 403 €	344 692 084 €	372 327 415 €	375 932 489 €	382 022 287 €	392 316 329 €	377 881 707 €	404 374 011 €	406 522 287 €

**Demonstração de Resultados por Naturezas**

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Impostos e taxas										
Vendas										
Prestações de serviços		45 038 711 €	48 274 045 €	47 445 539 €	12 249 759 €	24 499 519 €	36 749 278 €	48 999 037 €	50 817 445 €	52 538 905 €
Transferências e subsídios correntes à exploração obtidos										
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos										
Variação de inventários da produção										
Trabalhos para a própria entidade										
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas										
Fornecimentos e serviços externos		-7 074 685 €	-13 394 060 €	-12 714 930 €	-4 267 724 €	-8 535 448 €	-12 803 172 €	-17 070 895 €	-14 104 405 €	-15 857 716 €
Gastos com pessoal		-19 189 205 €	-20 483 943 €	-20 815 358 €	-5 551 663 €	-11 103 326 €	-16 654 989 €	-22 206 651 €	-22 733 643 €	-23 003 787 €
Transferências e subsídios concedidos										
Prestações sociais										
Imparidades de inventários (perdas/reversões)										
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-498 220 €	-569 000 €	-569 000 €	-172 000 €	-344 000 €	-516 000 €	-688 000 €	-688 000 €	-688 000 €
Provisões (aumentos/reduções)		-2 252 697 €	-335 000 €	-1 460 000 €	-83 750 €	-167 500 €	-251 250 €	-335 000 €	-335 000 €	-335 000 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)										
Aumentos / reduções de justo valor										
Outros rendimentos e ganhos		12 377 308 €	12 166 214 €	11 972 816 €	3 079 156 €	6 158 312 €	9 237 467 €	12 316 623 €	12 534 453 €	12 660 689 €
Outros gastos e perdas		-2 596 563 €	-3 561 104 €	-3 547 809 €	-760 815 €	-1 521 630 €	-2 282 444 €	-3 043 259 €	-3 108 605 €	-3 166 668 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)		25 804 649 €	22 097 152 €	20 311 257 €	4 492 964 €	8 985 927 €	13 478 891 €	17 971 854 €	22 382 245 €	22 148 423 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização		-13 855 703 €	-12 849 109 €	-12 606 443 €	-3 162 938 €	-6 325 877 €	-9 488 815 €	-12 651 753 €	-13 761 589 €	-16 725 788 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			-100 000 €	-100 000 €	-25 000 €	-50 000 €	-75 000 €	-100 000 €	-100 000 €	-100 000 €
Resultado operacional (EBIT)		11 948 946 €	9 148 042 €	7 604 814 €	1 305 025 €	2 610 050 €	3 915 076 €	5 220 101 €	8 520 655 €	5 322 635 €
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor		14 699 863 €	10 152 042 €	9 733 814 €	1 585 775 €	3 171 550 €	4 757 326 €	6 343 101 €	9 643 655 €	6 445 635 €
Juros e rendimentos similares obtidos										
Juros e gastos similares suportados		-951 856 €	-596 943 €	-570 296 €	-116 875 €	-233 751 €	-350 626 €	-467 501 €	-1 714 615 €	-1 230 400 €
Resultado antes de impostos		10 997 090 €	8 551 099 €	7 034 518 €	1 188 150 €	2 376 300 €	3 564 450 €	4 752 600 €	6 806 040 €	4 092 235 €
Imposto sobre o rendimento		-1 380 199 €	-2 353 486 €	-2 156 108 €	-393 557 €	-787 113 €	-1 180 670 €	-1 574 227 €	-2 105 588 €	-1 413 568 €
Resultado líquido do período		9 616 891 €	6 197 614 €	4 878 410 €	794 593 €	1 589 186 €	2 383 780 €	3 178 373 €	4 700 452 €	2 678 667 €

**b) Demonstração de Fluxos de Caixa**

Rubricas	Nota	2023	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais										
Recebimentos de clientes		49 729 994 €	52 440 903 €	53 187 467 €	13 371 418 €	26 742 837 €	40 114 255 €	53 485 674 €	55 494 022 €	57 359 720 €
Recebimentos de contribuintes										
Recebimentos de utentes										
Pagamentos a fornecedores		-6 733 232 €	-13 412 215 €	-12 663 574 €	-4 196 652 €	-8 393 304 €	-12 589 956 €	-16 786 608 €	-14 421 372 €	-15 670 376 €
Pagamentos ao pessoal		-19 494 575 €	-20 483 943 €	-20 815 358 €	-5 551 663 €	-11 103 326 €	-16 654 989 €	-22 206 651 €	-22 733 643 €	-23 003 787 €
Caixa gerada pelas operações		23 502 187 €	18 544 745 €	19 708 535 €	3 623 104 €	7 246 207 €	10 869 311 €	14 492 414 €	18 339 007 €	18 685 558 €
Outros recebimentos/pagamentos		-5 349 826 €	-6 651 445 €	-4 417 358 €	-806 737 €	-2 332 177 €	-3 857 616 €	-5 383 056 €	-4 878 868 €	-5 498 221 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		18 152 361 €	11 893 300 €	15 291 177 €	2 816 367 €	4 914 030 €	7 011 694 €	9 109 358 €	13 460 139 €	13 187 336 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento										
Pagamentos respeitantes a:										
Ativos fixos tangíveis		-1 348 705 €	-25 534 027 €	-10 125 593 €	-8 592 657 €	-12 172 323 €	-11 643 584 €	-34 370 627 €	-39 338 849 €	-19 192 856 €
Ativos intangíveis										
Propriedades de investimento										
Investimentos financeiros										
Outros Ativos										
Recebimentos provenientes de:										
Ativos fixos tangíveis		445 444 €								
Ativos intangíveis										
Propriedades de investimento										
Investimentos financeiros										
Outros Ativos			20 774 715 €							
Subsídios ao investimento			1 639 026 €				1 200 384 €	2 400 769 €	7 541 873 €	17 341 607 €
Transferências de capital										
Juros e rendimentos similares			3 324 €		831 €	1 662 €	2 493 €	3 324 €		
Dividendos										
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 903 261 €	- 3 116 962 €	-10 125 593 €	-8 591 826 €	-12 170 661 €	-10 440 707 €	-31 966 534 €	-31 796 976 €	- 1 851 249 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento										
Recebimentos provenientes de:										
Financiamentos obtidos								6 500 000 €	22 000 000 €	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital										
Cobertura de prejuízos										
Doações										
Outras operações de financiamento				20 774 715 €						
Pagamentos respeitantes a:										
Financiamentos obtidos		-9 729 262 €	-6 042 806 €	-5 542 806 €	-785 701 €	-1 571 403 €	-2 357 104 €	-3 142 806 €	-2 142 857 €	-9 535 714 €
Juros e gastos similares		-936 509 €	-596 943 €	-570 296 €	-116 875 €	-233 751 €	-350 626 €	-467 501 €	-1 714 615 €	-1 230 400 €
Dividendos			-1 530 000 €							
Reduções de capital e outros instrumentos de capital										
Outras operações de financiamento		-20 774 715 €								
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		-31 440 486 €	- 8 169 749 €	14 661 614 €	- 902 577 €	- 1 805 154 €	- 2 707 730 €	2 889 693 €	18 142 527 €	-10 766 114 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		- 14 191 386 €	606 589 €	19 827 197 €	- 6 678 036 €	- 9 061 784 €	- 6 136 743 €	- 19 967 483 €	- 194 309 €	569 972 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		21 124 322 €	7 002 119 €	6 932 935 €	26 760 132 €	26 760 132 €	26 760 132 €	26 760 132 €	6 792 650 €	6 598 340 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 932 935 €	7 608 708 €	26 760 132 €	20 082 097 €	17 698 348 €	20 623 390 €	6 792 650 €	6 598 340 €	7 168 313 €



c) Investimentos

Investimentos	Notas	Unidade							
		2024 PAO	2024 Estimativa	1.ºT2025 Previsão	2.ºT2025 Previsão	3.ºT2025 Previsão	4.ºT2025 Previsão	2026 Previsão	2027 Previsão
Navegabilidade fluvial no estuário do Tejo até Castanheira do Ribatejo		572 600 €	369 100 €	24 875 €	49 750 €	74 625 €	99 500 €	10 817 500 €	10 725 880 €
Fundos Próprios		572 600 €	55 365 €	3 731 €	7 463 €	11 194 €	14 925 €	122 625 €	5 146 565 €
Fundos Comunitários		0 €	313 735 €	21 144 €	42 288 €	63 431 €	84 575 €	9 194 875 €	5 579 315 €
Endividamento								1 500 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ocean Campus		2 087 165 €	168 485 €	2 171 130 €	4 342 260 €	6 513 390 €	8 684 520 €	1 450 000 €	250 000 €
Fundos Próprios		2 087 165 €	168 485 €	2 171 130 €	4 342 260 €	6 513 390 €	6 684 520 €	250 000 €	250 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento							2 000 000 €	1 200 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Eficiência Energética e de Uso de Recursos do Porto de Lisboa		942 599 €	889 200 €	88 750 €	177 500 €	266 250 €	355 000 €	267 000 €	45 000 €
Fundos Próprios		942 599 €	889 200 €	88 750 €	177 500 €	266 250 €	355 000 €	67 000 €	45 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento								200 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
PORTO INTELIGENTE: Projeto piloto - SAFARI (Horizon Europe)		15 833 €	15 000 €	11 875 €	23 750 €	35 625 €	47 500 €	27 500 €	0 €
Fundos Próprios		15 833 €	0 €	5 019 €	10 037 €	15 056 €	20 074 €	27 500 €	0 €
Fundos Comunitários		0 €	15 000 €	6 857 €	13 713 €	20 570 €	27 426 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
PORTO INTELIGENTE: SIG - Sistema de Informação Geográfica		50 000 €	50 000 €	12 500 €	25 000 €	37 500 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €
Fundos Próprios		50 000 €	50 000 €	12 500 €	25 000 €	37 500 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
PORTO INTELIGENTE: SMART PORT LX - Digital Twin		500 000 €	200 000 €	575 000 €	1 150 000 €	1 725 000 €	2 300 000 €	3 000 000 €	0 €
Fundos Próprios		500 000 €	45 455 €	130 682 €	261 364 €	392 045 €	522 727 €	181 818 €	0 €
Fundos Comunitários		0 €	154 545 €	444 318 €	888 636 €	1 332 955 €	1 777 273 €	2 318 182 €	0 €
Endividamento								500 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
PORTO INTELIGENTE: Programa Tagus INNOV		0 €	0 €	5 000 €	10 000 €	15 000 €	20 000 €	20 000 €	20 000 €
Fundos Próprios		0 €	0 €	5 000 €	10 000 €	15 000 €	20 000 €	20 000 €	20 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €



Investimentos	Notas	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
		PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Last Mile Logistics - Inteligência e automatização na logística		0 €	0 €	10 000 €	20 000 €	30 000 €	40 000 €	0 €	0 €
Fundos Próprios		0 €	0 €	10 000 €	20 000 €	30 000 €	40 000 €	0 €	0 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Plataforma Nacional Única para o Sector Marítimo (Vigilância Marítima Integrada)		200 000 €	100 000 €	37 500 €	75 000 €	112 500 €	150 000 €	100 000 €	100 000 €
Fundos Próprios		200 000 €	100 000 €	37 500 €	75 000 €	112 500 €	150 000 €	100 000 €	100 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Onshore Power Supply		345 250 €	345 250 €	1 670 596 €	3 341 191 €	5 011 787 €	6 682 382 €	6 857 118 €	2 349 998 €
Fundos Próprios		345 250 €	51 788 €	250 589 €	501 179 €	751 768 €	1 002 357 €	1 028 568 €	1 291 061 €
Fundos Comunitários		0 €	293 463 €	1 420 006 €	2 840 012 €	4 260 019 €	5 680 025 €	5 828 550 €	1 058 937 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Modernização e aumento da eficiência do terminal de contentores de Alcântara		1 288 479 €	688 880 €	155 398 €	310 796 €	466 193 €	621 591 €	0 €	0 €
Fundos Próprios		1 288 479 €	688 880 €	155 398 €	310 796 €	466 193 €	621 591 €	0 €	0 €
Fundos Comunitários									
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Reabilitação das Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde d'Óbidos		1 024 177 €	502 783 €	627 125 €	1 254 250 €	1 881 375 €	2 508 500 €	2 508 500 €	0 €
Fundos Próprios		1 024 177 €	502 783 €	627 125 €	1 254 250 €	1 881 375 €	1 618 807 €	258 500 €	0 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento							889 693 €	2 250 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Reordenamento do espaço público na envolvente da Doca de Alcântara		3 750 000 €	0 €	985 000 €	1 970 000 €	2 955 000 €	3 940 000 €	4 500 000 €	0 €
Fundos Próprios		3 750 000 €	0 €	985 000 €	1 970 000 €	2 955 000 €	3 940 000 €	250 000 €	0 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento								4 250 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Requalificação da envolvente das Gares Marítimas		0 €	0 €	47 500 €	95 000 €	142 500 €	190 000 €	540 000 €	5 000 €
Fundos Próprios		0 €	0 €	47 500 €	95 000 €	142 500 €	190 000 €	290 000 €	5 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento								250 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €



Investimentos	Notas	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
		PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Portaria Digital da Zona Oriental		593 285 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	533 285 €	330 000 €
Fundos Próprios		593 285 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	33 285 €	330 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	500 000 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Reabilitação e melhoria das frentes ribeirinhas		945 000 €	210 000 €	141 250 €	282 500 €	423 750 €	565 000 €	600 000 €	190 000 €
Fundos Próprios		945 000 €	210 000 €	141 250 €	282 500 €	423 750 €	565 000 €	600 000 €	190 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Requalificação operacional e urbana do Pólo Náutico de Belém		1 168 955 €	315 826 €	399 851 €	799 703 €	1 199 554 €	1 599 405 €	0 €	0 €
Fundos Próprios		1 168 955 €	315 826 €	399 851 €	799 703 €	1 199 554 €	1 599 405 €	0 €	0 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
SISTEMA DE SEGURANÇA E DE PROTEÇÃO DO PORTO		305 000 €	195 000 €	40 000 €	80 000 €	120 000 €	160 000 €	110 000 €	10 000 €
Fundos Próprios		305 000 €	195 000 €	40 000 €	80 000 €	120 000 €	160 000 €	110 000 €	10 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
MELHORIA DA OPERACIONALIDADE, NAVEGABILIDADE e SEGURANÇA		2 273 000 €	1 283 000 €	523 125 €	1 046 250 €	1 569 375 €	2 092 500 €	1 281 500 €	69 000 €
Fundos Próprios		2 273 000 €	1 283 000 €	523 125 €	1 046 250 €	1 569 375 €	2 092 500 €	1 281 500 €	69 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
MELHORIA DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS		3 084 500 €	1 117 500 €	818 125 €	1 636 250 €	2 454 375 €	3 272 500 €	1 125 000 €	500 000 €
Fundos Próprios		3 084 500 €	1 117 500 €	818 125 €	1 636 250 €	2 454 375 €	3 272 500 €	125 000 €	500 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento								1 000 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
MELHORIA E ADAPTAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS/POSTOS DE TRABALHO		2 557 500 €	30 675 €	348 211 €	696 422 €	1 044 633 €	1 392 843 €	4 707 500 €	1 574 157 €
Fundos Próprios		2 557 500 €	30 675 €	348 211 €	696 422 €	1 044 633 €	1 392 843 €	207 500 €	1 574 157 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento								4 500 000 €	
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
OUTROS INVESTIMENTOS OPERACIONAIS		2 606 018 €	1 061 018 €	640 250 €	1 280 500 €	1 920 750 €	2 561 000 €	1 084 000 €	535 000 €
Fundos Próprios		2 606 018 €	1 061 018 €	640 250 €	1 280 500 €	1 920 750 €	2 561 000 €	1 084 000 €	535 000 €
Fundos Comunitários		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Endividamento									
VAL estimado (em €)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total investimento		24 309 361 €	7 541 717 €	9 333 061 €	18 666 121 €	27 999 182 €	37 332 242 €	39 578 903 €	16 754 035 €
Total financiamento		24 309 361 €	7 541 717 €	9 333 061 €	18 666 121 €	27 999 182 €	37 332 242 €	39 578 903 €	16 754 035 €

**d) Eficiência Operacional**

Eficiência operacional	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-26 263 890 €	-33 878 003 €	-33 530 289 €	-39 277 547 €	-36 838 048 €	-38 861 503 €	-5 747 258 €	-17,1%
CMVMC								
FSE	-7 074 685 €	-13 394 060 €	-12 714 930 €	-17 070 895 €	-14 104 405 €	-15 857 716 €	-4 355 965 €	-34,3%
Gastos com pessoal	-19 189 205 €	-20 483 943 €	-20 815 358 €	-22 206 651 €	-22 733 643 €	-23 003 787 €	-1 391 293 €	-6,7%
Impactos decorrentes de obrigações legais*	1 002 667 €	5 112 990 €	1 469 771 €	6 223 137 €	3 211 801 €	5 110 108 €	231 498 €	16%
FSE								
62 - Consultoria Fiscal - inspeções da AT - IVA		36 000 €		4 400 €	4 400 €	4 400 €		
62 - Dragagens		2 356 171 €		2 469 674 €	-90 326 €	1 739 674 €		
62 - Equipas marítimas - Segurança e obrig. legais		126 408 €		3 501 €	-11 499 €	-16 499 €		
62 - Estratégia Empresarial - Plano Estrat. /Consult. Neg. Port e Logística		140 000 €		15 000 €	-75 000 €	-75 000 €		
62 - Frota Verde		44 220 €		31 283 €	31 335 €	31 387 €		
62 - Inovação		30 000 €		20 000 €	30 000 €	30 000 €		
62 - Viabilização de investimentos		262 146 €		214 499 €	253 124 €	174 641 €		
62 - Lançamento de novas concessões		231 000 €		559 500 €	117 000 €	-173 000 €		
62 - Obrigações legais		319 863 €		218 510 €	105 887 €	119 293 €		
62 - Incremento do negócio / promoção do porto		26 697 €		43 271 €	33 635 €	45 801 €		
62 - Reforço e capacitação organizacional		92 000 €		-2 000 €	5 500 €	-45 500 €		
62 - Recolha resíduos navios e limpeza urbana		523 131 €		620 000 €	670 000 €	920 000 €		
GASTOS PESSOAL								
63 - Gastos com órgãos sociais	328 063 €	310 841 €	311 556 €	311 556 €	311 556 €	311 556 €	0 €	0,0%
63 - Cumprimento de disposições legais	813 411 €	0 €	1 045 249 €	1 026 864 €	991 106 €	991 106 €	-18 386 €	-1,8%
63 - Valorizações remuneratórias obrigatórias	198 746 €	614 513 €	332 696 €	579 580 €	835 085 €	1 052 249 €	246 884 €	74,2%
63 - Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo								
63 - Trabalhador destacado			104 500 €	107 500 €			3 000 €	2,9%
63 - Absentismo	-337 553 €		-324 231 €					
Gastos operacionais ajustados	25 261 224 €	28 765 013 €	32 060 518 €	33 054 409 €	33 626 247 €	33 751 395 €	993 891 €	3,1%
Volume de negócios	45 038 711 €	48 274 045 €	47 445 539 €	48 999 037 €	50 817 445 €	52 538 905 €	1 553 498 €	3,3%
Vendas								
Prestações de Serviços	45 038 711 €	48 274 045 €	47 445 539 €	48 999 037 €	50 817 445 €	52 538 905 €	1 553 498 €	3,3%
Indemnizações Compensatórias (conforme Contrato Serv. Público)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Impacto na receita decorrente de obrigações legais**	4 224 246 €	4 465 120 €	4 465 120 €	4 630 263 €	4 746 019 €	4 864 670 €	165 143 €	3,7%
Rendimentos de propriedades de investimento	4 224 246 €	4 465 120 €	4 465 120 €	4 630 263 €	4 746 019 €	4 864 670 €		
Volume de Negócios ajustado	49 262 957 €	52 739 165 €	51 910 658 €	53 629 300 €	55 563 465 €	57 403 575 €	1 718 642 €	3,3%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN) ajustado	51,28%	54,54%	61,76%	61,63%	60,52%	58,80%	-0,13	
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN) não ajustado	58,31%	70,18%	70,67%	80,16%	72,49%	73,97%	9,49	

NOTA: No âmbito dos FSE execucionamos algumas variações de 2025 face a 2024 no âmbito de situações particulares identificadas. Para este efeito o ano 2024 constitui a base, tal como definido nas orientações, razão pela qual as colunas de 2024 e 2023 não apresentam exceções. Nas rubricas de GPessoal foram deduzidas as linhas indicadas nas orientações e ainda os gastos com um trabalhador destacado noutra organização. (vide págs 85 e 91 do PAO25-27)

*NOTA: Neste quadro estão contempladas como exceção todas as situações mencionadas no ponto VIII.3 e não apenas as obrigações legais



e) RH

Apresentado no ponto V.3

f) Mapa RH

Apresentado no ponto V.1

g) Outros Mapas

Endividamento (fórmula)	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	60 000 000	60 000 000	60 000 000	60 000 000	60 000 000	60 000 000	0	0%
Financiamento remunerado	17 864 232	14 321 999	12 321 426	15 678 620	35 535 763	26 000 049	3 357 194	27%
(-) Novos investimentos com expressão material				3 940 000	4 500 000		3 940 000	
Δ de endividamento (%)		-4,55%	-7,12%	-0,81%	20,29%	-9,98%	6,3 p.p.	

Outros	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento (dias)	58	54	44	36	36	36	-7	-16%
Pagamentos em Atraso (Arrears) C	347 032	17 663	0	0	0	0	0	

NOTA: Os valores acima reportados para 2023 Exec e 2024 PAO encontram-se expurgados de situações em contencioso e que entendemos não serem devidas. Prevê-se a respetiva resolução antes do final de 2024, pelo que nessa data não existirão pagamentos em atraso.

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Trabalhos Especializados	376 579	2 263 913	1 642 928	3 086 076	2 282 061	1 864 011	1 443 147	88%
Publicidade e Propaganda	273 609	365 321	319 888	426 019	488 448	469 604	106 131	33%
Vigilância e Segurança	712 475	824 596	890 940	918 300	968 300	962 300	27 360	3%
Honorários	30 191	43 500	43 500	30 500	20 500	20 500	-13 000	-30%
Dragagens	1 393 327	3 100 632	3 160 632	5 360 306	2 970 306	4 820 306	2 199 674	70%
Assistência técnica	1 388 485	1 922 033	1 935 009	1 918 996	1 947 880	1 959 333	-16 013	-1%
Reparações e manutenções diversas	515 465	1 014 760	1 045 127	1 048 587	1 076 421	1 084 395	3 460	0%
Livros e documentação técnica	14 562	31 650	31 650	35 650	35 650	36 150	4 000	13%
Material de escritório	18 220	100 967	102 672	103 558	66 514	60 485	886	1%
Eletricidade	594 877	801 500	801 500	651 600	651 600	701 600	-149 900	-19%
Combustíveis	181 423	212 235	210 235	210 210	216 424	222 917	-25	0%
Água	152 396	146 384	146 384	197 440	198 368	199 316	51 055	35%
Outros (fluidos)	45 665	47 900	47 900	53 950	54 450	54 450	6 050	13%
Deslocações e Estadas	42 385	102 909	102 909	114 927	125 791	116 724	12 018	12%
Transportes de pessoal	59 452	80 440	80 440	90 000	100 000	100 000	9 560	12%
Rendas e alugueres	96 861	200 867	197 781	199 594	200 399	201 266	1 813	1%
Comunicações	60 471	67 245	68 255	69 996	70 114	70 286	1 741	3%
Seguros	192 197	237 269	219 868	256 031	260 977	266 219	36 163	16%
Contencioso e notariado	55 031	15 000	40 000	15 000	20 000	20 000	-25 000	-63%
Despesas de representação	57 414	73 895	82 883	84 650	84 804	85 013	1 767	2%
Limpeza, Higiene e Conforto	739 384	1 646 500	1 446 831	2 103 536	2 169 611	2 445 958	656 705	45%
Restantes FSE	74 216	94 543	97 598	95 971	95 787	96 884	-1 627	-2%
Deslocações e alojamento *	42 385	102 909	102 909	114 927	125 791	116 724	12 018	12%
Ajudas de custo	14 588	25 980	25 980	31 690	35 565	33 565	5 710	22%
Associados à frota automóvel	130 295	251 640	196 395	208 378	195 274	197 357	11 983	6%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	398 478	2 004 003	1 478 738	2 782 242	1 978 313	1 586 583	1 303 503	88%
TOTAL	7 074 685	13 394 060	12 714 930	17 070 895	14 104 405	15 857 716	4 355 965	34%

NOTAS: Apesar da indicação constante do quadro acima "Detalhe dos Fornecimentos e Serviços Externos":

- . As ajudas de custo estão contabilizadas em gastos com pessoal e não em FSE
- . Os gastos associados à frota automóvel incluem FSE, bem como depreciações (contas64) e impostos (contas 68);



Frota automóvel	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Operacional - EUR	66 365	142 489	96 508	113 937	100 261	101 712	17 429	18%
Operacional - n.º de viaturas	23	23	31	23	23	23	-8	-26%
Não operacional - EUR	63 930	109 151	99 887	94 441	95 013	95 645	-5 446	-5%
Não operacional - n.º de viaturas	12	13	13	13	13	13	0	0%

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 v.s	2026 v.s	2027 v.s	Variação média anual do triénio	Cumpre 1.º ano			Cumpre Triénio		
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	2024	2025	2026		S	N	N/A	S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO														
Taxa de crescimento nominal PIB	4,5	4,5	4,5	3,8	4,5%	4,5%	3,8%	4,3%						
Taxa de crescimento real PIB	1,5	1,9	2,0	1,5	1,9%	2,0%	1,5%	1,8%						
Taxa de crescimento IHPC	2,5	2,1	2,0	2,0	2,1%	2,0%	2,0%	2,0%						
a) Volume de negócios	47 446	48 999	50 817	52 539	3%	4%	3%	3%	S			S		
b) EBIT, liq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	9 734	6 343	9 644	6 446	-3 391	3 301	-3 198	-1 096	N			N		
c) Resultado líquido	4 878	3 178	4 700	2 679	-1 700	1 522	-2 022	-733	N			N		
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	2%	1%	2%	1%	-0,6 p.p.	0,8 p.p.	-0,9 p.p.	-0,2 p.p.	N			N		
e) Rentabilidade dos RH	26 223x	16 364x	27 136x	16 951x	- 9 860x	10 772x	-10 185x	- 3 091x	N			N		
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	2%	1%	2%	1%	-0,7 p.p.	0,6 p.p.	-0,8 p.p.	-0,3 p.p.	N			N		
g) Financiamento líquido de novos investimentos	72 321	71 739	91 036	86 000	- 583	19 297	- 5 036	4 560	S			N		
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	0						
i) Volume de negócios (real)	47 446	47 991	48 796	49 460	1%	2%	1%	1%	S			S		
ii) Gastos operacionais (%)	33 530	39 278	36 838	38 862	17%	-6%	5%	5%	N			N		
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS														
Gastos operacionais (corrigido do IHPC)	33 530	38 470	36 116	38 100	4 939	- 2 354	1 984	1 523	N			N		

Rácios Financeiros	Formúla	2023	2024	2025	2026	2027
		Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Rentabilidade das vendas	EBITDA/Volume de Negócio	57,3%	42,8%	36,7%	44,0%	42,2%
Rentabilidade do Ativo	Resultado Operacional/Ativo médio		2%	1%	2%	1%
Rentabilidade do Capital próprio	Resultado Líquido/Capital Próprio médio		2%	1%	2%	1%
Passivo total	Passivo/Ativo	37%	35%	36%	39%	39%
Endividamento Corrente	Passivo Corrente/Ativo	11%	10%	11%	14%	14%
Autonomia financeira	Capital Próprio/Ativo	63%	65%	64%	61%	61%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	93%	104%	40%	30%	31%
Rentabilidade dos RH	Resultado Operacional/n.º de trabalhadores	43 609 €	26 223 €	16 364 €	27 136 €	16 951 €

Pelo Conselho de Administração

Carla Maria Lamego Ribeiro
(Vogal do Pelouro Financeiro)



Ex.mo Sr. Diretor da UTAM
Professor Doutor José Manuel de Matos
Passos

UTAM Unidade Técnica de Acompanhamento e
Monitorização Setor Público Empresarial
RUA DA ALFÂNDEGA, 5

Lisboa, 26 de novembro de 2024

N/Ref.: 751561

GF/RA

V/Ref.:

Data Ref.:

Assunto: Reprogramação do Plano de Investimentos proposto em sede do PAO 25-27

Atendendo à necessidade de garantir o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, revela-se imprescindível e urgente a aquisição de uma lancha de pilotos, motivo pelo qual, se solicita a reprogramação do Plano de Investimentos apresentado no PAO 25-27, com base nos seguintes fundamentos e impactos:

Fundamentação da necessidade:

Manteve-se inscrito em Plano de Investimentos para o triénio 2025-2027, a aquisição de uma lancha para os pilotos da barra, já prevista para 2024.

A lancha de pilotagem é um equipamento fundamental para o exercício da atividade de pilotagem, de apoio à navegação, impactando a atividade core da empresa.

Existe atualmente um défice de meios no âmbito da frota marítima, a par da expressiva antiguidade dos existentes (30 anos, em média), que aliada à necessidade de um número de horas de atividade mais elevado, tem incrementado os gastos de reparação.

Tratando-se de um processo moroso, desde o lançamento do concurso (iremos optar por concurso internacional com prévia qualificação para maior garantia da qualidade das empresas concorrentes), até ao momento da disponibilização do equipamento



(construção, transporte e testes à embarcação) torna-se urgente o início do procedimento de aquisição da lancha.

Por forma a darmos início ao processo para a abertura do concurso internacional para a aquisição da lancha de pilotos foram contactados os estaleiros Goodchild Marine (Inglaterra) e Bernard Shipbuilding (França), para se obter uma estimativa de preços.

A informação que se obteve de ambos os estaleiros para o modelo de lancha pretendido, Modelo ORC 156, foi de um preço aproximado de 2,0 milhões de euros.

Impactos ao nível do PAO 25-27:

O investimento em causa já estava previsto no plano de investimentos submetido, tendo sido inscrito o montante total de 1 200 000€, distribuído da seguinte forma:

- 2025 = 600 000€
- 2026 = 600 000€

Em sede de preparação do procedimento concursal, foram analisadas ao pormenor todas os requisitos relevantes da embarcação, essenciais à atividade desenvolvida e adequados à composição das equipas. Após pesquisa de mercado, e conforme referido anteriormente, concluiu-se pela necessidade de rever o montante total, passando a 2 000 000€, com a seguinte calendarização estimada:

- 2025 = 600 000€
- 2026 = 600 000€
- 2027 = 800 000€

Propõe-se assim alguns ajustamentos e recalendarização dos investimentos, conforme Plano em anexo.

As alterações efetuadas **não implicam qualquer variação dos montantes globais previstos para cada ano**, mantendo-se todos os indicadores, rácios e resultados apresentados para o triénio, sem qualquer alteração nas Demonstrações Financeiras

Acresce ainda referir o seguinte:

- Mantêm-se inalteradas as necessidades de financiamento;
- Não foi eliminado nenhum projeto;
- Não são prejudicados os objetivos a que a APL se propõe, descritos no PAO submetido.
- Pretende-se apenas assegurar o bom desempenho e continuidade da atividade portuária.



Nessa medida, e pelos argumentos expostos, entendemos não ser necessária a emissão de novos pareceres por parte do Revisor Oficial de Contas e do Conselho Fiscal.

O Plano de investimentos revisto, que agora se submete à apreciação, foi objeto de aprovação pelo Conselho de Administração da APL em 21/11/2024.

Com os melhores cumprimentos,

Carla Maria Lamego Ribeiro
Vogal do Conselho de Administração

Em anexo: Plano de investimentos 2025-2027

Ofício Nº.: 751561



(valores em euros)

Enquadramento / caracterização	Grau priorit.	Exec. Estimada até 2024		ORÇ. 25-27 e Sgts.			Total APL	
		Até 2023	2024	2025	2026	2027		Seguintes
INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS		3 254 855	4 049 524	28 013 399	31 380 903	14 075 878	1 000 000	81 774 559
ALARG. DO HINTERLAND E REFORÇO DA EFICIÊNCIA E INTERMODALIDADE								
Navegabilidade fluvial no estuário do Tejo até Castanheira do Ribatejo	I	256 269	369 100	99 500	10 817 500	10 725 880		22 268 249
criação do cluster da economia azul								
Ocean Campus	I	108 188	168 485	8 684 520	1 450 000	250 000		10 661 193
DESENVOLVIMENTO DE UM PORTO VERDE, INTELIGENTE E RESILIENTE								
Eficiência Energética e de Uso de Recursos do Porto de Lisboa								
ECO-AP - eficiência energética e energias renováveis	I	2 800	889 200	355 000	267 000	45 000		1 559 000
Iluminação pública - instalação de LEDs	I			50 000	12 000	10 000		72 000
Renovação frota APL - aquisição de carregadores para viaturas elétricas	I		21 000					21 000
Porto Inteligente								
Digitalização e Monitorização Inteligente		385 741	365 000	2 607 500	3 197 500	170 000		6 725 741
Projeto piloto - SAFARI (Horizon Europe)	I	2 068	265 000	2 417 500	3 097 500	70 000		5 852 068
SIG - Sistema de Informação Geográfica	I		15 000	47 500	27 500			90 000
SMART PORT LX - Digital Twin	I		250 000	350 000	50 000	50 000		700 000
Programa Tagus INNOV	I	2 068		2 000 000	3 000 000			5 002 068
Last Mile Logistics - Inteligência e automatização na logística	I			40 000				40 000
Plataforma Nacional Única para o Sector Marítimo (Vigilância Marít. Integrada)	I	383 673	100 000	150 000	100 000	100 000		833 673
Transição Energética do Porto de Lisboa								
Onshore Power Supply	I	1 928 266	345 250	6 682 382	6 857 118	2 349 998		18 163 014
NOVO ROSTO DE ALCÁNTARA - ESPAÇO PARA AS PESSOAS								
Modernização e aumento da eficiência do terminal de contentores de Alcântara	I	7 436	688 880	621 591				1 317 908
Reabilitação das Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde d'Óbidos	I	180 963	502 783	2 508 500	2 508 500			5 700 746
Reordenamento do espaço público na envolvente da Doca de Alcântara	I			3 940 000	4 500 000			8 440 000
Requalificação da envolvente das Gares Marítimas	I			190 000	540 000	5 000		735 000
REFORÇO DA LIGAÇÃO PORTO-CIDADE								
Portaria Digital da Zona Oriental	II	18 615			533 285	330 000	900 000	1 781 900
Reabilitação e melhoria das frentes ribeirinhas	II		210 000	565 000	600 000	190 000	100 000	1 665 000
Requalificação operacional e urbana do Pólo Náutico de Belém	I	366 577	315 826	1 599 405				2 281 808
SISTEMA DE SEGURANÇA E DE PROTEÇÃO DO PORTO								
Centro Segurança Portuária	I		155 000	160 000	110 000	10 000		435 000
Cibersegurança	I		40 000					40 000
INVESTIMENTOS OPERACIONAIS		78 736	3 492 193	9 318 843	8 198 000	2 678 157	5 000	23 770 929
MELHORIA DA OPERACIONALIDADE, NAVEGABILIDADE e SEGURANÇA								
Aquisição de equip. / embarcação para trabalhos hidrográficos	III			300 000				300 000
Aquisição lancha de pilotagem	III			600 000	600 000			1 200 000
Aquisição nova boia ondógrafo	II			120 000				120 000
Equipamento de combate à poluição	II		90 000	92 500	92 500			275 000
Equipamentos Topográficos	II		7 000	30 000	4 000	4 000		45 000
Intervenções em equipamentos marítimos	I		816 000	715 000	410 000	40 000		1 981 000
Melhoria da segurança da navegabilidade	I		340 000	215 000	175 000	25 000		755 000
Melhorias das condições de segurança dos Pilotos da Barra e tripulações	I		30 000	20 000				50 000
MELHORIA DE INFRAESTRUTURAS e EQUIPAMENTOS								
Grua automóvel	II				350 000			350 000
Requalificação das Docas de Recreio do Porto de Lisboa	I		1 109 000	3 267 500	775 000	500 000		5 651 500
Requalificação do armazém	III		8 500	5 000				13 500
MELHORIA e ADAPTAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS/POSTOS DE TRABALHO								
Reabilitação do edifício das operações marítimas de Algés	I		23 175	502 000				525 175
Reabilitação e substit. AVAC no edifício Infante D. Henrique (Alcântara)	I	9 408		883 343	4 700 000	1 566 657		7 159 408
Melhoria da ergonomia nos postos de trabalho do edifício VTS (Algés)	I		7 500	7 500	7 500	7 500		30 000
OUTROS INVESTIMENTOS OPERACIONAIS								
Arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra	III		5 018	1 000	1 000			7 018
Promoção Internacional do Porto de Lisboa	I		40 000					40 000
Reabilitação de edifícios e infraestruturas terrestres diversas	II		55 000	315 000	320 000	260 000	5 000	955 000
Reabilitação e reoperacionalização de cais do Porto de Lisboa	I		75 000	1 575 000	350 000	150 000		2 150 000
Reabilitação equipamentos portuários	I	69 328	100 000	50 000	20 000	20 000		259 328
Sistemas de Informação	I		786 000	620 000	393 000	105 000		1 904 000
INVESTIMENTO TOTAL APL		3 333 591	7 541 717	37 332 242	39 578 903	16 754 035	1 005 000	105 545 487